

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

ELISÂNGELA ALVES LIJERÓN

PRODUÇÃO ORGÂNICA EM MATO GROSSO DO SUL:
UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE A APOMS

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM AGRONEGÓCIOS

CAMPO GRANDE/MS
ABRIL/2006

ELISÂNGELA ALVES LIJERÓN

PRODUÇÃO ORGÂNICA EM MATO GROSSO DO SUL:
UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE A APOMS

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO SUBMETIDA AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MULTIINSTITUCIONAL EM AGRONEGÓCIOS (CONSÓRCIO ENTRE A UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA E A UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS), COMO PARTE DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS À OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM AGRONEGÓCIOS NA ÁREA DE CONCENTRAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AGRONEGÓCIO.

ORIENTADORA: DRA. ÉLCIA ESNARRIAGA DE ARRUDA

CAMPO GRANDE/MS
ABRIL/2006

ELISÂNGELA ALVES LIJERÓN

PRODUÇÃO ORGÂNICA EM MATO GROSSO DO SUL:
UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE A APOMS

APROVADA POR:

ÉLCIA ESNARRIAGA DE ARRUDA, Prof. Dra. (UFMS)
(ORIENTADORA)

DARIO DE OLIVEIRA LIMA FILHO, Prof. Dr. (UFMS)
(EXAMINADOR INTERNO)

GILBERTO LUIZ ALVES, Prof. Pós-Dr. (Fundação Universidade do
Contestado)
(EXAMINADOR EXTERNO)

CAMPO GRANDE/MS
19 DE ABRIL DE 2006

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA E CATALOGAÇÃO

LIJERÓN, E. A. **Produção Orgânica em Mato Grosso do Sul: uma investigação sobre a APOMS.** Campo Grande: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2006, 133 p. Dissertação de Mestrado.

Documento formal, autorizando reprodução desta dissertação de mestrado para empréstimo ou comercialização, exclusivamente para fins acadêmicos, foi passado pelo autor à Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Universidade de Brasília e Universidade Federal de Goiás e acha-se arquivado na Secretaria do Programa. O autor reserva para si os direitos autorais de publicação. Nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor. Citações são estimuladas, desde que citada a fonte.

FICHA CATALOGRÁFICA

Lijerón, Elisângela Alves

Produção Orgânica em Mato Grosso do Sul: uma investigação sobre a APOMS.

Elisângela Alves Lijerón; orientação de Élcia Esnarriaga de Arruda. 2006.

133 p. : il.

Dissertação de Mestrado (M) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul / Departamento de Economia e Administração, 2006.

1. Associação de produtores. 2. Produção rural familiar. 3. Agricultura ecológica. I. Arruda, E. E. II. Título.

*Aos meus pais,
Odete Alves Lijerón
e Miguel Arancibia Lijerón.
Ao Aldair,
e às minhas irmãs, Luciana e Alexandra.*

AGRADECIMENTOS

A Jeová Deus, por me proporcionar vida, saúde e ânimo.

A toda minha família, por compreender meus anseios acadêmicos e se dispor a contribuir, mesmo com suas limitações, para que meu trabalho fosse realizado da melhor maneira possível.

À professora Dra. Élcia Esnarriaga de Arruda, pela prestimosa orientação, paciência e críticas construtivas durante a realização deste trabalho.

Aos membros da APOMS (Associação dos Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul), por aceitarem contribuir com as informações contidas nesta pesquisa, por me receberem gentilmente e atenderem minhas demandas com muita atenção e disposição.

Aos meus amigos e amigas do mestrado em Agroenegócios, em especial à Christiane Pitaluga, por toda a ajuda prestada e paciência em ouvir minhas ansiedades. Também aos amigos do Mestrado em Educação, em especial à Camila Moreira.

Ao professor Dr. Jaime César Coelho, pelo incentivo e sugestão do tema de pesquisa que para mim foi de grande satisfação estudar e investigar.

Aos companheiros de viagem à região de Dourados, meu noivo Aldair e cunhado Altemir.

À Rosali, nossa secretária e amiga do Mestrado em Agronegócios, pela dedicação e paciência.

Aos professores Dr. Dario de Oliveira Lima Filho e Pós-Dr. Gilberto Luiz Alves pelas ricas contribuições intelectuais a este trabalho.

SUMÁRIO

<u>LISTA DE TABELAS</u>	5
<u>LISTA DE FIGURAS</u>	6
<u>LISTA DE SÍMBOLOS E ABREVIACÕES</u>	7
<u>RESUMO GERAL</u>	10
<u>ABSTRACT</u>	11
<u>1. INTRODUÇÃO</u>	12
<u>1.1 Problemática e relevância</u>	12
<u>1.2 Objetivos</u>	14
<u>1.2.1 Objetivo geral</u>	14
<u>1.2.2 Objetivos específicos</u>	15
<u>2. MÉTODO</u>	16
<u>2.1 Reflexões sobre o singular e o universal</u>	16
<u>2.2 Procedimentos metodológicos</u>	20
<u>3. REFERENCIAL TEÓRICO</u>	22
<u>3.1 Um breve histórico sobre a agricultura orgânica no mundo</u>	22
<u>3.2 Marcos legais internacionais da agricultura orgânica</u>	31
<u>3.3 Produção de orgânicos no mundo</u>	37
<u>3.3.1 Alguns países europeus</u>	42
<u>3.3.2 Alguns países asiáticos</u>	48
<u>3.4 Um breve histórico sobre a agricultura orgânica no Brasil</u>	50
<u>3.4.1 O Marco Legal Brasileiro</u>	54
<u>3.5 Agricultura orgânica/agroecológica: alguns casos estudados</u>	60

<u>3.5.1 Posições idealistas</u>	60
<u>3.5.1.1 Agroecologia</u>	63
<u>3.5.2 Posições de mercado</u>	69
<u>3.6 Agricultura orgânica em Mato Grosso do Sul</u>	76
<u>3.6.1 Histórico: iniciativas agroecológicas</u>	76
<u>3.6.2 Pesquisas em Mato Grosso do Sul</u>	82
<u>4. RESULTADOS E DISCUSSÃO</u>	85
<u>4.1 Contextualização da área de estudo</u>	85
<u>4.2 A APOMS (Associação dos Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul)</u>	85
<u>4.2.1 Histórico: a produção de café</u>	86
<u>4.2.2 O Programa Estadual de Desenvolvimento da Agroecologia</u>	88
<u>4.2.3 A idéia de criar uma rede de agroecologia</u>	89
<u>4.2.4 Organização da associação</u>	91
<u>4.2.5 Princípios e objetivos</u>	92
<u>4.2.6 Certificação</u>	93
<u>4.2.7 A distinção entre agroecologia e orgânico</u>	94
<u>4.2.8 Atuações, ações e participações recentes</u>	95
<u>4.2.9 Instituições parceiras</u>	97
<u>4.2.10 Dificuldades</u>	98
<u>4.2.11 Perspectivas futuras e propostas</u>	98
<u>4.2.12 Embalagens e mercado</u>	99
<u>5. CONCLUSÕES</u>	100
<u>5.1 Algumas contribuições da pesquisa</u>	101
<u>6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u>	103

ANEXOS

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Histórico dos produtores	112
Tabela 02: Características da produção	116
Tabela 03: Características da produção (cont.)	119
Tabela 04: Distribuição e comercialização	121
Tabela 05: Componentes (moradores) da propriedade / força-de-trabalho	125
Tabela 06: Instituições envolvidas	128
Tabela 07: Dificuldades, alternativas e princípios	129

LISTA DE FIGURAS

<u>Figura 1: Distribuição da produção orgânica no mundo</u>	38
<u>Figura 2: Área com produção orgânica (milhões de hectares)</u>	39
<u>Figura 3: Área com produção orgânica (percentual da área agrícola total do país)</u>	40
<u>Figura 4: Número de propriedades com produção orgânica</u>	41
<u>Figura 5: Percentual de propriedades orgânicas (<i>organic farms</i>) distribuídas no mundo</u>	42

LISTA DE SÍMBOLOS E ABREVIACÕES

AAO – Associação de Agricultura Orgânica
 ABIO – Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro
 AEASP – Associação de Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo
 APOMS – Associação dos Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul
 APTA – Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios
 ARCOPAN – Agência Regional de Comercialização do Pantanal
 AVA – Agri-Food e Autoridade Veterinária
 CEE – Comunidade Econômica Européia
 CEPACI – Centro de Pesquisa e Capacitação do IDATERRA
 CEPORG – Comitê Estadual de Produtos Orgânicos
 CMDR – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Glória de Dourados
 CNPORG – Comitê Nacional de Produtos Orgânicos
 COAAMS – Centro de Organização e Apoio aos Assentados de Mato Grosso do Sul
 COMSOL – Comunidade Rural Solidária
 CPT – Comissão Pastoral da Terra
 CTAA – Centro de Tecnologia Agrícola e Alimentar da Embrapa
 CTAE – Comissão Técnica de Agricultura Ecológica, SP
 CUT – Central Única dos Trabalhadores
 DCN – Departamento de Ciências Naturais (UFMS, campus de Três Lagoas)
 DDT – Diclorodifeniltricloreto
 DETR – Departamento Estadual de Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores
 DTR-CUT – Departamento dos Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores
 EBAA – Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa
 EFA – Escola Família Agrícola
 EIR – Executive Intelligence Review
 EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
 EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
 ESALQ – Escola Superior Agrícola Luiz de Queiroz
 EUA – Estados Unidos da América
 FAD – Faculdade de Dourados, UNIDERP
 FAEAB – Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil
 FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations
 FEIPAN – Feira Industrial do Pantanal
 FETAGRI – Federação dos Trabalhadores na Agricultura
 FoE – Friends of the Earth
 FORG – Fórum Orgânico
 FUNAR – Fundação Educacional para o Desenvolvimento Rural
 GATT – General Agreement on Tariffs and Trade
 IAC – Instituto Agrônomo de Campinas

IAGRO – Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal de Mato Grosso do Sul
IBD – Instituto Biodinâmico
IDATERRA – Instituto de Desenvolvimento Agrário, Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural.
IFOAM – International Federation of Organic Agriculture Movements
IMAD – Instituto de Meio Ambiente e Desenvolvimento
INCAPER – Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural
INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial
IOAS – International Organic Accreditation Service
IPAGRI – Instituto de Pesquisa Agropecuária
ISO – International Standards Organization
JAS – Japanese Agricultural Standard
MA – Ministério da Agricultura
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MS – Mato Grosso do Sul
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NOP – National Organic Program
NOSB – National Organic Standards Board
OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
OFPA – Organic Foods Production Act (Ato da Produção de Alimentos Orgânicos)
OGM – Organismo Geneticamente Modificado
OMC – Organização Mundial do Comércio
OMS – Organização Mundial da Saúde
ONG – Organização Não Governamental
OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte
PAC – Política Agrícola Comum
PESAGRO – Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro
PJR – Pastoral da Juventude Rural
PPA – Plano Plurianual
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROVE Pantanal – Programa de Verticalização da Pequena Produção Agrícola de Mato Grosso do Sul
RAR – Rede de Agroecologia Rio
SAA – Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo
SDA – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário
SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Assistência Gerencial às Pequenas e Médias Empresas
SEMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SEPLANCT – Secretaria de Estado de Planejamento e de Ciência e Tecnologia
SUS – Sistema Único de Saúde
TVE – TV Educativa
UE – União Européia

UEMS – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UNIDERP – Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Regional do Pantanal
UNIMEP – Universidade Metodista de Piracicaba
USDA – United State Department of Agriculture
USP – Universidade de São Paulo
VITPAN – Vitelo Pantaneiro
WHO – World Health Organization
WWF – World Wildlife Fund (Fundo Mundial para a Vida Selvagem)

RESUMO GERAL

“Produção Orgânica em Mato Grosso do Sul: uma investigação sobre a APOMS”, tem como objeto de investigação a produção de orgânicos pela APOMS (Associação dos Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul). Visa realizar um estudo exploratório sobre as políticas, programas e iniciativa em agricultura orgânica no estado de Mato Grosso do Sul, mais especificamente, identificar as características da produção em propriedades desta associação. Visando uma melhor compreensão da evolução desta produção “alternativa” na região, procura-se levantar a história da agricultura orgânica, indicar os movimentos políticos, sociais e econômicos que influenciaram esta forma de produção, identificar os marcos que compreendem a trajetória da legislação da agricultura orgânica no Brasil, e relatar a agricultura orgânica no estado de MS (suas origens, condições atuais e perspectivas futuras) a partir da observação empírica de propriedades que fazem parte desta associação.

Palavras-chave: associação de produtores, produção rural familiar, agricultura ecológica

ABSTRACT

“Organic Production in Mato Grosso do Sul: an investigation on APOMS”, has as investigation object the production of organic for APOMS (Association of the Organic Producers of Mato Grosso do Sul). It seeks to accomplish an exploratory study on the politics, programs and initiative in organic agriculture in the state of Mato Grosso do Sul, more specifically, to identify the characteristics of the production in properties of this association. Seeking a better understanding of the evolution of this “alternative production” in the area, tries to get up the history of the organic agriculture, to indicate the movements political, social and economical that they influenced this production form, to identify the marks that understand the path of the legislation of the organic agriculture in Brazil, and to tell the organic agriculture in the state of MS (your origins, current conditions and future perspectives) starting from the empiric observation of properties that are part of this association.

Key words: association of producers, family rural production, agriculture ecology

1. INTRODUÇÃO

O objeto de investigação da presente pesquisa é a produção de orgânicos pela APOMS (Associação dos Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul). Visa realizar um estudo exploratório sobre as políticas, programas e iniciativa em agricultura orgânica no estado de Mato Grosso do Sul. Mais especificamente, busca identificar a produção em propriedades associadas à APOMS.

Para isso e visando uma melhor compreensão da evolução desta produção “alternativa” na região, procura-se levantar a história da agricultura orgânica, indicar os movimentos políticos, sociais e econômicos que influenciaram esta forma de produção, identificar os documentos marcos que compreendem a trajetória da legislação da agricultura orgânica no Brasil, para enfim relatar a agricultura orgânica no estado de MS (suas origens, condições atuais e perspectivas futuras) a partir da observação empírica de propriedades que fazem parte da associação referenciada, de maneira a compreender como esta atividade se iniciou neste Estado e como são suas condições atuais.

1.1 Problemática e relevância

Ao investigar o tema principal, agricultura orgânica, tem-se, em grande medida, diversas abordagens em defesa de uma agricultura “alternativa”, em contraposição aos preceitos convencionais de produção agrícola. Estas abordagens encontram-se em movimentos sociais, associações de classe, iniciativas governamentais, grupos alternativos, etc, em todo o mundo e

inclusive no Brasil.

A argumentação principal dos defensores da agricultura orgânica centra-se nos benefícios à saúde e ao meio ambiente. No decorrer da década de 1990, a esse “argumento” somou-se a possibilidade de exploração comercial. O que demonstrava ser um estilo de vida “alternativo” configurou-se em nicho de mercado, critério para barreira não-tarifária entre países, objetivo de política regional, pressuposto para desenvolvimento econômico e sustentável, dentre outras.

No Brasil, verificam-se Estados com grande expansão da agricultura orgânica ou agroecológica, mais especificamente no sul do país, onde se constituíram associações da sociedade civil, inicialmente num contexto de agricultura familiar, até a formação de associações com respaldo de certificadora.

Segundo a legislação brasileira,

considera-se como sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente (BRASIL, LEI 10.831 de 23/12/03).

Uma pesquisa exploratória no estado de Mato Grosso do Sul, que pudesse fornecer informações para o presente projeto, identificou uma recente iniciativa (criada em 2000): a Associação dos Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul (APOMS), que já possuía, em 2005, seis núcleos principais, compreendendo as cidades de Nova Andradina, Dourados, Glória de Dourados, Ivinhema, Itaquiraí e Mundo Novo. Verificou-se que esta associação é a forma mais

desenvolvida presente no Estado quanto à organização de produtores que adotam os parâmetros da produção orgânica, fator este que contribuiu para a escolha da presente pesquisa em elegê-la como objeto de observação.

No estado de Mato Grosso do Sul também se identificam diversas iniciativas de produção com o intuito ecológico, de maior preservação ambiental, aliado a objetivos de integração social e de renda, principalmente para pequenas comunidades, familiares, assentamento, ou de pequenos produtores privados que se organizam em associações, porém ainda num estágio em torno de iniciativas e de tentativas de conversão para a agroecologia cujos métodos ainda não atendem aos parâmetros mais rigorosos da agricultura orgânica.

Almeja-se, assim, retratar as propriedades produtoras de orgânicos/ agroecológicos em Mato Grosso do Sul, mais especificamente as que fazem parte da Associação dos Produtores Orgânicos de MS, a APOMS, visto que ainda não se constatou qualquer estudo acadêmico em âmbito sócio-econômico acerca destes produtores e suas culturas.

Enfim, apesar de não receber um grande respaldo frente ao modelo “convencional” de agricultura (agricultura química), alguns métodos alternativos de produção agrícola mais ecológicos estão presentes no estado de Mato Grosso do Sul e merecem maiores investigações empíricas e reflexão teórica.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

O objetivo desta pesquisa é realizar um estudo exploratório acerca da agricultura orgânica no estado de Mato Grosso do Sul, em especial entre os produtores que compõem a APOMS

(Associação dos Produtores Orgânicos de MS) e verificar, entre os membros desta associação, como iniciaram esta atividade e quais suas condições atuais.

1.2.2 Objetivos específicos

- a) Realizar um panorama geral da história da agricultura orgânica, marcos e processos legais deste movimento.
- b) Verificar a agricultura orgânica na atualidade: dados do mundo e do Brasil.
- c) Identificar as diferentes vertentes teóricas de análise do movimento orgânico.
- d) Apresentar a agricultura orgânica em Mato Grosso do Sul.
 - Localizar as primeiras discussões com o intuito ecológico.
 - Levantar dados acerca da produção em propriedades de membros da APOMS.

Meio a este último objetivo, pretende-se investigar os antecedentes históricos das propriedades que compõem a associação; demonstrar as características da produção, distribuição e comercialização dos produtos orgânicos, bem como observar as condições em torno da força de trabalho empregada; verificar junto aos produtores as possíveis dificuldades da produção orgânica e tentar, em síntese, observar como se sustenta esta atividade.

2. MÉTODO

2.1 Reflexões sobre o singular e o universal

Considera-se, inicialmente, que o mundo agrário, assim como o capitalismo, está em constante modificação e que a agricultura orgânica faz parte deste movimento. Assim, para compreender o movimento da agricultura orgânica faz-se necessário considerar algumas premissas como: não é possível tratar o aparecimento de determinada produção agrícola somente por meio de uma função utilidade, mas sim como resposta do movimento capitalista na busca por lucro; a partir do momento em que se insere num modo capitalista de produção, a adequação às regras do jogo tende a levar o produtor a procurar uma maneira de sobreviver, o associativismo pode ser uma delas. Com as considerações de Figueira (1979) podem-se compreender melhor estas premissas acima:

A ficarmos nas aparências, acabaremos por aceitar as explicações que vinculam a transformação da produção à solução de questões técnicas [...] Encobre-se, desta maneira, o caráter mercantil das relações sociais, relações que envolvem inclusive as questões aparentemente técnicas e ‘neutras’ revelando-as como parcelas do capital, o que vale dizer, do trabalho acumulado e expropriado. Não há nesta sociedade uma técnica fora do mercado (FIGUEIRA, 1979, p. 22).

Assim, para compreender as transformações que ocorrem no âmbito da agricultura, faz-se necessário considerar estas reflexões mais amplas de maneira a compreender este movimento da agricultura e do surgimento da agricultura orgânica.

A revolução que a globalização do capitalismo está provocando no mundo agrário transfigura o modo de vida no campo, em suas formas de organização do trabalho e produção, em seus padrões e ideais sócio-culturais, em seus significados políticos. Tudo que é agrário dissolve-se no mercado, no jogo das forças produtivas operando no âmbito da economia, na reprodução ampliada do capital, na dinâmica do capitalismo global (IANNI, 1996, p. 52).

São vários e básicos os processo que alcançam, envolvem, integram, recriam ou

dissolvem a terra como fonte de poder, como celeiro primordial e universal, como matriz das forças sociais que constituem as sociedades nacionais, os blocos de poder, as rupturas estruturais.

Ianni (1996) analisa o mundo agrário capitalista afirmando que:

Ocorre que o mundo agrário já está tecido e emaranhado pela atuação das empresas, corporações e conglomerados agroindustriais. São núcleos ativos e predominantes, articulando atividades produtivas e mercados, geopolíticas mercantis e *marketings*, modalidades de produtos e ondas de consumismo. Ainda que subsistam e se recriem as mais diversas modalidades de organização do trabalho e produção, muito do que se faz no mundo agrário está formal ou realmente subsumido pelo grande capital flutuando pelo mundo afora (IANNI, 1996, p. 46).

E prossegue o mesmo autor,

E claro que as transformações dos processos de trabalho e produção compreendem também as formas de sociabilidade, as instituições sociais, os padrões e valores sócio-culturais. Simultaneamente transformam-se os grupos e as classes sociais. Não só modificam-se quantitativamente como transformam-se qualitativamente, no que se refere às condições e perspectivas de organização, mobilização, conscientização, reivindicação e luta. Intensifica-se e generaliza-se a subsunção real do trabalho ao capital, ainda que se recriem formas de organização do trabalho e produção que parecem apresentar características de ‘autonomia’. [...] Já é evidente que as relações, os processos e as estruturas que dinamizam a globalização transformam ou simplesmente dissolvem o mundo agrário. Como objeto e meio de produção, a terra se modifica, devido às potencialidades das novas tecnologias de organização do trabalho e da produção. (IANNI, 1996, p. 59-61).

E o capital se preocupa com o que é mais fácil produzir tendo em vista maiores taxas de lucro. Só assim se dará importância a uma determinada cultura agrícola. A questão é saber se o trabalho excedente obtido com determinada produção dá lucro. Então, não é se uma cultura exige mais ou menos força de trabalho, mas sim, se isso se reverterá em lucro (FIGUEIRA, 1979). “O capital não cede, porém, a impulsos instintivos. Ao contrário, trata a alimentação como ciência. [...] A alimentação da ‘nação’ é uma ciência ...” (FIGUEIRA, 1979, p. 15).

Também se deve observar para quê o produto serve no momento: subsídio, preço, técnica

etc, além das instâncias que os decidem, como os monopólios internacionais. Importa entender o que acontece com um determinado cultivo agrícola como um movimento do capital. O impulso deste movimento ocasiona aumento ou diminuição desta produção no decorrer da história? Do contrário, ou seja, assegurando-se que o conjunto de problemas que cercam ou cercavam determinada produção resume-se apenas à descoberta de novas técnicas, considera-se, então, que o domínio da natureza é um processo evolutivo, natural, e não um movimento histórico (FIGUEIRA, 1979).

Qual seria, então, a verdadeira tônica explicativa do desenvolvimento de determinada cultura agropecuária no Brasil? Deve-se rever a história. O cerne da produção de mercadorias oculta-se por trás da aparente produção de utilidades. “... trata-se de encontrar uma alimentação ideal para o capital [...] a seleção dos alimentos obedece às leis de nutrição do capital ...” (FIGUEIRA, 1979, p. 05-08).

A partir destas considerações, para a investigação do presente trabalho, parte-se do princípio de que a observação deve ser realizada considerando a relação entre o *singular* e o *universal*, que, segundo Alves (2003) impõe a maneira de investigar um objeto (singular), presente num contexto maior, o sistema capitalista (universal), procedimento este que considera a necessidade de identificar as determinações históricas de um fato social. Como *singular* tem-se nosso objeto *agricultura orgânica em Mato Grosso do Sul*, mais especificamente a *APOMS (Associação dos Produtores Orgânicos de MS)*, e como universal tem-se a agricultura que se realiza sob a égide da lógica do capital (agricultura química). Acredita-se poder utilizar esta perspectiva para observar uma região, uma localidade ou um grupo, como uma associação de produtores, por exemplo.

[...] o singular é sempre uma forma de realização do universal. Logo, o singular refere-se, também, à escala adotada pelo pesquisador para realizar a abordagem da realidade humana: uma cidade, uma região, um país, um continente etc. O singular é a manifestação, no espaço convencionado, de como leis gerais do universal operam dando-lhe uma configuração específica. Universal e singular, nessa perspectiva, são indissociáveis. [...]. Se o singular é a forma singular de realização do universal, só iluminado pelo universal e através dele pode conter elementos que contribuam para cimentar a identidade entre os povos (ALVES, 2003, p. 28).

Já o universal, explica este mesmo autor,

O universal corresponde ao movimento dado pelas leis da totalidade, isto é, da sociedade capitalista, enquanto o singular cinge-se ao locus em que esse movimento se realiza: uma região, uma instituição educacional, a obra teórica e/ou prática de um educador etc. Portanto, universal e singular são indissociáveis, e os objetos de pesquisa só são suficientemente captados quando revelam essa indissociabilidade. Nesse sentido, as expressões nacional e regional não se opõem ao universal. São, isto sim, formas por meio das quais o universal se realiza. Como são formas sempre peculiares, em decorrência dos condicionamentos econômicos e culturais de cada região ou nação, são, por isso, expressões singulares de realização do universal. Sob esse aspecto, ao pesquisador das temáticas regionais cabe desvelar como a forma singular, que se expressa no seu objeto, realiza o movimento pertinente ao universal e como, para cada objeto investigado, se dá a mediação do nacional (ALVES, 2003, p. 34).

Adicionalmente, Figueira (1979) afirma que a associação entre produtores pode ser considerada uma alternativa para os problemas da capitalização da agricultura, apesar de não ser a solução pode contorná-los. “Nossas reflexões fundem-se na tese de que pequenos e médios proprietários de terra, porque reunidos, funcionam no conjunto do sistema como se fora um grande capital” (FIGUEIRA, 1979, p. 74).

[...] se as cooperativas não logram ser um ‘solução’ para nenhum dos problemas do capitalismo, conseguem, em contrapartida, dar-lhe um impulso insuspeitado na agricultura [...]. Sem intervir na propriedade, antes a mantendo, a cooperativa, ao reunir pequenos e médios proprietários, permite que estes se apresentem no conjunto da economia como se fora um grande capital. Desta forma obtém a concentração necessária à reprodução ampliada do sistema. O que deve, todavia, ser ressaltado no que diz respeito às cooperativas e seu potencial de capitalização não é a reunião de seus associados mas o estar esta *associação subordinada ao capital*. A ‘cooperação’ assim obtida não é, pois, igual à soma de suas partes, mas de uma qualidade nova e superior (FIGUEIRA,

1979, p. 100-101).

2.2 Procedimentos metodológicos

Revisão bibliográfica da literatura existente.

Elaboração e aplicação de questionário (entrevistas) a 08 (oito) propriedades que fazem parte da Associação dos Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul.

No total, há 80 produtores distribuídos em seis cidades núcleos fazendo parte, atualmente, da APOMS, em diferentes estágios de conversão e de conscientização, nas cidades de Dourados, Glória de Dourados, Ivinhema, Itaquiraí, Mundo Novo e Nova Andradina. Todas estas com outras cidades/distritos vinculados. Contudo, procurou-se realizar as entrevistas com produtores em estágios maiores de conscientização e mais atuantes na associação. Assim, as cidades foram selecionadas em função da proeminência de seus produtores. São elas:

Dourados – 01 produtor,

Glória de Dourados – 02 produtores,

Itahum (distrito de Dourados) – 01 produtor,

Itaporã – 01 produtor,

Ivinhema – 01 produtor, e

Nova Andradina – 02 produtores.

Realizou-se um roteiro para as entrevistas (ver Anexo p. 110), utilizado para conduzir o diálogo com os produtores.

Para a elaboração deste roteiro observou-se o trabalho de Gurgel (2001) onde a pesquisadora procura retratar uma localidade produtora de orgânicos, objeto de um programa conduzido em parceria com uma organização não-governamental, um banco regional e prefeitura,

no nordeste do Brasil. Sua pesquisa adota diversos parâmetros/itens para realizar um estudo exploratório da região observada e visualizar as características das unidades rurais, podendo assim diagnosticar se estas promovem uma atividade ambientalmente sustentável, economicamente viável e socialmente justa (objetivo da pesquisadora).

Estes itens que favoreceram a estruturação de um roteiro para uma pesquisa exploratória puderam ser recomendados também para o presente trabalho.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Um breve histórico sobre a agricultura orgânica no mundo

A história da agricultura orgânica mistura-se com a história de outras modalidades de produção agrícola ditas “alternativas”, como a biodinâmica, a biológica, a permacultura, a agroecológica, dentre outras. No fim, todas partem e refletem princípios muito semelhantes e que se fundem como “agricultura orgânica”, termo adotado para designar todas as produções ditas acima que atendam aos parâmetros exigidos na certificação.

Na década de 1920, a história da agricultura orgânica tem como referência o trabalho do pesquisador inglês Albert Howard, que, em viagem à Índia, observou as práticas agrícolas de compostagem e adubação orgânica utilizadas pelos camponeses, relatando-as posteriormente em seu livro *Um testamento agrícola*, de 1940 (ORMOND et al., 2002).

Na mesma época, na França, Claude Aubert disseminou o conceito e as práticas da agricultura biológica, na qual os produtos são obtidos pela utilização de rotação de culturas, adubos verdes, estercos, restos de culturas, palhas e outros resíduos vegetais ou animais, bem como controle natural de pragas e doenças. O uso de fertilizantes, adubos e defensivos sintéticos passou a ser suprimido no manejo das lavouras. Aceleradores artificiais de crescimento ou engorda também são abolidos no manejo de animais, somente se aplicado as vacinas obrigatórias. A fitoterapia, a homeopatia e a acupuntura são os tratamentos utilizados em casos de doenças (ORMOND et al., 2002).

Na Alemanha, em 1924, Rudolf Steiner lançou as bases da agricultura biodinâmica, que busca a “harmonia e o equilíbrio da unidade produtiva” (terra, plantas, animais e o homem),

utilizando as influências do sol e da lua. Suas premissas advogam que, para se estabelecer o elo entre as formas de matéria e de energia presentes no ambiente natural, somente devem ser utilizados os elementos orgânicos produzidos na propriedade agrícola, já que esta é considerada um organismo, um ser indivisível (ORMOND et al., 2002).

Para Koepf, Pettersson e Schaumann (1983), desde que existe a agricultura moderna, emancipada, existe também entre produtores e consumidores um “sentimento incômodo” sobre ela. Ou seja, mesmo os que empregavam os novos métodos da agricultura moderna sentiam que muitas das inovações eram algo artificiais ou “antinaturais”. “Trata-se de uma atitude intuitiva, de um sentimento, mais do que de uma atitude racional.” (KOEPEF; PETTERSSON; SCHAUMANN, 1983, p. 06). As reações disto, segundo estes autores, foram os movimentos de agricultura biológica ou orgânica representados por diversos grupos. O pensamento presente nestes grupos considera que a função da agricultura na vida do indivíduo e da sociedade não se limita absolutamente a empregos e lucros, enquanto a organização das fazendas não deverá apenas visar à renda.

Nos anos da década de 1930, os produtos do método biodinâmico passaram a ser comercializados sob a designação “Demeter”, marca registrada, por iniciativa da Cooperativa Agrícola Demeter. A cooperativa e alguns agricultores saxões formaram, em 1934, uma sociedade limitada (KOEPEF; PETTERSSON; SCHAUMANN, 1983).

No Japão, em 1935, Mokiti Okada definiu a filosofia de uma “agricultura natural”, segundo a qual existem “espírito e sentimento” em todos os seres vivos (vegetal e animal), ou seja, acrescentou um aspecto religioso ao movimento. Okada dizia ainda que a agricultura natural valoriza o solo como “fonte primordial de vida” e que, para fertilizá-lo, deve-se fortalecer sua

energia natural utilizando os insumos disponíveis no local de produção para adubar e fertilizar a terra. Seu objetivo primordial era obter produtos por sistemas agrícolas que se assemelhassem às condições originais do ecossistema (ORMOND et al., 2002).

Na década de 1940, antes da Segunda Guerra Mundial, o movimento biodinâmico se difundiu, principalmente pelas províncias orientais e na Alemanha Central. Na Alemanha Ocidental, as poucas empresas agrícolas restantes continuaram suas atividades. Reunidos novamente alguns dos antigos responsáveis, fundou-se ali, em setembro de 1945, o “Círculo de pesquisas do método biodinâmico”. Organizou-se uma consultoria (mais tarde desenvolvida em diversas regiões), restabeleceram-se contatos com agricultores da Suíça, Holanda, Dinamarca, Suécia, Noruega, Finlândia, Inglaterra, França e Áustria. Formaram-se, em diversos países, “Círculos de pesquisas” nacionais, com revistas e literatura próprias, congressos, seminários, etc. O início foi facilitado pelo governo. Na Alemanha e nos outros países, a estruturação da consultoria e da pesquisa contou com o auxílio de fundações e doações. Quando se tornou possível novamente viajar, após a guerra, o congresso anual reuniu, durante todo o inverno, um número crescente de participantes na Goethanum, “Escola Superior Livre de Ciências Espirituais” (KOEPEF; PETTERSSON; SCHAUMANN, 1983).

A formação de pesquisadores, vitalizada pela fundação dos *Institutos de Pesquisas Biodinâmicas*, dispunham, na Suíça, das instalações do Goetheanum e, a partir de 1950, das instalações em Darmstadt/RFA, Rodbjerggaard/Dinamarca (Fazenda Experimental e Escola de 1946 a 1955), assim como em Järna/Suécia, a partir de 1958. Pesquisavam-se questões sobre compostagem, ensilagem, a relação entre o meio, fertilidade e qualidade dos produtos e sobre os preparados biodinâmicos. Praticavam-se, além disto, exames qualitativos e consultoria para a

Organização Demeter. O “Círculo de pesquisa do método biodinâmico” passou a ser proprietário da marca registrada *Demeter* (KOEPF; PETTERSSON; SCHAUMANN, 1983).

Também, durante a Segunda Guerra Mundial surgiu, nos EUA, um movimento ligado ao nome de I. J. Rodales lançou a revista *Organic Gardening*, que alcançou uma circulação de mais de 750.000 exemplares nas décadas de 1960 e 1970. Neste mesmo período fundaram-se numerosos clubes de horticultores nos Estados Unidos e inúmeras organizações, como, por exemplo, a ‘*Natural Food Associates*’, da qual participam não só produtores, mas também numerosos consumidores (KOEPF; PETTERSSON; SCHAUMANN, 1983).

Outro nome que se acrescenta a favor da perspectiva biodinâmica e ‘orgânica’ é Lady Eve Balfour que fundou a *Soil Association* na década de 1940. Seu livro básico é *The Living Soil*, editado em 1943. A *Soil Association* baseia-se, particularmente, na experiência de Albert Howards, que desenvolveu nos anos de 1925 a 1930, na Índia, o chamado “Processo Indore de Preparo de Composto”, descrito em *Manufacture of Humus by the Indore Process*, publicado em 1935. O livro de Howards, *An Agricultural Testament*, foi publicado em 1940. Para formar os conceitos da *Soil Association*, contribuiu também o estudo de formas históricas da agricultura, como a chinesa, por exemplo (KOEPF; PETTERSSON; SCHAUMANN, 1983). No Reino Unido esta associação licencia aproximadamente 70% da produção orgânica do país e envia inspetores para checar se regras estão sendo seguidas por parte dos produtores (TREWAVAS, 2001).

Em meados da década de 1960, a perspectiva malthusiana ganhou força, com trabalhos como o de Paul Ehrlich, *The Population Bomb* (1966) e de Garret Hardin, *Tragedy of the Commons* (1968). Estes autores ligaram a “degradação ambiental e a depredação dos recursos” aos aumentos populacionais. Este ponto de vista expandiu-se com a publicação do Clube de

Roma, *The Limits to Growth*, o qual usou simulações computadorizadas da tendência global da população, do uso de recursos e da poluição para traçar “cenários” para o futuro, os quais eram, geralmente, “desastrosos para a humanidade” (ALTIERI, 1989).

Em 1964, as “questões ambientais” pertinentes à agricultura foram assinaladas por *Silent Spring* (Primavera Silenciosa), de Rachel Carson, que levantou questões sobre os impactos secundários de substâncias tóxicas no ambiente, especialmente inseticidas.

As gerações futuras não nos perdoarão, com toda probabilidade, a nossa falta de prudente preocupação a respeito da integridade do mundo natural que sustenta a vida toda. Ainda há pouca consciência – uma consciência muito limitada – quanto à natureza da ameaça. Esta é uma época de especialistas; cada especialista vê o seu próprio problema; e não forma noção, ou não tolera o estudo da moldura maior em que a sua especialização se enquadra. Esta é, também, uma era dominada pela indústria; nesta época, o direito de auferir lucros, seja lá por que custo for, muito raramente é discutido (CARSON, 1968, p. 23).

Continuando com a perspectiva ambiental, surgem diversas ONGs. Em 1967, por exemplo, foi fundada a ONG estadunidense *Environmental Defense Fund*, especificamente para a campanha contra o DDT (Diclorodifeniltricloreto). Foi, segundo EIR (2001, p. 108) a primeira ONG “jurídica”, criada para “defender o meio ambiente nos tribunais do país”. Em 1993, seu orçamento anual foi de 17,4 milhões de dólares. É mantida basicamente por grandes fundações, e é dirigida por políticos e altos funcionários do governo estadunidense (EIR, 2001).

Na década de 1970, Bill Mollison difundiu o conceito de permacultura – Austrália, 1971 – que também é um modelo de agricultura “integrada com o ambiente”. O uso de informações sobre direção do sol e dos ventos para determinar a disposição espacial das plantas é o que diferencia essa corrente das demais (ORMOND et al., 2002).

A década de 1970 também tem a presença dos ambientalistas que, de certa forma,

contribuíram para fortalecer os pressupostos da agricultura orgânica e suas variantes.

Segundo EIR (2001, p. 97-125), algumas entidades ambientalistas internacionais surgiram ou se estruturaram na década de 1970, com o apoio e financiamento do “*Establishment* oligárquico anglo-americano”, elas estão listadas abaixo:

- Em 1970 Edward Goldsmith funda a revista *The Ecologist*, da ala radical do movimento ambientalista, e lança o Partido Verde do Reino Unido.
- Criação do *Friends of the Earth* (FoE), Amigos da Terra, ligado ao lançamento do movimento ambientalista nos EUA, com a celebração do primeiro Dia da Terra, em 22 de abril de 1970.
- Em 1971 foi fundado o Clube 1001 pelo príncipe Bernardo da Holanda com a finalidade de ajudar a financiar as operações do WWF (World Wildlife Fund).
- Fundação do Conselho Indigenista Missionário, em 1972, braço militante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil para a questão indígena.
- Criação da *Cultural Survival*, em 1972, Cambridge, Massachussets (EUA), pelo antropólogo britânico David Maybury Lewis, como uma filial norte-americana da Sociedade para os Povos Ameaçados, ONG vinculada à Casa Real Dinamarquesa.
- Fundação MacArthur, criada em 1970, tornou-se uma das maiores fundações dos EUA. Na área ambiental, patrocinou os estudos do WWF e *Nature Conservancy* para a elaboração das chamadas trocas de dívida por natureza (*debt-for-nature swaps*).

Também nesta década, seguiram-se conferências que influenciaram o pensamento ambientalista na década de 1970:

- 1972 – Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (Estocolmo): a

Conferência, segundo Magnoli (2004, p. 242), praticamente “inaugurou a diplomacia ambiental”, reproduziu retoricamente o programa do Clube de Roma, e apresentou um programa profundamente idealista que não podia ser aplicado, pois entrava em conflito direto com o princípio de soberania nacional.

- 1974 – Conferência Mundial das Nações Unidas sobre a População, na Cidade do México: segundo Magnoli (2004, p. 241) esta se realizou sob o tema da “suposta contradição entre o crescimento demográfico acelerado e o desenvolvimento econômico”, pois se presenciava, segundo este autor, a forte expansão industrial nos países desenvolvidos que agravava o problema da poluição do ar e da água, e o primeiro choque de preços do petróleo (1973) que parecia conferir urgência e dramaticidade às advertências sobre o esgotamento de recursos naturais.
- 1975 – Conferência sobre Recursos Hídricos
- 1976 – Conferência sobre Estabelecimentos Humanos
- 1977 – Conferência sobre Desertificação

Além da realização de outras convenções temáticas específicas como: Prevenção da Poluição do Mar por Navios e por Fontes Terrestres (1973 e 1974); sobre Espécies da Flora e Fauna Ameaçadas de Extinção (1973); sobre Poluição Transfronteiriça (1979) e sobre Direito do Mar (1982) (MAGNOLI, 2004, p. 242).

Na década de 1980 e 1990, também algumas conferências no âmbito das Nações Unidas foram destaques no cenário ambientalista:

- 1981 – Conferência sobre Fontes Novas ou Renováveis de Energia
- 1985 – Convenção de Viena sobre Proteção da Camada de Ozônio

- 1987 – Protocolo de Montreal sobre Proteção da Camada de Ozônio
- 1992 – Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio de Janeiro, 1992, ECO-92): nela aprovou-se um documento, a Agenda 21, que, segundo Barbieri (1997, p. 13), trata-se de “um programa de ação para se implementar o desenvolvimento sustentável. É uma espécie de receituário abrangente para guiar a humanidade em direção a um desenvolvimento que seja ao mesmo tempo socialmente justo e ambientalmente sustentável”.

A ECO-92 gerou, adicionalmente, outros tratados globais: Declaração de Princípios para a Administração Sustentável das Florestas; Convenção sobre diversidade Biológica e Convenção sobre Mudanças Climáticas Globais.

- 1997 – Protocolo de Kyoto sobre gases de estufa: segundo Magnoli (2004, p. 248), este protocolo “representou interessante inovação nas políticas globais para o meio ambiente”, fixou a meta global de redução de 5% sobre os níveis de emissão de gases de estufa de 1990, a ser atingida entre 2008 e 2012, criou um sistema de comércio de créditos de emissões entre os países, e condensou “uma estratégia de estímulo à inovação tecnológica e à mudança dos padrões de produção e consumo de energia em escala global.”

3.2 Marcos legais internacionais da agricultura orgânica

- **IFOAM (International Federation of Organic Agriculture Movements):**

A Federação Internacional de Movimentos pela Agricultura Orgânica (IFOAM) foi fundada em novembro de 1972, e constitui-se numa instituição mundial que congrega diferentes setores da sociedade envolvidos com a produção, o processamento, o transporte, a comercialização e o consumo dos produtos orgânicos. Estabeleceu seus padrões básicos em 1980,

que são revisados a cada dois anos (MEDAETS; FONSECA, 2005).

Possui aproximadamente 750 membros em torno de 100 países. E seus padrões básicos definem como os produtos orgânicos são cultivados, produzidos e embalados. “Estes padrões não devem ser vistos como padrões finais, mas sim parte de um trabalho em progresso para contribuir com a adoção e continuidade de práticas orgânicas em todo o mundo” (KILCHER; HUBER; SCHMID apud WILLER; YUSSEFI, 2004, p. 27, tradução minha).

A IFOAM conta atualmente com 17 agências credenciadas para emitir certificados de reconhecimento internacional. Promove a harmonização de normas técnicas, bem como o credenciamento de agências certificadoras de produtos orgânicos. Dentre os membros incluem-se certificadores, comerciantes e processadores. Tem um *status* de Órgão Consultor junto à União Européia e à Comissão do *Codex Alimentarius*, mantendo uma relação formal com a FAO (FARINA, 2002).

Para a IFOAM, a agricultura orgânica engloba todos os sistemas agrícolas que promovam a produção de alimentos e fibras de maneira saudável do ponto de vista ambiental, econômico e social. Os padrões estabelecidos por ela são seguidos pela maior parte dos regulamentos de certificação internacionais, que geralmente servem de base para definição de padrões orgânicos, tanto obrigatórios como voluntários. As normas adotadas pela IFOAM subsidiaram a elaboração da legislação que hoje vigora na União Européia, Estados Unidos e outros países que apresentam regulamentação para produtos orgânicos. Além disso, a instituição criou um Programa Internacional de Credenciamento, operado pelo IOAS (*International Organic Accreditation Service*), órgão independente e sem fins lucrativos. Até outubro de 2001, o credenciamento do IOAS foi concedido a dezessete certificadoras, das quais uma brasileira, o IBD (Instituto

Biodinâmico), e quatro internacionais que já atuaram e ou estão atuantes no Brasil (FARINA, 2002).

- **O *Codex Alimentarius*:**

A Comissão *Codex Alimentarius* foi criada em 1962 pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e pela Organização Mundial da Saúde (OMS). “Seu objetivo é defender a saúde e os interesses econômicos dos consumidores, além de encorajar um comércio internacional mais justo de alimentos”. Dispõe espaço para que os países-membro (mais de 150 países) e as organizações internacionais possam trocar informações sobre segurança e comércio alimentar, visando desenvolver padrões para os alimentos, códigos de conduta e outras referências (MEDAETS; FONSECA, 2005, p. 69).

A comissão desenvolve ação específica voltada para a produção orgânica. Elaborou um documento, o *Guidelines for the production, processing, labelling and marketing of organically produced foods*. Estas diretrizes contribuem para equilibrar as normas de produção entre os países. Se a regulação de um país estiver muito distante das instruções previstas no *Codex*, isto poderá ensejar uma disputa junto à OMC (MEDAETS; FONSECA, 2005).

As diretrizes do *Codex* são consistentes, mas não idênticas aos padrões básicos da IFOAM. Tais diretrizes foram usadas como referência para o desenvolvimento de regulamentos governamentais e seu estabelecimento envolve um processo com participação pública e privada (MEDAETS; FONSECA, 2005).

- **ISO (*International Organization for Standardization*)**

Fundada em 1947, é uma federação mundial de organismos nacionais de padronização representando 130 países. Promove o desenvolvimento da padronização com vistas a facilitar a

troca internacional de produtos e serviços, assim como a cooperação nos campos intelectual, científico, tecnológico e econômico. Cobrindo quase todas as áreas do conhecimento técnico, o trabalho da ISO tem como consequência acordos internacionais que são publicados como padrões internacionais.

A ISO 65, chamada de Requisitos Gerais para Organismos que Realizam Certificação de Sistemas, é o código mais importante para a certificação orgânica. Não existem códigos específicos para a certificação de métodos de produção, mas este fornece uma diretriz geral para qualquer organismo de certificação, incluindo os que certificam produtos. Os critérios da IFOAM para credenciamento de programas de certificação, de processadores e produtores orgânicos são baseados nesta diretriz ISO 65, e são aplicáveis para a certificação da produção, mas não para a certificação do produto, no caso dos orgânicos. Conter o selo de uma certificadora credenciada pelo ISO 65, cujas normas são específicas para credenciamento de agências certificadoras é uma das exigências dos países importadores de produtos orgânicos (FARINA, 2002).

Outra diretriz importante é a ISO 61, Requisitos Gerais para Planejamento e Credenciamento de Organismos Certificadores, que determinam os requisitos para os organismos credenciadores. Também são importantes as séries 9.000 e 14.000. A série ISO 9.000 refere-se a padrões para gerenciamento de sistemas de qualidade e a ISO 14.000 refere-se a diferentes aspectos da gestão ambiental, incluindo sistemas de gerenciamento ambiental, rotulagem e aspectos ambientais de padrões de produtos, mas os padrões não têm nenhuma implicação direta com os métodos e princípios aplicáveis à produção de alimentos orgânicos (FARINA, 2002).

- **Regulações nacionais e supranacionais**

Em âmbito mundial, as iniciativas de estabelecimento de padrões na produção orgânica,

no início do movimento de agricultura alternativa, foram originadas no setor privado, segundo Medaets e Fonseca (2005), sendo o movimento biodinâmico possivelmente o primeiro a introduzir uma auto-regulação (como os manuais para cultivo dos produtos sob o símbolo Demeter em 1928 na Alemanha).

Os anos da década de 1970 destacam-se pelo estabelecimento de padrões orgânicos e surgimento dos primeiros selos.

França: As regulamentações tiveram início na França, em 1980. Foi o primeiro país europeu a introduzir um rótulo oficial de Agricultura Biológica para cereais orgânicos, frutas e vegetais, por meio das regulamentações técnicas da Lei 80.502, de junho de 1980. O primeiro conjunto de padrões ratificado foi *Nature et Progrès*, em 1986. Uma nova legislação surgiu em dezembro de 1988, estabelecendo um acordo nacional de padrões básicos que confirmava os 14 diferentes tipos de padrões em operação. Mas, estas regulações francesas ganharam força com a publicação do Regulamento CEE 2092/91 da União Européia. (MEDAETS; FONSECA, 2005).

União Européia: Nos Estados membros da União Européia (EU), a rotulagem de produtos vegetais orgânicos é legalizada pela Regulação EU 2092/91, enquanto os produtos de origem animal produzidos organicamente são regidos pela Regulação EU 1804/99, legalizada em agosto de 2000. Estas regulações protegem produtores e consumidores de orgânicos dos produtos/produtores falsamente identificados como orgânicos, por exemplo. Produtos animais, vegetais e produtos agrícolas processados, importados dentro da EU, só podem ser rotulados como orgânico se estiverem em conformidade com as normas da Regulação EU 2092/91 (KILCHER; HUBER; SCHMID apud WILLER; YUSSEFI, 2004).

A regulação da UE sobre produtos orgânicos impõe um mínimo de regras dirigidas à

produção e processamento. Supervisões e sanções são negociados regionalmente. Ao mesmo tempo, cada país tem a responsabilidade de interpretar a regulação e implementá-la no contexto nacional. Além disso, muitos países da UE têm desenvolvido suas próprias regulações, bem como logotipos nacionais para os produtos orgânicos, em alguns casos isto ocorreu antes da Regulação da UE. Estes logos são bem conhecidos e mais confiáveis pelos consumidores. A existência destes logos é uma razão para o “boom” orgânico nesses países (KILCHER; HUBER; SCHMID apud WILLER; YUSSEFI, 2004).

Estados Unidos: Nos Estados Unidos, durante os anos da década de 1970, grupos de produtores começaram a definir os princípios da agricultura orgânica. No final da década de 1970 e início da de 1980, cresceu o número de organismos certificadores e de padrões de produção e processamento de produtos orgânicos. A comunidade orgânica privada, principalmente a indústria orgânica, reconheceu a necessidade de coordenar o trabalho dos organismos certificadores e dar confiança aos consumidores, procurando envolver o governo. Em 1990 ocorreu o Ato da Produção de Alimentos Orgânicos (Ofpa), que refletiu a maioria dos consensos da comunidade orgânica. O Ofpa previa o estabelecimento do Conselho Nacional de Normas Orgânicas (NOSB), composto por diversos agentes da cadeia produtiva, mas, só foi estabelecido em janeiro de 1992 (MEDAETS; FONSECA, 2005).

O NOSB, em 1994, submeteu suas recomendações ao USDA (United States Department of Agriculture). O processo continuou até 2001, quando o USDA publicou seus novos padrões e criou o Programa Nacional Orgânico (NOP). Até outubro de 2002, todos os agentes da cadeia produtiva tiveram que se adequar aos novos padrões, regulamentações, procedimentos e autorizações para utilização do selo orgânico do USDA (MEDAETS; FONSECA, 2005).

Mas, um movimento recente nos EUA indicou a importância da discussão sobre sistemas alternativos de garantia, como o selo privado *Certified Naturally Grown*, um programa de certificação voltado para pequenos produtores que utilizam métodos de produção do USDA, mas que não fazem parte do programa de certificação desse órgão devido ao peso excessivo da manutenção de dados e os custos financeiros que inviabilizam a legalização junto ao USDA (MEDAETS; FONSECA, 2005).

Desde o início da regulação norte-americana para agricultura orgânica (Programa Nacional de Orgânicos, NOP, outubro de 2002) existem duas regulações que influenciam fortemente os padrões de produção orgânica e comércio em torno do mundo: a legislação europeia e a norte-americana. Agricultores e comerciantes que querem exportar produtos orgânicos deverão saber o destino potencial final de seus produtos para assegurar que ambos padrões de produção e procedimentos para produtos importados no mercado almejado sejam atendidos (KILCHER; HUBER; SCHMID apud WILLER; YUSSEFI, 2004).

Japão: No Japão, o processo de regulamentação da produção de orgânicos foi iniciado em abril de 1992, quando o Ministério da Agricultura, Pesca e Alimento estabeleceu as diretrizes voluntárias de rotulagem orgânica. Em 1998, houve a decisão de estabelecer uma regra para a certificação orgânica na lei sobre as Normas Agrícolas Japonesas, o JAS. Em 1999, o conceito de uma lei JAS foi revista, passou no congresso e, em abril de 2000, uma nova lei foi promulgada. Em junho de 2000, a lei JAS foi estabelecida para produtos orgânicos perecíveis, e, em 2001, entrou em vigor o controle do ‘rótulo orgânico’, requerendo que todos os alimentos produzidos e processados (vegetais), rotulados como orgânico, carregassem a marca JAS. A lei JAS revista (baseada nas diretrizes do *Codex Alimentarius*) foi adotada para proteger os consumidores de

muitos produtos, existentes no mercado japonês, que estavam incorretamente utilizando o nome 'orgânico' (MEDAETS; FONSECA, 2005).

Tais verificações acima, com relação aos países e a todo um sistema de regulação em torno dos produtos orgânicos, evidenciam que esta atividade implica realmente a exploração de um nicho de mercado, ou melhor, um grande segmento de mercado, não cabendo amadorismo a quem deseja ingressar nesta competição.

3.3 Produção de orgânicos no mundo

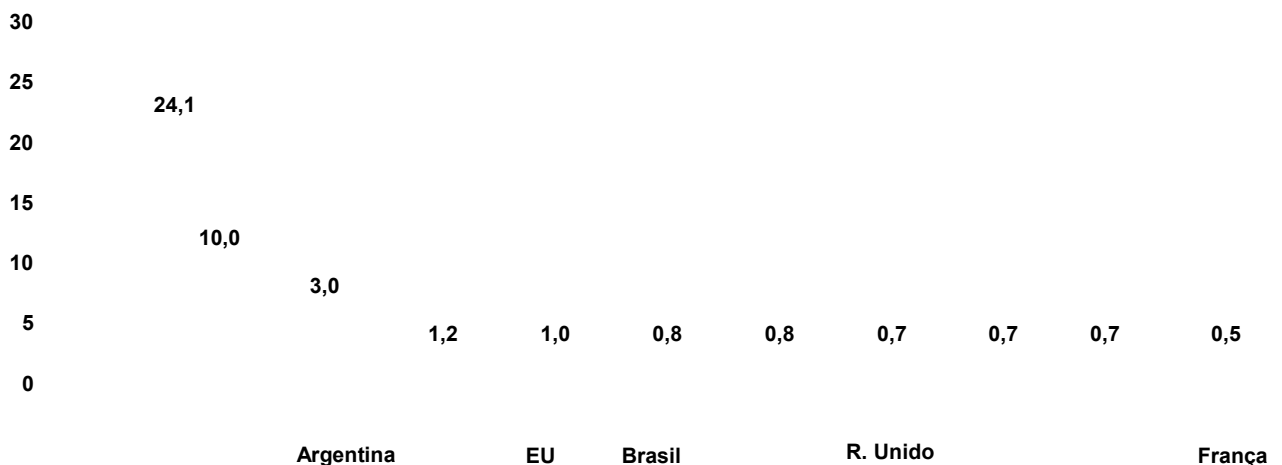
A agricultura orgânica é praticada em aproximadamente 100 países do mundo e a área onde são utilizados os procedimentos da agricultura orgânica está em contínuo crescimento. Além disso, em alguns países onde não há estatística disponível sobre orgânicos, pode-se considerar que muitos dos seus procedimentos já são utilizados (YUSSEFI, 2004).

A figura 1, a seguir, mostra a porção de área com produção orgânica para os continentes.

Figura 1: Distribuição da produção orgânica no mundo

De acordo com a pesquisa SOEL-Survey, de fevereiro de 2004, mais de 24 milhões de hectares em todo o mundo utilizam os procedimentos da agricultura orgânica. A maior parte desta área está localizada na Austrália (10 milhões de hectares), seguida pela Argentina, com 3 milhões de hectares, e Itália, com aproximadamente 1,2 milhão de hectares. A Figura 2, abaixo, mostra os países com maior quantidade de hectares de terras cultivadas organicamente (YUSSEFI, 2004).

Figura 2: Área com produção orgânica (milhões de hectares)

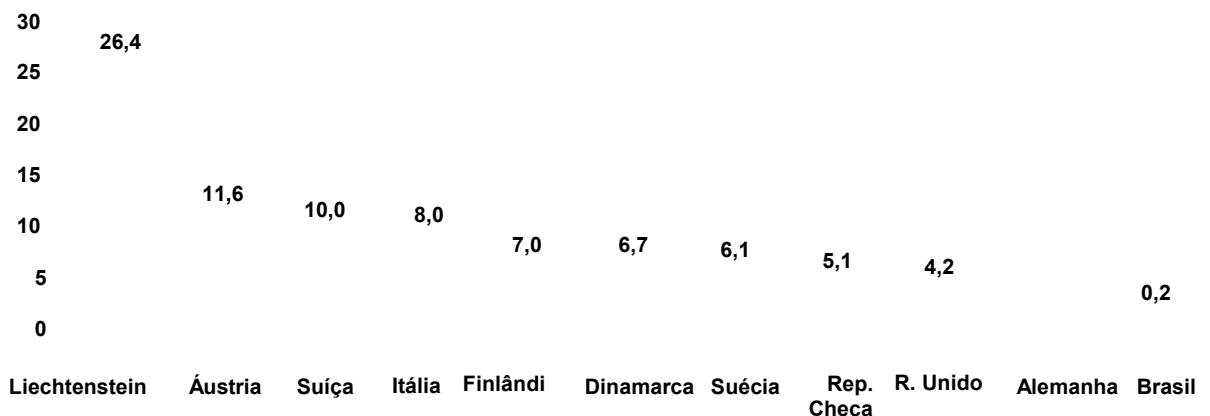


Fonte: SOEL-Survey, February 2004 (YUSSEFI, 2004, p. 15). Elaboração da autora.

Entretanto, apesar de Austrália e Argentina liderarem em quantidade de hectares, em termos percentuais do total da área agrícola do país as posições modificam-se, ou seja, os países europeus apresentam percentuais maiores, conforme a Figura 3 indicando Liechtenstein (com 26,4%) e Áustria (com 11,6%) nas primeiras posições. Visto desta maneira, Austrália e Argentina nem mesmo aparecem nesta figura (nestes países, grande parte das terras certificadas como orgânicas são de pastagens extensivas), pois, comparando-se com o total da área agrícola do país, o que corresponde à produção orgânica são 2,2% (18ª posição no mundo) e 1,7% (24ª posição no mundo) respectivamente (YUSSEFI, 2004).

A título de conhecimento, colocou-se também o percentual brasileiro (0,24%) na Figura 3, porém, o Brasil encontra-se na 54ª posição mundial.

Figura 3: Área com produção orgânica (percentual da área agrícola total do país)



Fonte: SOEL-Survey, February 2004 (YUSSEFI, 2004, p. 16). Elaboração da autora.

Com relação ao número de propriedades (*organic farms*), a Figura 4 mostra os países com o maior número de propriedades produtoras de orgânicos, e apresenta o México em primeiro lugar

com 53.577. Segundo Yussefi (2004, p. 17), são 462.475 propriedades em todo o mundo, e deste total o Brasil abarca 19.003.

Figura 4: Número de propriedades com produção orgânica

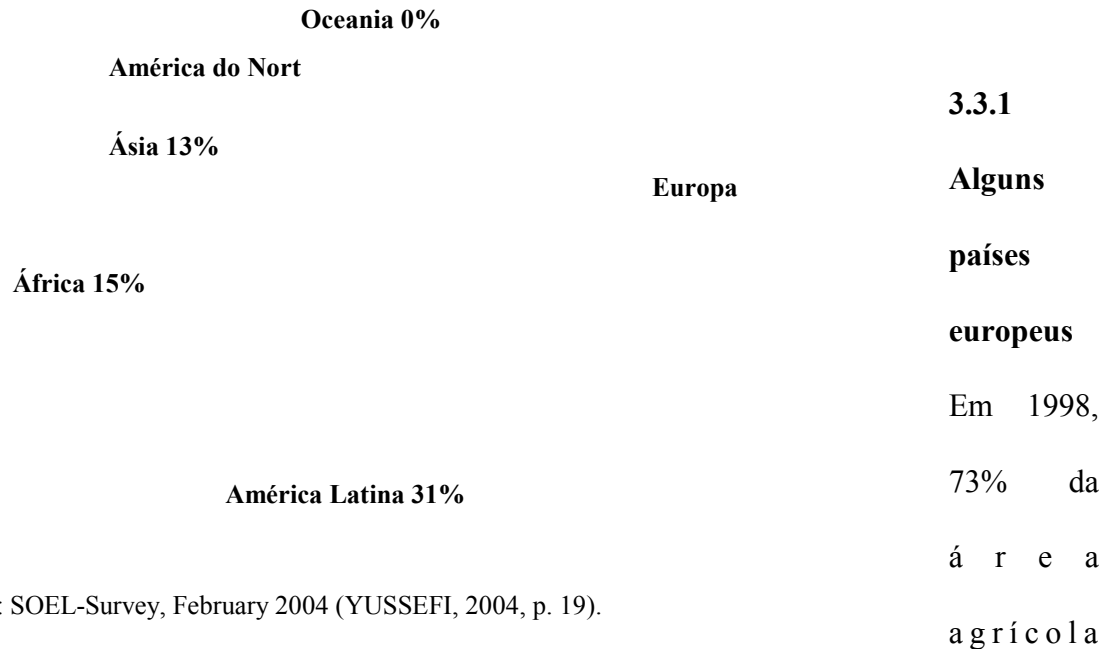


Fonte: SOEL-Survey, February 2004 (YUSSEFI, 2004, p.17).

Elaboração da autora.

Em termos percentuais do total mundial, a distribuição das *farms* está disposta na Figura 5 a seguir. A Europa possui maior número, englobando 39% do total mundial, ou seja, cerca de 180.000 propriedades, segundo o total indicado por Yussefi (2004). A América Latina possui aproximadamente 143.000, África quase 70.000, Ásia cerca de 60.000, América do Norte aproximadamente 9.000 e Oceania são cerca de 2.000 (0,5%) propriedades.

Figura 5: Percentual de propriedades orgânicas (*organic farms*) distribuídas no mundo



com produção orgânica na União Européia recebeu alguma forma de subsídio direto e 88% das propriedades sob manejo orgânico foram apoiadas por programas agroambientais. Soma-se a isso outro fator, a criação de centros de pesquisa que também prestam assessoria técnica aos produtores e associações de produtores.

Segundo Ormond et al. (2002), as crescentes preocupações da União Européia com relação à preservação ambiental viram no processo orgânico de produção uma forma de exploração agrícola ecologicamente adequada. Alinha-se a isso as crises sanitárias por que tem passado o mercado de alimentos na Europa, o que explica a inclusão de incentivos à produção de alimentos orgânicos na Política Agrícola Comum (PAC) da União Européia e nos orçamentos dos países membros, segundo este autor. Assim, estas preocupações podem representar uma possibilidade de mercado para o produto orgânico.

Na Áustria, os produtos orgânicos passaram de nicho de mercado à produção principal. Neste país, a produção orgânica tem sido praticada desde 1927. Possui a mais alta porcentagem de terra cultivada organicamente da Europa. Aproximadamente 10% dos cultivos agrícolas austríacos são certificados como orgânico. São aproximadamente 66.900 acres; 8,3% das terras agrícolas da Áustria são administradas com os princípios da produção orgânica (KRAUTGARTNER, 2004). A Figura 3 nos mostra um percentual maior, de 11,6%.

Em média, a produção de alimento orgânico dobrou na Áustria nos últimos cinco anos. Os maiores aumentos são relativos a porcos, batatas, cebolas e cenouras (KRAUTGARTNER, 2004).

Existe um forte suporte governamental para orgânicos neste país, sob ambas políticas, nacional e comum europeia. Em adição, o governo austríaco subsidia serviços de consultoria orgânica, educação, pesquisa e marketing. O governo também planeja criar um novo centro de experiência em produção orgânica chamado BioÁustria, uma organização guarda-chuva servindo companhias e associações de produtores de orgânicos (KRAUTGARTNER, 2004).

De 2002 a 2004, o governo austríaco e da União Europeia gastaram o montante de US\$ 4,5 milhões em campanha de marketing com destaque para o orgânico. A esta quantia somam-se os subsídios à produção orgânica, cujo montante em 2002 correspondeu a US\$ 242 milhões. Isto inclui subsídios que não são específicos para agricultura orgânica, podem ser recebidos também por agricultores convencionais (KRAUTGARTNER, 2004).

O governo austríaco objetiva dirigir a Europa à produção orgânica e políticas parceiras do orgânico. Através de programas de marketing, o governo está tentando aumentar a área produtora de orgânicos (área aumentou 50% em 2002) e estimular a demanda consumidora em 33% nos próximos 2 anos (KRAUTGARTNER, 2004).

Da mesma forma que se expande a área austríaca de produção orgânica, as importações também contam com 30% deste tipo de alimento. Os fornecedores de orgânicos são Holanda, França, Alemanha e Itália. Frutas e vegetais são os produtos mais importados (KRAUTGARTNER, 2004).

As grandes redes de supermercados que possuem seus próprios selos para orgânicos dominam este mercado na Áustria. O varejo destina grandes recursos em *marketing* para promover estes alimentos. Em síntese, as redes procuram formar consumidores fiéis para tais produtos (KRAUTGARTNER, 2004).

Embora a Europa seja auto-suficiente na produção orgânica, existem algumas oportunidades para exportadores, segundo Krautgartner (2004). A demanda por frutas secas e nozes orgânicas, principalmente para serem utilizadas como ingredientes de cereais, tem subido constantemente. Os Estados Unidos despontam como potencial supridor destes produtos à Europa, pois os EUA dominam o mercado de frutas secas convencionais e nozes, existindo uma oportunidade paralela da contraparte orgânica. Outros produtos orgânicos norte-americanos com bom prospecto para suprir o mercado europeu são soja, pipoca, chocolate e alimentos leves (lanches).

Exportadores norte-americanos de orgânicos que procuram entrar no mercado austríaco devem usar importadores da Áustria para solicitar permissões. Alguns governos provinciais neste país emitem estas permissões para que importadores possam trazer e vender produtos orgânicos provenientes dos Estados Unidos. A aplicação da permissão tem sido acompanhada por documentação sobre a equivalência de padrões e medidas de controle. Produtores e exportadores devem ser certificados atendendo os requisitos da União Européia. Hoje, muitos produtos orgânicos dos Estados Unidos vendidos à Áustria passam pela alfândega em outro país

(frequentemente Alemanha) e em seguida são transportados para Áustria para serem comercializados sem os procedimentos de importação austríacos (KRAUTGARTNER, 2004).

No Reino Unido, a popularidade do alimento orgânico apresenta crescimento e está superando o alimento “convencional”. Embora ainda dependa de um centro pequeno de clientes regulares, seu número está crescendo com o aumento da renda disponível e melhor esperança de vida, segundo Bicknell (2003). O potencial para transformar a demanda ocasional em regular é enorme. As redes de supermercados dominam a venda a varejo e a demanda por estes produtos está crescendo. Em 2002, o mercado total de orgânicos no Reino Unido somou US\$ 1,6 bilhão, e as importações foram de aproximadamente 65% desta venda.

Os produtos orgânicos frescos são os mais populares entre os consumidores do Reino Unido. Mas, muitos horticultores não estão crescendo domesticamente ou em quantidades suficientes para atender a demanda consumidora anual, assim, esta demanda é atendida por produtos importados dos Estados Unidos, como frutas frescas e vegetais (BICKNELL, 2003).

Ao mesmo tempo, existe um crescente apetite por alimentos orgânicos de conveniência. Alimentos processados e que servem de ingredientes para outros preparos estão ganhando popularidade, proporcionando aos fornecedores norte-americanos mais oportunidades (BICKNELL, 2003).

Usualmente, importador no Reino Unido é um atacadista e as redes de supermercados somam 82% das vendas de produtos orgânicos. Com o crescente domínio pelos supermercados, a parcela do mercado com varejistas independentes, como o pequeno mercado (tendas) e em fazendas, por exemplo, encontra-se desgastada. Entretanto, devido ao aumento da popularidade do produto orgânico, a perspectivas também para estes pequenos *outlets* é positiva (BICKNELL, 2003).

Alguns varejistas, como a Sainsbury's, Tesco e Waitrose, têm ofertado orgânicos desde a década de 1980. Outras redes de supermercados menos tradicionais também têm aumentado suas ofertas de produtos orgânicos. Frutas, vegetais e carnes são encontradas com mais facilidade nestes estabelecimentos (BICKNELL, 2003).

Exemplos de produtos orgânicos mais disponíveis nas prateleiras incluem pães, biscoitos, cereais, bebidas suaves, comidas para bebês e alimentos preparados / congelados. Entre 1999 e 2002, todas estas categorias mostraram crescimento proporcional de três dígitos. Espera-se uma intensificação da influência de múltiplos varejistas, da entrada de fabricantes estabelecidos e do desenvolvimento de novos produtos, como itens de conveniência e de luxo (BICKNELL, 2003).

Adicionalmente, varejistas do Reino Unido estão sob pressão de produtores domésticos e agentes de certificação para comprarem mais produtos orgânicos localmente. Assim, a fatia de mercado para produtos leiteiros, carnes e ovos tem aumentado (BICKNELL, 2003).

Restaurantes especializados em orgânicos e Cafés são ainda limitados em número. Os maiores estão concentrados em Londres. Eles são, freqüentemente, parte de varejistas, e os *outlets* estão adicionando opções de produtos orgânicos em seus *menus*. McDonald's, por exemplo, vende leite orgânico em *outlets* do Reino Unido (BICKNELL, 2003).

Quanto às embalagens do produto orgânico, estas devem estar de acordo com a regulação européia. Alimentos cultivados com mais de 95% de ingredientes orgânicos podem ser rotulados como "orgânico". Aqueles que têm entre 70% e 95% de conteúdo orgânico podem ser chamados de "parcialmente orgânico". Os rótulos devem mostrar o selo de certificação, país de origem, número de registro acreditado na União Européia, data de validade, nome do produtor, medida em metro, endereço do produtor e lista de ingredientes (BICKNELL, 2003).

Em Portugal, as árvores de oliva, pastos, cereais e vinhedos orgânicos também despontam, particularmente na parte leste do país (área com menos desenvolvimento e poluição se comparado às regiões ao longo da costa). Desde 1998 a agricultura orgânica em Portugal tem triplicado em área total. Em 1999, Portugal tinha 73 produtores orgânicos; em 2002, passou para 1.059 (GOMES, 2003).

O consumo português de alimento orgânico conta com menos de 1% do total do mercado alimentar. As iniciativas em *marketing* são quase inexistentes, falta aos consumidores a percepção de alimentos orgânicos; mas, apesar de tudo isto, existe crescente nicho de mercado para produtos orgânicos em Portugal, segundo Gomes (2003).

Os produtos orgânicos são encontrados em supermercados e hipermercados em Portugal, onde são claramente identificados como “orgânicos”. O número de mercados de produtos frescos que ofertam estes itens cresce consideravelmente, e alguns produtores os oferecem diretamente em domicílio. Entretanto, as estruturas de mercado e os canais de distribuição não se encontram bem desenvolvidos para estes produtos (GOMES, 2003).

As importações portuguesas de alimento orgânico são difíceis de quantificar precisamente, visto que seus dados de comércio não separam o produto orgânico do não orgânico. Embora ainda pequena, a perspectiva para uma expansão do mercado de produtos orgânicos para este país é real. A oferta é menor que a demanda, o cultivo orgânico está ainda num estágio inicial, mas os portugueses têm demonstrado maior preocupação com a saúde e com o meio ambiente, e, conseqüentemente, valorização pelo orgânico, especialmente frutas e fibras (GOMES, 2003).

Portugal importa alguns alimentos orgânicos, primeiramente de países da União Européia. Estas importações são em grande parte de frutas e outros vegetais, mas também inclui carnes,

produtos leiteiros e ovos. Produtos orgânicos dos Estados Unidos com maior potencial para importação incluem massas, cereais para café da manhã e outros grãos, temperos, produtos do leite, carnes e ovos (GOMES, 2003).

O Ministério da Agricultura português concede autorização para importação de acordo com cada caso. O importador deve demonstrar que o produto está sendo produzido de acordo com os padrões orgânicos da União Européia. Para produtos orgânicos dos Estados Unidos, as autoridades portuguesas reconhecem a designação de certificação orgânica do Serviço de Agricultura e Marketing do USDA (GOMES, 2003).

3.3.2 Alguns países asiáticos

Em Taiwan, a população consumiu uma estimativa de US\$ 49 milhões em produtos orgânicos no ano de 2003. Embora isto seja 75% maior que em 1999, é relativamente pequeno em termos *per capita* – US\$ 2,17. O baixo consumo, entretanto, aponta espaço para o crescimento deste nicho de mercado. Consumidores mais interessados na saúde e no meio ambiente favorecem a elevação da demanda (LIU-CHEN; MILLER, 2004).

Taiwan cultiva aproximadamente 40% do alimento orgânico que consome, consistindo, em grande medida, de arroz, chá, frutas frescas e vegetais. Outros produtos orgânicos vendidos na ilha são importados, como os itens processados. Maiores fornecedores incluem Alemanha, Estados Unidos, França, Austrália e Itália. Quase todas as nozes, frutas secas, sucos, óleo de cozinha, sementes, feijão, grãos e suplementos alimentares são importados (LIU-CHEN; MILLER, 2004).

Os consumidores de Taiwan têm mostrado desconfiança quanto aos produtos com certificado de orgânico cultivados domesticamente. Para ajudar a tranquilizar o público e resolver a

confusão, o Conselho de Agricultura de Taiwan revisou o Padrão Orgânico Nacional da ilha em 2004. A revisão incorporou padrões internacionalmente aceitos e estendeu diretrizes para agricultores domésticos. Também planejam a criação de um selo de certificação nacional que substitua múltiplos selos privados (LIU-CHEN; MILLER, 2004).

O novo selo induzirá mais produtores a investirem na produção orgânica. A tendência em direção ao cultivo orgânico também incentiva o governo de Taiwan às práticas de agricultura sustentável. Os padrões distinguem-se entre as categorias cultivo “orgânico” e “orgânico ajustado”. A categoria de ajuste aplica-se primeiramente a cultivos perecíveis tais como frutas e chás, e permite uso limitado de fertilizantes químicos e pesticidas a períodos específicos do ano (LIU-CHEN; MILLER, 2004).

Taiwan aceita rótulos de certificação orgânica de outros países e não requer recertificação doméstica antes que um produto seja marcado e vendido na ilha. Entretanto, o escritório do Departamento de Medidas Sanitárias para o Alimento e Saúde deve aprovar alegações de benefícios saudáveis ou nutritivos para alguns alimentos (incluindo orgânicos) antes da venda. Apesar de Taiwan não aplicar requerimentos específicos para importações designadas como ‘orgânicos’, estes produtos devem seguir a mesma inspeção e regras de quarentena que se aplica a produtos não orgânicos (LIU-CHEN; MILLER, 2004).

Frutas frescas e vegetais devem atender aos padrões fitossanitários e estão sujeitos a inspeções para verificação de resíduos de pesticida pelo Escritório de Saúde Animal e Vegetal, Inspeção e Quarentena. Carnes e produtos pesqueiros também estão sujeitos a inspeção. Alimentos processados devem seguir rotulagem específica (LIU-CHEN; MILLER, 2004).

Em Singapura, uma estimativa de 50.000 consumidores comprou US\$ 4,7 milhões no ano de

2002, em produtos orgânicos. A maioria é importada, já que somente uma limitada seleção de vegetais orgânicos é suprida pela produção doméstica (AGEXPORTER, 2004).

Enquanto a maioria dos residentes de Singapura está emergindo como cliente potencial por alimentos orgânicos, certos grupos mostram-se clientes a longo prazo. A larga comunidade expatriada, do oeste, e profissionais japoneses e seus familiares, compram produtos orgânicos regularmente. Um segundo grupo de consumidores de orgânicos alegam as preocupações com a saúde. Arroz marrom, alimento principal na dieta asiática, é o produto orgânico mais comprado. Outros itens populares incluem grãos como farinha de milho, cevada e produtos da soja, bem como cereais semelhantes à farinha de aveia, flocos de milho, farelo de trigo, vegetais e frutas (AGEXPORTER, 2004).

Singapura não possui um plano imediato para estabelecer um processo de certificação orgânica. A AVA (Agri-Food e Autoridade Veterinária) garante a segurança e qualidade do alimento importado. Entretanto, o Departamento de Controle Alimentar do Ministério do Meio Ambiente e Associação de Consumidores de Singapura monitora a rotulagem sobre os produtos orgânicos. Embora não prescritos por lei, muitos rótulos de alimentos orgânicos também dispõem de logo do grupo de certificação. A AVA requer que exportadores para Singapura identifiquem o rótulo de seus produtos com: nome, endereço do fabricante e importador, ingredientes, data de fabricação e expedição, peso. Além disso, os produtos orgânicos que alegam benefícios à saúde são categorizados como farmacêuticos ou de gêneros alimentícios.

Observa-se, assim, que esta atividade demanda profissionalismo e eficiência no mercado, visto que a maioria dos agentes trata-a como nicho de mercado, em muitos casos já num cenário de alta competição.

Os países asiáticos, apesar de não serem destaque nas ilustrações anteriores e nos números da agricultura orgânica, também demonstram crescente preocupação em adequar esta produção às necessidades do mercado e à regulação.

3.4 Um breve histórico sobre a agricultura orgânica no Brasil

A disseminação dos princípios orgânicos começou, no Brasil, no início da década de 1970, quando o movimento biodinâmico inaugurou a fazenda Demétria e a Fundação Mokiti Okada (inicialmente fazenda natural do Dr. Y. Tsuzuki). Ambas fazendas no estado de São Paulo são consideradas as pioneiras no desenvolvimento da agricultura orgânica no país (NEVES; FAVERET FILHO; ORMOND, 2001).

No Brasil, na década de 1970, a produção orgânica estava diretamente relacionada com movimentos filosóficos que buscavam “o retorno do contato com a terra como forma alternativa de vida em contraposição aos preceitos consumistas da sociedade moderna”. A recusa de uso do pacote tecnológico da chamada “agricultura moderna”, intensivo em insumos sintéticos e agroquímicos e vigorosa movimentação de solo, acrescenta a vertente ecológica ao movimento. A comercialização dos produtos obtidos era feita de forma direta, do produtor ao consumidor, e tinha como clientes aqueles que propugnavam filosofias análogas, assemelhando-se a uma “ação entre amigos” (ORMOND et al., 2002).

Nesta época, as iniciativas de produção orgânica iniciaram-se principalmente no Sudeste e Sul do país, mas em número menos pujante de adeptos. Também surgiram publicações e estudos a respeito do que ocorria nos Estados Unidos e na Europa, e ainda havia menos informação e procura por parte do mercado consumidor (GURGEL, 2001).

Enquanto nos países ricos prevaleceu a expansão da produção de orgânicos através de produtos individuais, no Brasil as iniciativas foram conduzidas pelas organizações não-governamentais, cooperativas, sindicatos, associações de produtores e movimentos sociais rurais, no segmento de agricultura familiar. Dessa forma, pode-se dizer que o perfil das iniciativas brasileiras, ainda na década de 80, era mais social do que comercial, ao contrário do modelo exercido nos Estados Unidos, especificamente na Califórnia (GURGEL, 2001, p. 46).

Na década de 1980, com o crescimento da consciência de preservação ecológica e busca por uma alimentação mais saudável, houve expansão da clientela por produtos orgânicos, organizaram-se muitas das cooperativas de produção e consumo de produtos naturais hoje em atividade, bem como restaurantes dedicados a esse tipo de alimentação (ORMOND et al., 2002).

No início desta década houve grandes avanços na legislação referente ao uso de agrotóxicos no Brasil, impulsionados pelo interesse crescente de associações de classe e de alguns técnicos do setor público preocupados com o meio ambiente, e a atuação efetiva das ONGs na geração e difusão de práticas agroecológicas (FARINA, 2002).

O Segundo Encontro de Agricultura Alternativa, realizado em Petrópolis, Rio de Janeiro, em 1984, foi um importante marco. Em documento, conhecido posteriormente como a “Carta de Petrópolis”, 22 secretarias de agricultura de 22 estados brasileiros expressaram seus comprometerimentos para com o desenvolvimento da agricultura orgânica (NEVES; FAVERET FILHO; ORMOND, 2001).

Com o suporte das instituições de pesquisa e serviços de extensão governamentais, a agricultura orgânica inicialmente foi submetida a um lento período de crescimento. Naquele tempo, os principais condutores de força foram os esforços de jovens agrônomos idealistas, cientistas insatisfeitos com o corrente desenvolvimento da agricultura e pessoas movidas por razões filosóficas ou religiosas (NEVES; FAVERET FILHO; ORMOND, 2001).

Seus trabalhos como membros de ONGs promoveram técnica e assistência social aos fazendeiros. Associações e cooperativas de consumidores das fazendas estabeleceram padrões internos de seus próprios sistemas de produção e selos para seus produtos. O mercado interno do país foi o alvo e as vendas eram, sobretudo, por meio de entrega em domicílio ou feira especial abrangendo largas áreas urbanas (NEVES; FAVERET FILHO; ORMOND, 2001).

No Brasil, semelhante a outros países de baixa renda, foram os agricultores apoiados por ONGs, que prestavam assistência técnica e social, que elaboraram um novo (re)conhecimento de práticas alternativas de produção e uma nova maneira de encarar a comercialização, tentando uma (re)aproximação com o consumidor. Procuravam colocar agricultores e consumidores em contato direto, por meio das feiras e cestas em domicílio, dando confiança ao processo, não havendo necessidade de certificação. Estava criada a rede de credibilidade de produção e comercialização dos alimentos orgânicos, envolvendo agricultores, consumidores e profissionais das ciências naturais e agrárias, que avalizavam o sistema saudável de produção de alimentos. Procurava-se uma integração entre agricultores, comerciantes, assistentes técnicos e consumidores, todos responsáveis associativamente pela qualidade do alimento (MEDAETS; FONSECA, 2005, p. 44).

Já nos anos da década de 1990, impulsionados pela ECO-92, proliferaram os pontos comerciais de venda de produtos naturais e, no final da década, os produtos orgânicos entraram nos supermercados. Porém, conforme Ormond et al. (2002), embora mantenham os preceitos técnicos da agricultura orgânica, os produtores e comerciantes de produtos orgânicos se distanciam cada vez mais da filosofia que deu origem ao movimento.

Em 1992, a Nona Conferência Científica Internacional da IFOAM, realizada em São Paulo, atendeu à nova geração de agrônomos. O evento trouxe interesses renovados no movimento e contribuiu para a futura disseminação de conceitos e princípios da agricultura orgânica. A agricultura orgânica passou a fazer parte, então, da agenda de pesquisas institucionais, como as da Embrapa Agrobiologia, ENCAPER, IPAGRI e PESAGRO (NEVES; FAVERET FILHO; ORMOND, 2001, p. 03).

Portanto, também se observa no Brasil um ritmo que conduz a agricultura orgânica cada vez mais à lógica do mercado, a exemplo do que ocorre nos países desenvolvidos onde esta produção já está predominantemente com características de mercado e se distanciando da ideologia que deu origem ao movimento. Contudo, no Brasil destaca-se mais a organização da produção de forma coletiva, com a presença de Ongs, associações de produtores, cooperativas, instituições governamentais de apoio ao agricultor familiar, etc. A história do marco legal brasileiro adiante também reforçará esta conclusão.

3.4.1 O Marco Legal Brasileiro

Para Medaets e Fonseca (2005), a necessidade da regulamentação para os alimentos orgânicos decorreu do natural distanciamento entre agricultores e consumidores, num contexto de crescimento do mercado anônimo, pouca divulgação da imagem de quem produz, uma mistura de produtos na prateleira dos supermercados, mercados etc. No início desse processo, no Brasil, a normalização era estabelecida pelas próprias associações ou organizações de agricultores, ONGs, cooperativas de consumidores e técnicos das áreas agrícolas, baseando-se nas normas internacionais estabelecidas pelo setor privado nos países de alta renda.

Também, importadores e países de alta renda, bem como os organismos certificadores, europeus e nacionais, passam a exercer pressão para o reconhecimento de um organismo certificador brasileiro e de uma legislação nacional. Em 1992 aumenta a pressão face à publicação, pela UE, da Diretriz 2092/91, que trata da comercialização de alimentos orgânicos nos países-membro (MEDAETS; FONSECA, 2005, p. 45).

Histórico da regulamentação para orgânicos no Brasil:

- Portaria SDA/MA 178, ago./1994 – Comissão especial para propor normas de produção e

certificação de produtos orgânicos.

- Portaria SDA/MA 190, set./1994 – Cria o Comitê Nacional de Produtos Orgânicos (CNPOrg) para propor estratégias para a certificação de produtos orgânicos.
- Portaria SDA/MA 192, abr./1995 – Nomeia membros para comporem o Comitê Nacional de Produtos Orgânicos. Presença das ONGs atuantes no setor naquele momento (AAO, ABIO, APTA, Coolméia, IBD), Mapa, Embrapa, Ministério do Meio Ambiente e universidades (MEDAETS; FONSECA, 2005).
- Em outubro de 1996 ocorre uma nova rodada de conflitos (entre partidários da certificação por auditoria e os partidários da certificação participativa), culminando com uma última reunião, onde nem todas as ONGs participam, e que resulta em projetos de lei, contra a vontade de alguns membros da Comissão (FONSECA, 2000 apud MEDAETS; FONSECA, 2005).
- Em meados de 1997 ocorre nova reunião para definir um acordo quanto às normas. Essa reunião cria o Fórum Orgânico (Forg), que se reúne quatro a cinco vezes com participação de 15 a 30 ONGs, conseguindo definir um conjunto mínimo de normas técnicas e um ritual processual comum, excluindo as empresas públicas e privadas ligadas ao setor agropecuário, como organismos certificadores (MEDAETS; FONSECA, 2005).
- Em 1997, após o final do trabalho do Fórum Orgânico houve um período de estagnação. Nessa época, o IBD deu entrada num processo de acreditação junto ao INMETRO, organismo que, por não ter experiência no tema dos orgânicos, contata a Embrapa Agrobiologia que indica uma consultoria para o tema (MEDAETS; FONSECA, 2005).
- Também em 1997, a Embrapa/CTAA passa a coordenar para o INMETRO a elaboração

do *Codex Alimentarius* para orgânicos, sob a indicação do Ministério das Relações Exteriores, que teve a participação ativa da Rede Agroecologia Rio (RAR), entre outras instituições (MEDAETS; FONSECA, 2005).

Para Gurgel (2001), a pressão dos organismos internacionais, como da União Européia para importar os alimentos e também dos países do Mercosul que já possuíam normalização a respeito, foram os fatos que fizeram deflagrar a regulamentação da agricultura orgânica no Brasil. A oposição exercida por alguns movimentos rurais de agricultores orgânicos, contrários à normalização, conseguiu adiar de 1994 para 1999 a regulamentação.

Também, o crescimento da configuração do mercado de produtos orgânicos norte-americano acabou influenciando os órgãos de regulamentação comercial internacional, que, depois da reunião da rodada Uruguai do GATT (que resultou na criação da Organização Mundial de Comércio – OMC em 1995) intensificou a pressão para que países membros, como o Brasil, adotassem normas nacionais para regulamentar a produção orgânica, principalmente visando beneficiar grupos que desejassem exportar seus produtos (GURGEL, 2001).

Estas iniciativas surgiram em resposta a exigências de alguns países como o Japão e da Comunidade Européia, que passaram a condicionar a importação de alimentos à existência de certificação de qualidade ambiental, o que se constitui em barreira não-tarifária por parte dos países importadores. Outro fator importante para promover a regulamentação relaciona-se ao estabelecimento das regras do jogo. A existência de regras para produção orgânica torna obrigatória a rotulagem desses produtos, com benefícios para toda a sociedade, pela redução dos custos de informação entre os agentes produtivos e os consumidores (FARINA, 2002, p. 40).

Então, observa-se acima que parece ter havido, neste início, um interesse por parte das nações desenvolvidas em querer a organização brasileira no sentido de seu marco regulatório, etc, de maneira a importar seus produtos nas conformidades dos “padrões orgânicos”. Neste sentido,

vale lembrar que as certificadoras pioneiras no Brasil, excluindo aquelas formadas por associação de produtores familiares predominantemente localizadas no sul do país, são ‘filiais’ das certificadoras internacionais, europeia e norte-americana. Qual seria o interesse destas nações em ‘organizar’ a produção orgânica brasileira, bem como as regras do jogo que a envolve?

Continuando com os processo legais tem-se a:

- Portaria SDA/MA 505, out./1998 – Trata da produção, processamento, acondicionamento e transporte de produtos orgânicos (consulta pública por 90 dias).
- A portaria 505 transforma-se na Instrução Normativa 007, de 17 de maio de 1999. O texto criou um selo de qualidade para os produtos orgânicos, recusa os transgênicos e a radiação ionizante (entre outras questões restritivas), trata tanto do processo de produção quanto do processo de industrialização e da rotulagem dos produtos orgânicos. Abrange desde os produtos denominados orgânicos, ecológicos, biodinâmicos, naturais, sustentáveis, regenerativos, biológicos, agroecológicos e de permacultura. Preocupa-se com a saúde ambiental e humana, e visa assegurar a transparência em todos os estágios da produção e da transformação. A Instrução Normativa 007 estabeleceu a criação do Colegiado Nacional, Conselho Nacional de Produção Orgânica (CNPOrg) e Conselhos Estaduais de Produção Orgânica (CEPOrg), paritários (público/privado), com a função de credenciar os organismos certificadores que serão responsáveis pela certificação e pelo controle da qualidade orgânica (MEDAETS; FONSECA, 2005, p. 46).
- Portaria SDA/Mapa 42, nov./2000 – Designa os membros para comporem o colegiado nacional.
- Portaria SDA/Mapa 19, abr./2001 – Diretrizes para regimentos internos dos órgãos

colegiados federal/estadual.

- Portaria SDA/Mapa 17, jun./2001 – Estabelece critérios para acreditação das entidades certificadoras de produtos orgânicos (consulta pública por 30 dias).
- Instrução Normativa SDA/Mapa 006, certificadoras de produtos orgânicos. – Estabelece critérios para acreditação das entidades jan./2002.
- Lei 10.831 de 23 de dezembro de 2003 dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências (ver citação na pág. 13 deste trabalho acerca da Lei 10.831 de 23/12/03).
- Instrução Normativa 16, de 11 de junho de 2004: Estabelece os procedimentos a serem adotados até que se concluem os trabalhos de regulamentação da Lei 10.831, de 23/12/03, para registro e renovação de registro de matérias-primas e produtos de origem animal e vegetal, orgânicos, junto ao MAPA.

A revista Agro Exame comenta: “A agricultura orgânica ainda aguarda a regulamentação de lei e aposta na resistência do consumidor aos alimentos transgênicos” (AGRO EXAME, 2005, p. 34).

Adicionalmente têm-se alguns eventos que impulsionaram a agricultura orgânica no Brasil nas décadas de 1970 e 1980, segundo Farina (2002):

- 1977: I Congresso Paulista de Agronomia.
- 1981: I EBAA – Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa, realizado em Curitiba/PR, organizado pela FAEAB (Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil), Associação de Engenheiros Agrônomos do Paraná e Grupo de Agricultura Alternativa da AEASP. Contou com a participação de pesquisadores, extensionistas, produtores, estudantes, etc. Foi um dos marcos do movimento orgânico no

Brasil.

- 1984: II EBAA, realizado em Petrópolis/RJ, com participação de quase todos os secretários estaduais de agricultura do país.
- 1987: III EBAA, realizado em Cuiabá/MT, com cerca de 4.000 participantes. Frentes divergentes no movimento impediram a criação de uma representação nacional.
- 1988: IV EBAA, realizado em Porto Alegre/RS, com cerca de 5.000 participantes.
- 1992: IX Conferência Científica da IFOAM, realizada em São Paulo.
- 1993: Simpósio de Agricultura Ecológica, realizado no IAC (Instituto Agrônomo de Campinas), promovido conjuntamente em São Paulo pela AAO (Associação de Agricultura Orgânica) e CTAE (Comissão Técnica de Agricultura Ecológica) da SAA-SP.
- 1994: I Conferência de Agricultura Biodinâmica, realizada em Curitiba.
- 1996: II Conferência de Agricultura Biodinâmica, realizada em Curitiba.
- 1998: III Conferência de Agricultura Biodinâmica, realizada na ESALQ em Piracicaba.
- 1999: II Simpósio de Agricultura Ecológica e I Feira Nacional da Produção Orgânica, realizado em São Paulo em promoção conjunta da AAO e CTAE/SAA-SP.
- 2000: IV Conferência de Agricultura Biodinâmica, realizada na USP em São Paulo.
- 2001: I Hortibio – Congresso Brasileiro de Horticultura Orgânica, Ecológica, Natural e Biodinâmica, realizado na UNIMEP em Piracicaba/SP.

Enfim, a organização brasileira em prol da agricultura orgânica e suas variantes contou também, além dos produtores e associações, com a participação de pesquisadores, extensionistas, estudantes, das universidades de maneira geral.

3.5 Agricultura orgânica/agroecológica: alguns casos estudados

3.5.1 Posições idealistas

Alicerçados no tripé ambientalmente sustentável, economicamente viável e socialmente justo, alguns autores discutem a agricultura orgânica/agroecologia e acreditam na possibilidade de existência ou conquista destas três variáveis que sustentam o discurso ideológico sobre o tema.

Ao realizarem pesquisas a respeito, indicam quais seriam os problemas e dificuldades para se alcançar ou manter este tripé, bem como os motivos que levam alguns produtores a adotarem os métodos orgânicos/agroecológicos de produção.

O trabalho de Darolt (2000) realizado na região de Curitiba (PR), por exemplo, mostra que dois fatores influenciaram na decisão dos agricultores em produzir produtos orgânicos: um deles é a saúde pessoal e da família e o outro a questão econômica. Os principais entraves, segundo os agricultores, estão relacionados à falta de um crédito específico para a agricultura orgânica, as dificuldades para a comercialização da produção e a falta de experiência e informação técnica.

O ponto de partida de nossa tese é a investigação da hipótese geral de que a agricultura orgânica seria uma alternativa viável para atingir o equilíbrio entre as diferentes dimensões da sustentabilidade. Isto significa dizer que, com o passar do tempo, a agricultura orgânica poderia oferecer uma maior estabilidade em termos de objetivos sociocultural, técnico-agronômico, econômico, ecológico e político-institucional (DAROLT, 2000, p. 04).

Para Guivant (2003) o desafio da agricultura orgânica se situa no âmbito das negociações entre produtores e o setor varejista. “À medida que cresce a oferta, e estimula-se o consumo, junto com as transformações nos padrões de estilo de vida, pode estar sendo gerada uma dinâmica de fortalecimento da produção orgânica,” (GUIVANT, 2003, p. 79). Este fato fugiria das

previsões negativas de parte do movimento de agricultura orgânica, visto que a incorporação dos alimentos orgânicos dentro do mercado convencional e, particularmente, nas gôndolas dos supermercados, nem sempre é vista como um desenvolvimento desejável por uma parte do movimento de agricultura orgânica (porque implicaria envolver a produção em grande escala, comercializar em redes de supermercados, elitizar o consumo com altos preços, etc), argumenta este autor. A opção defendida por grande parte do movimento seria a de manter, como forma de resistência, a produção e o consumo de orgânicos em pequena escala, em mercados locais. Entretanto, de acordo com Guivant (2003), o crescimento significativo do mercado de orgânicos depende da flexibilidade do consumidor *ego-trip* e de que os supermercados incluam estes alimentos dentro de sua oferta.

Outros autores observam que a produção e o consumo de alimentos orgânicos fazem parte de um movimento que propõe mudanças no comportamento alimentar dentro de um programa mais amplo de educação ambiental. Afirmam que a produção e o consumo de alimentos orgânicos estão inseridos em um movimento que propõe mudanças não apenas no comportamento alimentar, mas também, e especialmente, na forma de se atuar com relação ao meio ambiente. A divulgação dos perigos dos agrotóxicos e demais produtos usados na agricultura convencional é apenas um dos aspectos de um programa mais amplo de educação ambiental, segundo Archanjo, Brito e Sauerbeck (2001).

Já para Schmidt (2001), é necessário ampliar fortemente e em um prazo relativamente curto o número de agricultores que praticam a agricultura orgânica, o que exige a mudança dos circuitos de comercialização. Deve-se ampliar o número de agricultores familiares presentes nesse tipo de cadeia produtiva, pois a experiência parece indicar que os circuitos curtos de

comercialização (feiras, vendas diretas na propriedade ou via sacolas ou cestas entregues em domicílio) provavelmente não darão conta dessa ‘inclusão’.

Uma opção por parte do grande circuito de comercialização é percebida, acrescenta Schmidt (2001). Contudo, trata-se de uma via dominada por uma lógica exclusivamente centrada no produto, desconsiderando as dimensões éticas pregadas pelo movimento de agricultura orgânica. Deve-se discutir, então, se, com isso (busca pela ampliação da agricultura orgânica e dos seus mercados), a agricultura orgânica fica submetida aos mesmos modos de organização e comercialização da agricultura convencional, perdendo o seu conteúdo ético e o seu caráter contestatório (SCHMIDT, 2001).

Este autor conclui que a associação entre agricultores orgânicos e a agricultura familiar é a melhor forma de fazer prevalecer no mercado e entre os atores da cadeia produtiva as “dimensões éticas” da agricultura orgânica. Adicionalmente, a “institucionalização” da agricultura orgânica é considerada como positiva para o seu desenvolvimento, porém, traz o risco de sofrer uma “descaracterização” e/ou “industrialização”.

De acordo com Schmidt (2001), o desenvolvimento da agricultura orgânica depende da confrontação de saberes entre os sistemas de pesquisa e desenvolvimento voltados ao agrícola, ao rural e aos agricultores familiares; do trabalho efetivo por parte de técnicos competentes e ao mesmo tempo sensíveis e motivados à causa que envolve o movimento; apoio financeiro, aos esforços de conversão, por exemplo. Depende, também, de uma organização a jusante da produção – beneficiamento, transformação e comercialização – que permitirá a redução das margens aplicadas ao longo do circuito de comercialização e uma baixa no preço ao consumidor, ao mesmo tempo em que favorece a adoção da agricultura orgânica por um número maior de

produtores. Nestas condições, os agricultores orgânicos podem se inserir nos circuitos de comercialização já estabelecidos. Para isso, também será necessário que os atores das associações de agricultores orgânicos passem a conhecer o mercado, a entender de comercialização e a trabalhar informações econômicas. De outra forma, ter-se-á, mais uma vez, a “transferência das fontes de poder” para os agentes a jusante da produção. E a montante da cadeia deve-se pensar em maneiras de se criar, efetivamente, um poder de negociação que permita que os agricultores se apropriem dos resultados da qualidade por eles produzida. “Evitar que, de novo, ocorra uma fuga do valor gerado para os beneficiadores e os distribuidores.” (SCHMIDT, 2001, p. 68).

3.5.1.1 Agroecologia

Artigos sobre Agroecologia, na maioria das vezes, também se enquadram na posição idealista, e acrescentam que a transformação da agricultura rumo à “sustentabilidade” [incluindo aí a expansão das práticas da agricultura orgânica e agroecológica] está intimamente relacionada aos processos de transformação da sociedade, não apenas à substituição de insumos industriais por insumos mais ecológicos; ou seja, a sustentabilidade na lógica capitalista é possível.

O processo de construção de uma agricultura realmente sustentável, embora implique a substituição inicial de insumos, não se resume a isso, devendo passar, necessariamente, pelo fortalecimento da agricultura de base familiar, por profundas modificações na estrutura fundiária do País, por políticas públicas consistentes e coerentes com a emancipação de milhões de brasileiros da miséria e pela revisão dos pressupostos epistemológicos e metodológicos que guiam ações de pesquisa e desenvolvimento (MOREIRA; CARMO, 2004, p. 38).

Outras passagens refletem seu pensamento ideológico:

a agroecologia é um corpo de conhecimentos científicos e populares derivados do esforço de cientistas naturais e sociais e de agricultores que se recusaram a admitir a modernização industrial da agricultura como a única forma de manejar os recursos naturais em um mundo submetido à globalização do capital

(MOREIRA; CARMO, 2004, p. 55).

Ao passo que se colocam contra “os paradigmas dominantes da agricultura”, defendem a possibilidade de uma “agricultura sustentável”, à contra mão dos “sistemas estabelecidos”:

Estamos a falar de uma visão diferente do mundo. Estamos, na verdade, perante agricultores que colocaram em causa o paradigma dominante e que, individual ou coletivamente, passaram a uma ação inovadora e de ruptura, recusando a estandardização das técnicas e a homogeneização dos produtos e indo contra a corrente da industrialização da agricultura, movida pelos interesses das grandes agroindústrias e do grande comércio. Pode dizer-se que compreenderam (cedo) o desafio da sustentabilidade da agricultura e remaram contra a maré dos sistemas estabelecidos de formação, extensão, investigação, criando redes informais de aprendizagem e desenvolvendo a sua própria experimentação (CRISTÓVAO; KOEHNEN; STRECHT, 2001, p. 42-43).

Porém, quanto às motivações econômicas do movimento, alguns autores consideram que, na “essência”, a maioria opera no “paradigma dominante”, almejando as vantagens econômicas que possam advir com a atividade “alternativa”, tais como subsídios:

temos um vasto conjunto de produtores que, na essência, continuam a operar no quadro do paradigma dominante. Ou seja, são hoje produtores biológicos porque, no contexto presente, daí retiram algumas vantagens econômicas, nomeadamente subsídios não desprezíveis. Não questionaram o modelo que impera, nem estará nas suas intenções ajudá-lo, apenas aproveitaram as vantagens que o mesmo oferece nessa fase. Trata-se, por comparação com o caso anterior, de um processo de inovação no quadro do mesmo paradigma tecnológico e no âmbito do sistema dominante de produção e desenvolvimento (CRISTÓVAO; KOEHNEN; STRECHT, 2001, p. 43).

E os problemas apontados pelos agroecologistas centram-se em diversos fatores. Segundo Moreira e Carmo (2004) as razões destes encontram-se: a) na compartimentalização da pesquisa científica, separação artificial entre as ciências sociais e naturais, dificultando a consolidação de um enfoque mais holístico direcionado ao manejo dos recursos naturais; b) na modernização, que também representou as rupturas cultural, ecológica e social de suas comunidades. “Em nome do progresso, os agroecossistemas foram transformados, as culturas tradicionais foram distorcidas e

as estruturas sociais tiveram suas bases modificadas.” (MOREIRA; CARMO, 2004, p. 39); c) num discurso hegemônico para a sustentabilidade, com características ecotecnocráticas rapidamente incorporado às estratégias de desenvolvimento implementadas pelos mesmos organismos de desenvolvimento que, nos últimos 40 anos, promoveram a modernização conservadora da agricultura nos países periféricos.

Para o desenvolvimento rural sustentável, a partir da agroecologia, a estratégia de desenvolvimento rural deve ser definida a partir da participação e da identidade etnoecossistêmica de cada localidade a ser considerada. “Tal estratégia, para tanto, deve ‘nascer desde dentro’, ou seja, de forma endógena, pelo fortalecimento dos mecanismos de resistência ao discurso hegemônico da modernização agrária, tão comum nas zonas rurais.” (MOREIRA; CARMO, 2004, p. 41). Não se trata, destaca este autor, de substituir a experimentação científica e desprezar as tecnologias desenvolvidas pelas ciências agrárias convencionais, mas sim de “transferir o núcleo de poder”, baseado no conhecimento científico, para o núcleo do conhecimento local.

Para Altieri (1989), também houve uma “transição epistemológica” que substituiu uma “visão orgânica e viva da natureza” por uma visão mais “mecânica”. Esta tendência acentuava-se e enfatizava uma linguagem científica, uma maneira de se referir ao naturalismo que rejeitava outras formas de conhecimento científico, tratando-o como superstição. Esta posição, aliada a uma visão depreciativa das habilidades do homem rural, obscureceu a riqueza de muitos sistemas de conhecimentos rurais cujo conteúdo era expresso de forma discursiva e simbólica. “Por não compreenderem o contexto ecológico, a complexidade espacial da forma de cultivo da agricultura não-formalizada era freqüentemente rechaçada como desordem.” (ALTIERI, 1989, p. 27).

Neste campo do conhecimento e da ciência, acrescentam que:

o enfoque agroecológico é apresentado como contraponto à lógica do

neoliberalismo e da globalização econômica, assim como aos cânones da ciência convencional, cuja crise epistemológica está dando lugar a uma nova epistemologia, participativa e de caráter político. Ao contrário da ciência convencional, que utiliza uma forma de conhecimento atomista, mecânica, universal e monista, a Agroecologia, respeitando a diversidade ecológica e sociocultural e, portanto, outras formas de conhecimento, propugna pela necessidade de gerar um conhecimento holístico, sistêmico, contextualizador, subjetivo e pluralista, nascido a partir das culturas locais. [...] Ademais, se desenvolve uma reflexão sobre a importância do desenvolvimento local ou endógeno, destacando a necessidade de construção e reconstrução do conhecimento local, como estratégia básica para processos de transição agroecológica (GUZMÁN, 2001, p. 35).

Para este autor, o ‘endógeno’ não pode ser visualizado como algo estático e que repulse o externo. Ao contrário, o endógeno ‘digere’ o que vem de fora, mediante a adaptação à sua lógica etnoecológica e sociocultural de funcionamento, ou seja, o externo passa a se incorporar ao endógeno quando tal assimilação respeita a identidade local (GUZMÁN, 2001).

Mas, Moreira e Carmo (2004) alertam para o perigo de estar a agroecologia sendo interpretada como uma “agricultura sem veneno” ou como “agricultura orgânica”. Estes autores argumentam que, apesar de estar relacionada a essas duas características, ela não pode ser reduzida a um estilo de agricultura ecológica, pois, corre-se o risco de mascarar seu real potencial como enfoque científico baseado em premissas filosóficas alternativas e como estratégia para o desenho de programas de desenvolvimento rural sustentável.

Adicionalmente, para Devall (2001), somente mudanças profundas na sociedade requerem uma mudança do moderno paradigma dominante da civilização industrial para um novo paradigma ambiental ou novo paradigma ecológico.

Para Cristóvão, Koehnem e Strecht (2001), esta forma de produção, nos parâmetros da agricultura orgânica, enfrenta obstáculos como a organização da produção e da distribuição, a investigação, o ensino, a formação e a extensão, como: a) há falta de técnicos qualificados,

instituições de ensino superior, investigação nas ciências agrárias, docentes e apoio institucional. Grande parte do apoio institucional deriva de movimento associativo. A maioria dos dirigentes e técnicos olha com desconfiança para esse tipo de métodos de produção e está mal informada sobre sua aplicação, em nível da produção, da transformação, da certificação e da comercialização dos produtos, conforme Cristóvão, Koehnen e Strecht (2001); b) razões econômicas predominam no estímulo à agricultura biológica. Ao contrário de duas ou mais décadas quando as razões eram ideológicas; c) a maioria dos técnicos e investigadores, apesar de usarem um discurso de desenvolvimento agrícola sustentado, agem ainda encerrados na lógica dominante de uma agricultura produtivista; d) existe ainda um franco desajustamento entre discurso e prática. Para a agricultura biológica e outras formas de produção sustentada ficam as migalhas de um grande bolo que alimenta uma agricultura europeia predominantemente produtivista (CRISTÓVÃO; KOEHNEM; STRECHT, 2001).

Algumas alternativas que se colocam dizem respeito ao caráter da intervenção das associações, à possibilidade de ampliarem ou diversificarem a sua base de ação, passando dos agricultores, tomados individualmente, para grupos mais alargados e para os seus territórios, numa perspectiva de valorização integrada de recursos. Por exemplo, numa situação onde a agricultura biológica se articule com outras iniciativas, como o turismo rural e o ecoturismo, a chave para a “revitalização de muitos espaços rurais” (CRISTÓVÃO; KOEHNEN; STRECHT; 2001).

E para a elaboração de um plano de desenvolvimento sustentável para uma zona rural, devem ser levantados alguns fatores importantes: a) integralidade, b) “harmonia e equilíbrio”, c) autonomia de gestão e controle, d) minimização das externalidades negativas nas atividades

produtivas, e) manutenção e potencialização dos circuitos curtos, f) utilização do conhecimento local vinculado aos sistemas tradicionais de manejo dos recursos naturais (GUZMÁN, 2001).

Enfim, a apresentação que se fez acerca das premissas do pensamento agroecológico deve-se à importância atribuída a este por parte de diversos grupos rurais, como movimentos de agricultores familiares, associações de pequenos produtores, cursos destinados a assentados rurais, etc. Ou seja, referência aos pressupostos agroecológicos é feita por estes grupos, inclusive entre os participantes da APOMS, objeto de observação da presente pesquisa.

3.5.2 Posições de mercado

Alicerçada no “tripé” do mesmo grupo idealista anterior está outra posição que esta pesquisa acredita que seja a inevitável no momento: a visão de mercado, que visa essencialmente o lucro e as oportunidades de negócios que podem advir deste “tripé”. Outras indagações além de ressaltar este enfoque do mercado são postas pelos autores.

Conforme Souza (2000), tradicionais produtores e processadores de *commodities* agrícolas e empresas ligadas ao setor agroindustrial, têm buscado, nos últimos anos, diferenciar suas *commodities*, transformando-as em especialidades, para atender a novas especificações, tanto do processamento industrial como do consumidor final. Um exemplo do processo de diferenciação de *commoditie* agrícola e oportunidade é o mercado de produtos orgânicos. Ao contrastar o subsistema de têxteis de algodão orgânico com o sistema agroindustrial do algodão convencional, Souza (2000) verificou que a questão ambiental representa um conjunto de novos valores que está cada vez mais sendo incorporados aos sistemas econômicos que trazem, como consequência, uma reorganização dos sistemas produtivos. Essas mudanças se traduzem em alterações nas preferências dos consumidores e nas esferas institucional e organizacional, trazendo reflexos para

as relações contratuais, e outras, mas que apresentam oportunidade para os capitalistas do ramo agroindustrial.

Um grupo de estudos sobre a agricultura orgânica nos Estados Unidos, em 1979, concluiu que o movimento orgânico representa um conjunto de práticas, atitudes e filosofias que, de um lado, estão aqueles que praticam a agricultura orgânica e que não usariam fertilizantes químicos ou pesticidas sob quaisquer circunstâncias, e mantêm rigidamente sua filosofia purista, mas, por outro lado, alguns agricultores adeptos de insumos orgânicos apóiam um enfoque mais flexível. Embora lutando para evitar o uso de fertilizantes químicos e pesticidas, não os excluem inteiramente, e, quando absolutamente necessário, alguns fertilizantes e também herbicidas são usados seletiva e economicamente, como uma segunda linha de defesa. O referido estudo norte-americano mostrou que, ao contrário da crença popular, a maioria dos agricultores orgânicos não voltou à agricultura conforme era praticada na década de 1950. Embora tentem evitar ou restringir o uso de fertilizantes químicos e pesticidas, os agricultores orgânicos ainda usam implementos agrícolas modernos. E, apesar da série de práticas agrícolas seguidas pelos agricultores orgânicos, a maioria delas é guiada por alguns valores básicos e crenças que podem ser chamadas de ‘ética orgânica’. Nem todos os agricultores orgânicos, contudo, colocariam ênfase igual em seus princípios, que são: a natureza é fundamental; o solo é a fonte de vida; alimentar o solo, não a planta; sistemas diversificados de produção; independência; antimaterialismo.

Uma interpretação errônea comum a muitas pessoas é a de que os agricultores orgânicos de hoje têm retornado à agricultura como era praticada na década de 30. Em consequência, é erroneamente muitas vezes assumido que as tecnologias agrícolas então utilizadas são suficientes para a agricultura orgânica contemporânea. Este não é o caso. Embora seja verdade que algumas tecnologias e pesquisas antigas permaneçam aplicáveis à agricultura orgânica moderna, a maioria dos atuais agricultores orgânicos usa maquinaria agrícola

moderna, variedades de cultivares recomendadas, semente certificada, manejo correto de animais, práticas recomendadas de conservação da água e do solo e métodos inovadores de manejo de lixo e resíduos orgânicos. Além disso, os agricultores orgânicos desenvolveram sistemas que são muitas vezes altamente produtivos, apesar de evitarem ou usarem de forma muitíssimo restrita fertilizantes químicos e pesticidas (ESTADOS UNIDOS. ..., 1984, p. 23).

Igualmente, para Trewavas (2001), existem diversos mitos que envolvem a agricultura orgânica. Ela começou como uma ideologia, mas, será que pode corresponder com as necessidades de hoje? Ela alega superioridade ambiental, mas faltam comprovações científicas que atestem todo o entusiasmo que gira em torno do tema. Existe uma crença difundida de que o sistema de agricultura orgânica é mais amigo do meio ambiente e mais sustentável do que sistemas agrícolas convencionais, mas faltam estudos a respeito.

Produções científicas, nos últimos 25 anos, por exemplo, têm mostrado como a agricultura “convencional” pode ser muito mais sustentável e amiga do meio ambiente do que a agricultura “orgânica” (TREWAVAS, 2001). Enfim, a Agricultura orgânica foi originalmente formulada como uma ideologia, mas, dado os problemas globais de hoje – como mudança climática e crescimento da população – a agricultura necessita de pragmatismo e flexibilidade, não de ideologia (TREWAVAS, 2001).

Outros autores também questionam a agricultura orgânica. Nelson (2004), por exemplo, pergunta: No mundo desenvolvido a venda de produtos orgânicos está crescendo rapidamente, mas, quão distante pode ir esta tendência? E responde: pesquisas tentam detectar a presença de organismos geneticamente modificados nos alimentos, e a verdade é que muitos testes não conseguem detectar totalmente se um alimento está inteiramente livre de substâncias utilizadas nos métodos convencionais ou se realmente a propriedade na qual o alimento foi cultivado está livre destas substâncias. Ou seja, num mundo onde os avanços da tecnologia e da indústria

química são intensivos, conseguirá a agricultura orgânica ‘sobreviver’ meio a esta oferta de compostos químicos que facilitam o cultivo agrícola?

Outra questão vem de Giles (2004): “O alimento orgânico é bom para nós?” Esta é uma questão que atrai muitos consumidores de produto orgânico, assim, não é surpresa que o movimento defensor responda “Sim”, complementa este autor. Em 2001, por exemplo, a *Soil Association* concluiu que o alimento orgânico contém pouco de matéria maléfica, como pesticidas, e mais de matérias benéficas, como vitaminas e minerais (GILES, 2004). Mas, muitos cientistas não estão tão convencidos desta resposta, dizem que muitas comparações entre orgânicos e produtos convencionais ficam a desejar devido a utilização de metodologias pobres. Por exemplo, alguns estudos falham ao colocar que a agricultura orgânica prefere plantios variados, resistentes a doenças, enquanto que agricultura convencional aplica seus esforços apenas visando o alto rendimento. Estudos também confundem o efeito de sistema produtivo com variedades. Assim, benefícios aparentes dos orgânicos podem ser superficiais quando comparados com os alimentos advindos dos métodos convencionais de cultivo (GILES, 2004).

Outra questão é colocada por Macilwain (2004): “Agricultura orgânica é o melhor para o meio ambiente?” Esta é a questão mais complexa que primeiro apareceu, segundo Macilwain. Em alguns lugares, dada a biodiversidade, a agricultura orgânica tem claros benefícios. Mas em outros, a diferença entre os dois sistemas é difícil de verificar. Embora pouco extensos, alguns estudos que comparam o sistema existente trazem pequenas investigações para construir tantas comparações. Existe entendimento geral sobre alguns benefícios; por exemplo, agricultura orgânica é melhor que agricultura convencional para diversas plantas, insetos e outros animais; e a agricultura orgânica não libera pesticidas sintéticos ou herbicidas, elementos potencialmente

prejudiciais à vida selvagem. Cultivos orgânicos também são positivos por demandarem pouca energia, além de acondicionarem material químico e nutricional. Um estudo da Washington State University, em Pullman, levantou a energia consumida pelo trabalho, maquinaria, eletricidade, fertilizantes, pesticidas e controle de erva daninha para crescimento de maçãs em pomares orgânicos e convencionais, e viu que o pomar orgânico é 7% mais eficiente em energia (MACILWAIN, 2004). Por outro lado, adiciona este autor, o método orgânico tem um grande impacto ambiental em pequenas unidades. Estudos mostram a emissão de metano por unidade de produção, por exemplo. Recentemente, nos EUA, onde diariamente vacas recebem grande quantidade de hormônio, a pecuária leiteira alimentada organicamente apresenta rendimento inferior se comparada à assistida com hormônio – requerendo, conseqüentemente, mais animais, que passam, coletivamente, a emitir mais metano. Muitos estudos também sustentam a idéia de que o método orgânico é favorável à qualidade do solo, mas, na ausência de estudos comparativos de longo prazo, a comprovação torna-se difícil (MACILWAIN, 2004).

Adicionalmente, outro questionamento diz: A agricultura orgânica pode substituir a agricultura convencional? Não se o mundo quiser uma dieta rica em carnes. Sim se a demanda mundial por carne abundante e barata for freada (GEWIN, 2004). Ultimamente, comenta este autor, é uma questão de eficiência e lucro. Um estudo do Instituto de Pesquisa de Agricultura Orgânica em Frick, Suíça, concluiu que cultivos orgânicos produzem rendimentos 20% menores que plantações convencionais, em média (GEWIN, 2004). Talvez deveríamos comer menos carne e mais vegetais, responde os pesquisadores. O argumento que a agricultura orgânica não pode produzir alimento o suficiente só persiste assumindo-se que haverá a continuação e expansão da produção de carne barata, disse Peter Melchett, diretor político da *Soil Association* da

Grã-Bretanha (GEWIN, 2004).

Outra questão enfrentada pelos produtores orgânicos é a contaminação de sua produção por produtos da agricultura convencional ou transgênica. Conforme relatou Bouchie (2002) em seu artigo, agricultores orgânicos processaram judicialmente produtores de OGM (organismos geneticamente modificados) em janeiro de 2002. A Saskatchewan Organic Directorate (SDO; Saskatoon, Canadá), uma organização guarda-chuva representando aproximadamente 1000 agricultores orgânicos certificados, processou a companhia Monsanto Canadá (Mississauga, Canadá) e a Aventis Cropscience Canadá (Regina, Canadá), visando compensação de danos devido à contaminação da produção orgânica com herbicida geneticamente modificado (BOUCHIE, 2002).

Outro questionamento à agricultura orgânica consiste em perguntar se a mesma representa o futuro da agricultura (MACILWAIN, 2004). De uma forma pura talvez não, responde o autor, mas, elementos da ‘filosofia orgânica’ estão afetando a agricultura popular. Hoje, o suporte para a agricultura orgânica é, em grande medida, uma consciência social e política, onde o ‘natural’ é melhor, e o capitalismo ‘nu’ é uma ameaça para a saúde do planeta e sua população, acrescenta Macilwain (2004). Da mesma forma, para este autor, com a virada do milênio, os agricultores começam a adotar abordagens que preservem a estrutura do solo intacta e o corte de altos níveis de *inputs* – energia, fertilizantes, pesticidas e herbicidas – que caracterizam a agricultura intensiva.

Nutricionistas também questionam o alimento orgânico (ADAM, 2001). O alvo consiste na soma de propriedades rurais britânicas sob cultivo orgânico que se eleva consideravelmente. Por isso, o governo britânico tem se empenhado na investigação dos supostos benefícios do alimento

orgânico. Especialistas dizem, por exemplo, que estudos comparativos entre orgânico e não orgânico são difíceis de construir porque há variáveis diferentes de acordo com clima e condições do solo. Eles também pontuam que estudos epidemiológicos de pessoas que consomem orgânico e não orgânico são custosos e propensos a influências por fatores tal como outros estilos de vida e diferenças entre os dois grupos de população (ADAM, 2001).

A imagem do alimento orgânico como uma alternativa saudável tem sido impulsionada na Inglaterra devido à descrença pública a grãos geneticamente modificados e pela ‘doença da vaca louca’, fatos que diminuem a fé do público na moderna e intensiva técnica agrícola. Mas, partidários da agricultura orgânica gostariam de ver experiências humanas de longo prazo, por exemplo, envolvendo populações isoladas para minimizar os efeitos de fatores ambientais (ADAM, 2001).

As discussões em torno da biotecnologia e organismos geneticamente modificados também preocupam os adeptos da agricultura orgânica, conforme noticiado por Fox (1999). A preocupação é com os impactos da biotecnologia na agricultura, com variedades geneticamente modificadas atravessando plantações e podendo afetar campos vizinhos onde se cultiva orgânico. Além disso, os críticos comentam que não vêem nada adiante, exceto o rápido, contínuo, e exponencial crescimento do geneticamente modificado e outras tecnologias na agricultura (FOX, 1999).

Adicionalmente, outra crítica parte de D’Agostini e Fantini (2002, p. 58). Para estes, a maioria dos produtores orgânicos ainda é movida, sobretudo, pelo valor monetário atribuído a ele. Assim, o consumo e a produção orgânica orientam-se principal e respectivamente pela qualidade do produto que poucos podem adquirir, e pelo preço que satisfaz quem já o produz. E acrescenta:

Mais do que a um conjunto de técnicas e procedimentos interessantes inspirados

em conhecimento, também a produção agrícola – incluída a orgânica – remete a um complexo sistema de interesses, sendo que o poder presente nesses interesses tem sido muito desigual. Já não cabe a crença da suficiência técnica de compreender e promover intrincados procedimentos técnicos para solucionar complexos problemas humanos (D'AGOSTINI; FANTINI, 2002, p. 60).

Além disso, segundo estes mesmos autores, há os efeitos da linguagem no discurso sobre o sustentável, que mascara as reais intenções:

a linguagem em evolução ainda é, ao mesmo tempo, o mais poderoso instrumento e a maior de todas as ameaças: a insustentável leveza de discursos do sustentável, a lógica mercadológica subjacente ao pensar de ciosos promotores do discurso da produção agroecológica, a fragilidade epistemológica ou mesmo a falta de disciplina no discurso da interdisciplinaridade, e a visão de mundo que materializa a noção de ambiente em componentes do meio de onde ambiente pode emergir, constituem-se, entre outros sofisticos produtos da sofisticação da linguagem, reais dificuldades às quais intenções de tantos que discursam com facilidade. E é ingenuidade crer que a pretexto da honestidade e da boa intenção presentes em quem discursa, os prejuízos em decorrência de um discurso confuso possam ser menores do que aqueles produzidos pela intenção condenável. E na promoção da 'produção orgânica' não poderia ser diferente. [...] E pensar que a (re)valorização da produção orgânica é produto de conhecimento científico novo seria desconsiderar uma injusta realidade social, não compreender as relações humanas que a engendram e, em especial negar o complexo sistema de interesses que provocam o despertar para essa produção orgânica (D'AGOSTINI; FANTINI, 2002, p. 57-58).

3.6 Agricultura orgânica em Mato Grosso do Sul

3.6.1 Histórico: iniciativas agroecológicas

Embora se verifique a forte influência do modelo dominante de produção e comercialização, mobilizações com o intuito de buscar modelos alternativos e mais sustentáveis de produção agropecuária vêm ocorrendo através de diferentes iniciativas, tais como movimentos sociais, fóruns interinstitucionais, organizações de agricultores familiares, universidades, instituições de pesquisa e órgãos governamentais (PADOVAN et al., 2002).

Estes autores verificam algumas experiências institucionais em Mato Grosso do Sul, como o Programa Estadual de Desenvolvimento da Agroecologia, formalizado em 2001 e concebido em atendimento às demandas apresentadas pelos agricultores familiares e suas organizações durante o “I e o II Seminário Estadual da Agricultura Familiar de MS”, atuando em parceria com várias instituições. Assim como a colaboração, com ações concretas relacionadas à agroecologia, por parte de técnicos do IDATERRA (Instituto de Desenvolvimento Agrário, Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural de MS) em aldeias indígenas do Estado.

Tem-se ainda, conforme Padovan et al. (2002), o Núcleo Estadual de Agroecologia, fórum de intercâmbio entre instituições públicas em conjunto com organizações de agricultores familiares, iniciado em fevereiro de 2001. Um dos principais objetivos do Núcleo é incrementar a agricultura ecológica no estado de MS, na perspectiva de uma visão sistêmica, integrada ao meio ambiente, democrática, participativa e que leve em consideração aspectos políticos, econômicos e sociais.

Todavia, no campo da pesquisa e do conhecimento, argumentam que o estado de MS encontra-se totalmente desarticulado. Poucas ações de pesquisa e desenvolvimento estão sendo implementadas, em grande medida, através de projetos pontuais, por mediação do IDATERRA, da Embrapa Agropecuária Oeste e de algumas universidades. Para eles, “o grande desafio da agroecologia, no campo econômico, é ganhar expressão na produção do estado de Mato Grosso do Sul. Essa condição, com certeza, deixaria o governo estadual mais confortável para dirigir políticas públicas nesse sentido.” (PADOVAN et al., 2002, p. 125).

Consideram os autores acima que, mesmo com várias experiências, há muitos desafios a superar, tais como a busca do resgate do conhecimento dos agricultores, a implementação de uma

verdadeira reforma agrária e mudanças de conceitos e valores que se sintetizam na construção de novas relações sociais.

Santos e Padovan (2002, p. 09) apresentam propostas de políticas públicas que emergem das experiências de promoção da agricultura familiar com base na agroecologia:

Programa de Microcrédito para a Agricultura Familiar,
Programa Estadual Assentamento Vivo,
Programa Estadual de Certificação Participativa,
Programa Estadual de Desenvolvimento da Agroecologia e
Programa Pantanal (Componente Indígena).

Segundo estes autores, é possível identificar dinâmicas de promoção da agroecologia no domínio do bioma Pantanal de duas naturezas: uma procedente das ações governamentais e outra advinda da sociedade civil e movimentos sociais. Tais dinâmicas inter-relacionam-se e, em diversos momentos, se complementam, porém, encontram-se desarticuladas, sendo necessário um processo mais consistente de enfrentamento da agroecologia em face do modelo de agricultura dominante.

No âmbito governamental, estes autores mencionam diversas iniciativas, tais como:

- Projeto de Certificação e Comercialização de Manga Orgânica das Aldeias Terena.
- “Componente Indígena” do Programa Pantanal, coordenado pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Cultura e Turismo, que se propõe a desenvolver ações sob bases agrocológicas.
- Assentamento Dorcelina Folador, em Ponta Porã, instalado em 2001 e ligado ao MST, presença de lavouras de feijão cultivado em sistema orgânico.

- Assentamento Sebastião Rosa da Paz, em Amambaí, ligado ao DETR/CUT, implantado em 2001; onde encontra-se em fase de instalação um sistema de bovinocultura de leite à base de pasto, sem uso de agroquímicos.

No âmbito privado:

- Associação dos produtores orgânicos de MS – APOMS, sede em Glória de Dourados, um dos produtos é o café orgânico certificado pelo IBD.
- Associação Agroecológica da Região de Dourados – Verde Vida, experiências de produção orgânica.
- Associação Campograndense dos Pequenos Produtores de Hortaliças, Frutas e Ervas Medicinais – Asparago, experiências de produção orgânica.
- Grupos ligados à Pastoral da Juventude Rural – PJR, que vêm realizando produção agroecológica de mel, leite e frango (SANTOS; PADOVAN, 2002, p. 1-8).

Também em 2000, durante as discussões da Agenda 21 em Mato Grosso do Sul, diversas propostas relativas à agenda local foram levantadas no âmbito da agricultura agroecológica.

Algumas sugestões foram:

- “Criação de uma ‘Universidade Livre do Meio Ambiente’ no estado de Mato Grosso do Sul, visando difundir práticas de conservação ambiental, procurando criar uma consciência ecológica coletiva para melhorar a qualidade de vida. [...] Para a instalação da Universidade poderá ser escolhida área já degradada, a exemplo do que ocorreu com a ‘Unilivre’ da cidade de Curitiba - PR.” (Entidade: SENAC e Ministério Público Estadual, Promotoria de Justiça do Meio Ambiente). (AGENDA 21 ..., 2000, p. 17).
- “estimular e apoiar, através de suporte tecnológico e incentivos fiscais, a adoção da permacultura agroecologia como paradigma para o aprimoramento da agricultura.”

(Entidade: SEMA-MS). (AGENDA 21 ..., 2000, p. 32).

- “implantar escolas agrícolas com enfoque agroecológico nas regiões que apresentam vocação para a agricultura.” (Entidade: SEMA-MS). (AGENDA 21 ..., 2000, p. 36).
- “Estimular a formação de “cinturão verde” nos limites da cidade, incluindo possíveis programas de assessoria aos assentamentos, estimulando práticas de agricultura ecológica agroecologia, como mecanismo de controle da miséria e barateamento de produtos, principalmente na horticultura e agricultura familiar.” (Entidade: UFMS/DCN – Campus de Três Lagoas). (AGENDA 21 ..., 2000, p. 44).

Verificam-se, ainda, outras iniciativas, em artigos científicos e na imprensa local:

- “Em relação à pecuária de corte, Fortes (2001) comentou sobre sistemas orgânicos de produção no Cerrado brasileiro, como o preconizado pelo Grupo Independência, em Mato Grosso do Sul, [...]” (FONSECA, 2002, p. 284).
- “Em Mato Grosso do Sul, criou-se a Associação Brasileira de Pecuária Orgânica.” (FONSECA, 2002, p. 285).
- “Outra iniciativa é do Grupo Conexão Orgânica (*Organic Connection*), iniciativa de três pecuaristas com 14800ha em Corumbá, em pastagens nativas, [...]” (FONSECA, 2002, p. 285).
- “A primeira fazenda certificada no estado de Mato Grosso foi a Eldorado, em Corumbá, [...]. Em uma área de 14,8 mil hectares estão sendo criados 4 mil animais no sistema orgânico.” (GAZETA MERCANTIL, 24/07/01).
- Núcleo Estadual de Agroecologia. (PADOVAN et al., 2002, p. 125).
- Projeto Horta Orgânica – UFMS (UFMS, 27/06/05).

- Parque Regional do Pantanal: Projeto setorial – Componente Vitelo Orgânico do Pantanal. 21 propriedades. Financiadores: Ministério da Agricultura; Governo do MS; União Européia; Federação de Parques Naturais Regionais da França (PARQUE REGIONAL DO PANTANAL, 09/06/04).
- Soja orgânica em MS (GLOBO RURAL, 05/2004, p. 37).
- Café orgânico em Glória de Dourados (PADOVAN et al., 2002, p. 124).
- “A Associação dos Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul recebeu hoje, do governo do Estado, área de 144 hectares, onde será implantado o Assentamento Colônia Agropecuária Aspargo, em Campo Grande.” (APN NOTÍCIAS, 20/05/04).

Além de Encontros e Palestras:

- Encontro de Produtores Agroecológicos de MS na Embrapa Agropecuária Oeste, dia 28/06/05, promovido pela Associação dos Produtores Orgânicos de MS (MS NOTÍCIAS, 04/07/05).
- MS participa da Biofach América Latina, a maior feira de produtos orgânicos do continente (MOVIMENTO NACIONAL DE PRODUTORES, 04/07/05).
- FAD/Uniderp realiza, dia 25/05/04, Seminário sobre “Certificação Estadual de Processo e Produtos Orgânicos”, voltado para organizações de agricultores de diversas regiões do Estado, movimentos sociais envolvidos, entidades de ensino, etc (AGORA MS, 14/06/04).
- No PPA MS 2004-2007, Relatório das Audiências Regionais, verifica-se comentários à região da Grande Dourados e região leste do estado de MS, sobre a necessidade de qualidade ambiental e promoção à recuperação, preservação e uso sustentável dos recursos naturais, com justiça e educação ambiental, dentre outras propostas análogas

(PPA MS ..., p. 60-61).

Adicionalmente, tem-se o 1º Seminário de Agroecologia de Mato Grosso do Sul (URCHEI et al., 2005), onde se verificam argumentos com o intuito de promover uma agricultura alternativa no estado de MS. Como exemplo, os objetivos do referido Seminário foram: incentivar o desenvolvimento da agroecologia em MS; estimular a articulação e a cooperação entre diferentes setores que atuam na promoção da Agroecologia no Estado; contribuir para a mudança de concepção do modelo agrícola convencional, baseado na utilização intensiva de insumo químicos, em direção a um modelo agrícola diversificado, integrado e sustentável, utilizando como uma de suas principais ferramentas o manejo agroecológico; colaborar na formulação de propostas para o desenvolvimento da Agroecologia no estado de MS. Alguns dos temas abordados foram: o modelo agrícola convencional *versus* modelos alternativos; história, conceitos e princípios da agricultura orgânica; agricultura orgânica no contexto da agricultura familiar; manejo orgânico e ecológico de diversas culturas do Estado; Programa estadual de transição para a agroecologia de MS; a visão dos movimentos sociais e a agroecologia em MS, dentre outros temas.

Em síntese, acerca do referido seminário, diversas propostas foram levantadas durante o evento no âmbito da educação e capacitação, pesquisa participativa, produção e desenvolvimento, financiamento e fomento, distribuição e comercialização, certificação e políticas públicas.

Recentemente, junho de 2005, também ocorreu o Encontro de Produtores Agroecológicos de Mato Grosso do Sul, na Embrapa Agropecuária Oeste, promovido pela APOMS, com o apoio do governo do Estado e instituições privadas. A partir do encontro esperam-se consolidar a Rede de Produtores Agroecológicos, uma certificadora participativa, e a construção de núcleos regionais da rede (MS NOTÍCIAS, 27/06/05).

3.6.2 Pesquisas em Mato Grosso do Sul

Diversos trabalhos acadêmicos sobre o orgânico, nas universidades do Estado, referem-se, principalmente, à produção do vitelo orgânico do Pantanal, conforme trabalhos como o de Oliveira (2003) que objetivou avaliar a eficiência de criação e abate do vitelo orgânico do pantanal como alternativa sustentável ao pecuarista pantaneiro. A partir de sua verificação por meio de análise de variância e regressão, o pesquisador constatou que o vitelo orgânico do pantanal apresenta resultados favoráveis à sua criação e poderia fornecer subsídios favoráveis aos produtores cadastrados no programa a fim de obterem recursos financeiros para manter a sustentabilidade da pecuária pantaneira. Os valores mantidos pelo programa garantiriam a produtividade das propriedades e o bem-estar da comunidade pantaneira (OLIVEIRA, 2003). Adicionalmente, a criação deste parque tornar-se-á uma opção para a inserção da pecuária em moldes empresariais, respeitando o ecossistema e não abandonando práticas já existentes (OLIVEIRA, 2003).

Há, ainda, sobre o mesmo objeto, o Vitelo Pantaneiro, trabalhos como o de Moralles (2004) e Mari (2003) no âmbito da comunicação, de maneira a apresentar um plano de comunicação aos fazendeiros da região do Parque do Pantanal, visando divulgar o Projeto do Vitelo Pantaneiro com o intuito de novos fazendeiros se associarem. Em Moralles (2004), os objetivos foram identificar as falhas na comunicação com os fazendeiros e buscar soluções para aumentar o número de criadores do VITPAN (vitelo pantaneiro), assim como identificar os pontos frágeis do projeto VITPAN, a adesão ao projeto e criar uma campanha visual para melhor divulgação.

Adicionalmente, em Lima Filho (2002) também há a presença do mesmo objeto: a carne

orgânica em MS, onde o autor realiza um estudo de viabilidade de implantação de produção do boi orgânico em propriedade de gado de corte sul-mato-grossense. E em Santos (2004), também com respeito a este tema, comparam-se os diversos programas voltados à produção de carnes de qualidade (programas de produção de carnes especiais que vem sendo desenvolvidos no Brasil, no estado de MS e no Pantanal), destacando-se: novilho precoce, boi verde, nelore natural, vitelo tradicional, vitelo tropical e o vitelo orgânico do pantanal. Concluiu-se, no trabalho de Santos (2004), que a consolidação do sucesso do VITPAN dependerá de uma boa estratégia de marketing tanto quanto de uma ágil e eficiente estrutura de comercialização.

Assim, na pesquisa exploratória da presente pesquisa, buscando os trabalhos em torno da produção orgânica no estado de Mato Grosso do Sul, identificaram-se destaques às potencialidades e dificuldades apenas do boi orgânico, ou a carne do vitelo orgânico do Pantanal, objeto de um programa governamental em parceria com instituições internacionais, e voltado para o “desenvolvimento econômico” da região pantaneira.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Contextualização da área de estudo

- **A Região da Grande Dourados**

A região da Grande Dourados teve como forma de ocupação um grande projeto de reforma agrária realizada por Getúlio Vargas na década de 1950 (Colônia Agrícola Nacional de Dourados), o qual dividiu as terras em lotes de aproximadamente 30 hectares. Foi colonizada por imigrantes vindos de várias partes do país, sendo a maioria composta de nordestinos, paulistas e paranaenses, além do estabelecimento de uma colônia nipônica próxima à cidade de Dourados.

Em 1953, durante o mês de junho, chegaram as primeiras famílias, na segunda fase da colonização japonesa, em número de 60. Os nipônicos foram para a lavoura, ocupando parte da 3ª linha na Colônia Federal. Mais tarde, outras famílias vieram para Dourados, com procedência de São Paulo e Paraná, perfazendo hoje mais de 300 famílias, as quais se ramificaram na lavoura propriamente dita, no comércio e nas indústrias (CARMELLO, 197?, p. 57). A população expandiu-se e cresceram as cidades através de fluxos migratórios internos e de outros Estados. Contribuiu para essa expansão a instalação da colônia agrícola, com grande influência no desenvolvimento das atividades rurais (SEPLANCT, 2004).

4.2 A APOMS (Associação dos Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul)

Baseado em entrevistas com questões abertas a alguns proprietários membros da

Associação dos Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul e observação de documentos e material publicitários da mesma, o estudo exploratório pôde verificar as seguintes características das propriedades e produtores que fazem parte desta associação:

4.2.1 Histórico: a produção de café

Em 1997/98 um grupo de agricultores cafeicultores organizou um grupo de apoio à cafeicultura, para estudar e debater os problemas da cafeicultura. Este grupo foi ao Paraná para conhecer algumas lavouras de café. Foram 14 pessoas, e, quando voltaram, começaram a discutir o que fariam no futuro. Meio à conversa surgiu a idéia de plantar café no sistema orgânico. Os produtores plantavam no sistema convencional e não tinha noção do que era orgânico e seus procedimentos de cultivo. Descobriram, posteriormente, um curso sobre café orgânico em Machado, Minas Gerais, e quatro pessoas da associação participaram. Ao voltar, os produtores começaram a trabalhar para produzir café orgânico.

Mais tarde, este grupo reuniu alguns produtores iniciantes na produção orgânica (englobavam 12 produtores), começam a estudar as técnicas de produtos orgânicos, fazer alguns cursos, treinamentos, visitas às lavouras no estado do Paraná, Minas Gerais e São Paulo.

Durante dois anos o grupo trabalhou sem a idéia de associação, era apenas um grupo interessado em se unir e discutir acerca de um objeto comum: o café. Mas, para certificar, o grupo informal foi motivado a se formalizar como associação, pois assim poderia adquirir mais benefícios. Formalizou então como Associação dos Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul, APOMS. Esta foi instituída no dia 9 de setembro de 2000 e tem sede em Glória de Dourados / MS.

Em seguida, a APOMS entrou em contato com o IBD (Instituto Biodinâmico), ainda em

2000, e iniciaram o processo de certificação das propriedades que trabalhavam com o café.

Para a formalização do estatuto, a associação já contava com associados de todas as formações e de várias instituições, todos ajudaram em sua estruturação. Conforme os produtores, a criação da Associação deveu-se, principalmente, a uma questão burocrática para facilitar a obtenção de mais benefícios.

Durante os anos de 2000 a 2003 a APOMS ficou restrita ao grupo de Glória de Dourados, a 12 produtores de café. Muitos produtores fizeram experiências, mas, houve problemas, algumas conversões foram difíceis e alguns desestimularam, desistiram no meio do caminho. O erro, um dos produtores atribui, em grande parte das propriedades, ao preço do café. Um produtor explica: “o produto, quando implantamos a primeira safra, estava com o preço lá em cima, quando fomos colher o preço era o mais baixo da história do café. Nos anos de 2002/2003 houve a primeira safra boa das propriedades, mas, o preço estava muito baixo.” Acrescentam que a associação já estava com certificado orgânico para mercado interno, porém, este não consome muito café orgânico; além disso, as processadoras já estavam abastecidas, ou seja, tiveram uma boa safra orgânica para o mercado interno, contudo, não comercializaram como orgânico. Assim, meio à crise, alguns produtores desistiram de cultivar o café no sistema orgânico, poucos permaneceram, muitos voltaram ao sistema convencional.

Também, foi criada, na Associação, uma divisão especializada para a cultura do café, já que esta cultura foi importante no estabelecimento do sistema orgânico das primeiras propriedades envolvidas. A safra 2001/2002 foi marcante por ser a primeira safra certificada, inclusive porque, para algumas propriedades, esta produção foi destinada ao mercado externo.

Assim, a busca pela qualidade despertou nos produtores o interesse em processar o café, o

que vem sendo feito em uma unidade da agroindústria familiar do programa PROVE PANTANAL. Em recentes análises, feitas em laboratórios especializados, o produto obteve a classificação de bebida “duro para melhor”, “o que foi gratificante frente à dedicação desprendida pelos produtores”. Com isso, o café orgânico (núcleo de Glória de Dourados) tem recebido destaque em feiras e provas onde participa.

4.2.2 O Programa Estadual de Desenvolvimento da Agroecologia

Em 2001, o governo do Estado de MS, com a coordenação do IDATERRA, formulou o Programa Estadual de Desenvolvimento da Agroecologia, um programa de transição agroecológica da agricultura familiar de MS. A área de abrangência compreenderia todo o estado de Mato Grosso do Sul e os beneficiários diretos seriam agricultores familiares, horticultores urbanos, comunidades indígenas e quilombolas.

Seu período de vigência, segundo informações contidas no programa, era abril de 2001 a dezembro de 2002. A coordenação ficaria a cargo do IDATERRA / Gerência de Desenvolvimento Rural e Abastecimento / Gestão de Processo de Agroecologia. Os parceiros seriam: Secretaria de Estado da Educação, da Saúde, da Produção e de Meio Ambiente, Cultura e Turismo, TVE, IAGRO, UFMS, UEMS, Escola Família Agrícola, COAAMS, MST, DTR-CUT, FETAGRI, CPT e ONGs afins (MATO GROSSO DO SUL ..., 2001, p. 01).

Alguns pontos do referido Programa são:

A) Justificativa aplicada: O desenvolvimento deste programa foi consubstanciado e definido seus propósitos a partir da discussão do tema aplicado à realidade sócio-econômica e cultural dos agricultores familiares de MS. O processo destas definições teve como base as

deliberações do “II Seminário Estadual de Agricultura Familiar” realizado na cidade de Dourados no período de 18 a 20 de outubro de 2000, as quais, no âmbito da agroecologia, apontaram diversas demandas.

B) Objetivos gerais: a) Proporcionar e promover a possibilidade da reflexão, diálogo e mediação dos princípios e práticas agroecológicas na realidade social, política, cultural, econômica e ambiental do Estado de Mato Grosso do Sul. b) Promover o desenvolvimento cultural e tecnológico da agroecologia em MS, buscando contextos de sustentabilidade ambiental, viabilidade econômica, equidade social e de qualidade de vida para a agricultura familiar do Estado, bem como disponibilizar à sociedade o acesso a alimentos saudáveis.

C) Projetos: a) Desenvolvimento sociocultural e tecnológico em agroecologia; b) Ações de fomento e incentivo às práticas agroecológicas; c) Implantação de estratégias de segurança alimentar e comercialização; d) Estação de formação e experimentação em agroecologia.

D) Orçamento: R\$ 513.167,00 para os quatro projetos acima, juntos.

Adicionalmente, diversas propostas, metas e estratégias de ação foram mencionadas de maneira a alcançar estes objetivos (MATO GROSSO DO SUL ..., 2001). Entretanto, a partir das entrevistas com os produtores, este programa ficou apenas na formulação, não foi adiante. Apenas alguns de seus objetivos foram alcançados, como a realização do *1º Seminário de Agroecologia de Mato Grosso do Sul*, em novembro de 2002, com o tema “Propostas Para o Desenvolvimento da Agroecologia no Estado de MS”, de maneira a divulgar a idéia a todos os produtores. De certa maneira, com este Programa, comentaram os produtores, o governo estimulou muitos grupos a trabalharem com o orgânico / agroecológico, mas ele parou e algumas pessoas continuaram estimuladas, mas sozinhas, em diversos locais, sem a ajuda governamental prometida.

Hoje, o que a gente chama de Rede de Agroecologia é a proposta de juntar estes

grupos/pessoas espalhados tudo no mesmo movimento (APOMS, 2006).

4.2.3 A idéia de criar uma rede de agroecologia

Em 2004, os produtores passaram boa parte do ano conversando, fazendo seminários, reuniões, etc, para decidirem como avançar no futuro. Era certa a idéia de implementar uma certificação participativa, uma alternativa que poderia ser a saída para muitos problemas. Conversando com as lideranças, fizeram um seminário, no qual saíram algumas idéias e decidiram realizar uma adaptação no estatuto da APOMS, uma adequação que propiciaria a outros produtores ingressarem na associação em forma de Rede. Nesta, não haveria imposição, os produtores poderiam decidir o que plantar, atendendo às especificidades / realidade de cada cidade ou núcleo, ou seja, cada grupo poderia tomar suas decisões.

Enfim, acreditavam que uma certificação participativa em rede favoreceria a ética, a confiança, a parceria dentro dos grupos e o fortalecimento de um “sentimento de solidariedade” entre os produtores visando adentrar o seguimento do “mercado solidário”.

Cada um está caminhando. Todos já se sentem parte da Rede (APOMS, 2006).

E assim foi feito. A localização dos núcleos regionais (concentração de produtores agroecológicos) com a rede consiste em: Glória de Dourados, Ivinhema/Nova Andradina, Itaquiraí, Dourados, Distrito de Itahum (Assentamento Lagoa Grande), e possivelmente Campo Grande.

Para os produtos potenciais da rede, poderiam ter destaque: soja, milho, feijão, café, amendoim, milho pipoca, mel, leite, pecuária e frutas tropicais. A intenção dos produtores é agregar valor através da produção de sucos, cafés, doces, etc, além de valorizar a origem dos produtos.

Também em 2004, a APOMS começou a aparecer. Por estar certificada pelo IBD – que divulga regularmente sua lista de projetos certificados – diversos grupos e instituições passaram a conhecer a associação. O Ministério do Desenvolvimento Agrário, por exemplo, passou a ter o nome da APOMS como um dos grupos certificados no Estado e a convidá-la para participar de feiras e exposições.

Conforme relato dos produtores, os integrantes mantêm conversas periódicas, entre si e com diversos grupos afins. Com efeito, conseguiram recurso financeiro através de algumas parcerias e realizaram seis seminários regionais em cada um dos municípios núcleos (Glória de Dourados, Dourados, Itaporã, Itaquiraí, Mundo Nova e Nova Andradina), reunindo produtores (aproximadamente 50 a 60 em cada local) e realizando explicações sobre o que é agroecologia, o que é orgânico, etc.

4.2.4 Organização da associação

A Associação dos Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul, de natureza jurídica, sem fins lucrativos, tem por finalidade congregar pessoas físicas e jurídicas que se dedicam à produção de produtos orgânicos de origem vegetal, animal e extrativos, preparados para uso in natura ou processados, oriundos de produção que integra a biotecnologia preservando-se as normas estabelecidas em regulamentos próprios (Estatuto Social da APOMS).

A organização da associação está estruturada em “núcleos regionais”, que se comunicam formando uma rede de produtores agroecológicos. Sua missão é “viabilizar a sustentabilidade da agricultura familiar por meio de processos agroecológicos” (APOMS, 2006).

- Integrantes:

A associação conta, atualmente, com produtores em vários estágios de conscientização

quanto às mudanças, principalmente culturais, necessárias para adentrar progressivamente ao novo modo de produção. São 80 produtores localizados em 06 (seis) cidades consideradas núcleos pela APOMS: Dourados, Glória de Dourados, Itahum, Itaporã, Ivinhema e Nova Andradina. Contudo, além destas cidades, há outras ao redor destas em processo de conversão e querendo entrar na associação. No assentamento Lagoa Grande (em Itahum, distrito de Dourados), por exemplo, há aproximadamente 20 famílias empenhando-se para ingressar no processo agroecológico. Em Campo Grande também tem ocorrido mobilização, a Associação Campo-grandense dos Pequenos Produtores de Hortaliças, Frutas e Ervas Medicinais – Aspargo, tem demonstrado experiências de produções orgânicas e interesse em inserir-se formando um grupo em Campo Grande. Outros assentamentos também têm visitado e mantido contato a associação, como por exemplo, um pequeno grupo de produtores do assentamento Itamarati.

A diretoria da APOMS compõe-se de um coordenador geral (presidente), um coordenador administrativo, um coordenador de comunicação social, um coordenador técnico, um coordenador de comercialização e um assessor jurídico. O conselho de coordenação é formado por duas pessoas da diretoria e três associados.

4.2.5 Princípios e objetivos

Os principais objetivos da associação, segundo seus membros são:

- Construir arranjos economicamente viáveis, social e culturalmente justos;
- Criar incentivo aos laços de solidariedade na cadeia produtiva;
- Incentivar os processos educativos em escolas e para a sociedade em geral;
- Aproximar produtor e consumidor;
- Consolidar a rastreabilidade de sua produção e um sistema de certificação participativa;

- Abolir produtos químicos do sistema produtivo que interfiram na qualidade biológica dos alimentos;
- Promover a independência dos produtores quanto à necessidade de insumos externos;
- Tornar a propriedade o mais auto-sustentável possível com práticas e manejos alternativos (adubação verde, barreira vegetal, quebra ventos, manejo de ervas, arborização etc);

Algumas premissas para alcançar estes objetivos são:

- Preocupar-se com a saúde tanto do consumidor quanto do produtor, visando à produção de alimentos saudáveis;
- Conviver harmoniosamente com o meio ambiente, respeitar as limitações da natureza e usar racionalmente os recursos naturais;
- Considerar o solo como um organismo vivo (pois dentro dele residem milhões de microorganismos invisíveis a olho nu importantes para a manutenção da vida no planeta).
- Divulgar e demonstrar que a base do sustento de todos está no solo.

4.2.6 Certificação

Há rastreabilidade para o café orgânico em Glória de Dourados. Como esta cidade é dividida em linhas, as informações por pacote de café são como no exemplo:

Ex.: nº do pacote: 5030122

5 = linha da cidade, ou seja, 5ª linha

03 = propriedade da linha da cidade, ou seja, 3ª propriedade da 5ª linha.

01 = talhão, ou seja, 1º talhão da 3ª propriedade.

22 = 22º lote do 1º talhão.

Um produtor vem fazendo isso com o café, mas planeja fazer sistema semelhante com outros produtos.

A experiência do produtor diz que, nos caminhos da certificação, a propriedade (seu processo) é que possui a certificação, não apenas o produto. Depois que a propriedade é certificada, todos os produtos nela cultivados poderão receber o selo da certificadora. Quanto maior a quantidade de produtos a serem certificados, maior o número de inspeções. É como um contrato para utilização da marca. Porém, o custo é muito alto, inviável para a agricultura familiar. Além dos gastos com as inspeções, algum percentual sobre a venda dos produtos fica com a certificadora. Este é um dos motivos que proporciona polêmica em torno da lei final. Segundo os produtores “é preciso haver uma alternativa para os pequenos”, pois para quem comercializa apenas no mercado local não compensa o sistema de certificação convencional. Este é viável apenas para exportadores, e em grande escala.

A certificação participativa em rede é uma alternativa, e, segundo os produtores, é importante para troca de insumos em solidariedade. A Rede Ecovida de Agroecologia na região Sul do Brasil, por exemplo, é diversa da certificação por auditoria externa ou convencional, e tem servido de exemplo para os pequenos produtores familiares da APOMS. “Queremos sair da dependência do IBD, fazer uma certificação participativa em rede. E estamos trabalhando para isso” (APOMS, 2006).

4.2.7 A distinção entre agroecologia e orgânico

Os produtores agroecológicos, como os da APOMS, enfatizam que há uma importante distinção entre produção agroecológica e produção orgânica. Hoje, explicam os produtores, a legislação deu nome de ‘orgânico’ a todas as outras linhas que trabalham na mesma direção

(agroecológico, natural, biodinâmico, etc). Todas elas podem ser certificadas. Mas, há uma diferença grande. “É melhor ser agroecológico do que ser orgânico” (APOMS, 2006).

Os produtores costumam explicar que a Agroecologia compreende todas as ferramentas / metodologias que o produtor necessita para trabalhar a agricultura orgânica. Um exemplo citado pelos produtores para demonstrar esta diferença é o comentário do especialista chileno em agroecologia Miguel Altieri. Este disse, numa palestra, como exemplo, que numa lavoura de algodão podem existir dezenas de colheitadeiras, uma atrás da outra, numa grande propriedade, semelhante à agricultura convencional (química), mas, essa plantação é orgânica e certificada. Ou seja, seguindo as normas é possível tornar-se um produtor orgânico. O agroecológico, todavia, leva em consideração outros fatores como o social, cultural, local, relações solidárias dentro da cadeia produtiva, preocupação com os costumes locais, etc. Na legislação, para a denominação de orgânico, a parte social é contemplada, porém, apenas um mínimo exigido pela certificadora.

Desta forma, os produtores da associação preferem adotar os pressupostos da Agroecologia e serem apontados como produtores agroecológicos.

4.2.8 Atuações, ações e participações recentes

- Participação em cursos, seminários, visitas técnicas e intercâmbios com outros grupos afins, visando dar subsídios técnicos e motivação a outros produtores;
- Consultoria à conversão de propriedades para sistemas orgânicos visando a certificação;
- Participação como representante de produtores em iniciativas de apoio à agroecologia no Estado, bem como envio de propostas ao governo estadual no que diz respeito à legislação para certificação (1999);
- Promoção de dia de campo, seminários, reuniões e cursos de capacitação de mão-de-obra

e outros visando a divulgação da proposta;

- Reuniões ordinárias realizadas rotativamente nas propriedades dos sócios;
- Parcerias em busca do desenvolvimento com órgãos e instituições como a EMBRAPA, UNIDERP, IDATERRA, IMAD, MDA/SDT.
- Visitas de estudantes universitários às propriedades.

Participação em feiras nacionais e internacionais:

- Bio Fach América Latina (Rio de Janeiro, 2003),
- Bio Fach América Latina (Rio de Janeiro, 2004),
- Bio Fach Nurenberg (Alemanha, fevereiro de 2005),
- Bio Brazil Fair (Bienal – Ibirapuera, São Paulo, maio de 2005),
- Segunda Feira Nacional da Agricultura Familiar e Reforma Agrária (setembro de 2005).

Após contatos realizados na feira Bio Fach, na Alemanha, alguns produtores receberam visita de empresários italianos interessados em conhecer o processo de produção do café orgânico. A visita desdobrou-se em importantes contatos com a possibilidade de abrir caminhos para comercialização de produtos diversos para o mercado solidário daquele país. Compradores suíços também visitaram algumas propriedades e demonstraram interesse em comprar produtos orgânicos destes produtores.

Visando a organização dos produtores, têm ocorrido reuniões e seminários com o intuito de internalizar junto aos mesmos a rede de produtores agroecológicos, visando à certificação participativa, a exemplo do que já ocorre em outros Estados do país.

Alguns seminários realizados:

- Seminário realizado em Glória de Dourados, 50 participantes,

- Seminário realizado em Ivinhema, 64 participantes,
- Seminário realizado em Itaquirai, 70 participantes,
- Seminário realizado em Itahum, distrito de Dourados, 48 participantes.

Houve também o Encontro Estadual de Produtores Agroecológicos (Consolidando a Rede), com 170 participantes, realizado em junho de 2005, na Embrapa Agropecuária Oeste (Dourados-MS). Foi promovido pela APOMS e realizado pela ARCOPAN, Embrapa Agropecuária Oeste e Fundação Cândido Rondon, com o apoio do IMAD, IDATERRA, SDA, MDA/SDT e UNIDERP. Alguns temas das palestras foram: Políticas Públicas direcionadas à agricultura orgânica; Comercialização de produtos da agricultura familiar nos territórios; Conversão para sistemas agroecológicos; Propostas para consolidação da rede de produtores agroecológicos: Sistematização das propostas da Rede e encaminhamentos; Apresentação de experiências locais em Agricultura Orgânica.

A APOMS participa também da Comissão Estadual de Produtos Orgânicos. Participa em diversos locais ministrando palestras em cursos para técnicos em agropecuária; como por exemplo, à Escola Família Agrícola em Campo Grande, COAAMS, (realizado em janeiro de 2006 na mesma escola e no CEPACI – Centro de Capacitação e Pesquisa do IDATERRA).

4.2.9 Instituições parceiras

Apesar das parcerias firmadas com instituições como: EMBRAPA, IDATERRA, UNIDERP, IMAD, MDA/SDT e outros, as parcerias estão acontecendo lentamente, salvo raras exceções. Até o momento, a maioria está no campo das boas intenções, ficando os produtores, na maioria das vezes, na expectativa de ser atendido.

- **Recursos / auxílio financeiro**

Dois recursos contemplaram a associação: 1) para montagem de uma agroindústria para processamento de café (as instalações estão sendo construídas, prédio e máquinas para a associação); 2) projeto para estruturar a Rede de Agroecologia APOMS enviado ao MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário / Secretaria de Agricultura Familiar). Este projeto foi aprovado, mas, até o momento desta pesquisa, os produtores ainda não haviam recebido o recurso.

Quanto ao crédito em instituições financeiras, ainda não há específico para o orgânico ou agroecológico, segundo os produtores. Alguns recebem recursos do PRONAF.

4.2.10 Dificuldades

Algumas dificuldades são encontradas pelos produtores, principalmente os iniciantes no processo:

- Mudança de mentalidade do produtor rumo a um novo paradigma na forma de pensar, de adotar manejos agroecológicos como “filosofia de vida” em prol da preservação do meio ambiente e da sustentabilidade do sistema produtivo.
- Falta de continuidade e de instauração de novos programas governamentais de apoio à agroecologia.
- Carência de assistência técnica especializada, tecnologias, laboratórios, pesquisa etc.
- Custo alto e muita burocracia da certificação por auditoria externa;
- Falta de apoio do governo estadual na comercialização e exportação;
- Falta de recursos necessários para proporcionar um maior dinamismo no desenvolvimento da agroecologia.

4.2.11 Perspectivas futuras e propostas

- Intensificar parcerias com instituições de pesquisa e/ou ensino visando dar embasamento científico às práticas de manejo adotadas pelos produtores.
- Constituir um sistema de certificação interna e participativa em Mato Grosso do Sul visando à integração com outras redes, a exemplo da Rede Ecovida de Agroecologia.
- Constituir um sistema de comercialização segura para o produto orgânico.
- Intensificar a participação dos produtores em exposições e feiras.

A exemplo de alguns estados da região Sul do país, como Rio Grande do Sul, onde os consumidores de produtos orgânicos se unem para fortalecer e ajudar os produtores, como por exemplo, através de feiras organizadas pelos próprios consumidores, também os produtores da APOMS almejam que tal organização ocorra aqui em MS.

- Viabilizar o envio de estagiários do estado de MS para a Rede Ecovida com o intuito de aprenderem e trazerem para o MS conhecimentos desta instituição para auxiliar na organização da Rede.
- Proporcionar condições para embalagem e processamento.
- Proporcionar rastreabilidade para outros produtos da rede.
- Expandir mercados, como, por exemplo, criar um ‘mercado’ em cada núcleo.
- Conscientizar o consumidor

4.2.12 Embalagens e mercado

Criação de embalagem padronizada para os produtos da Rede encontra-se em andamento.

A idéia é fazê-la em parceria com vários produtores, em grupo, padronizada, mudando apenas as

etiquetas e pequenos rótulos. Os produtores contam com a ajuda do SEBRAE para formatação / desenho da embalagem.

Mas, discussões surgem em torno desta questão, embalagem, entre os produtores: Como fazer uma embalagem para o pequeno produtor? Inserir-se em redes de supermercado vale a pena para o pequeno produtor? A distribuição também será difícil? Onde colocar os produtos e para quem? Melhor vender para o consumidor de alta renda? Segmentar o público para a classe média alta?

Questionamentos como estes permeiam os debates nos seminários em que a APOMS participa.

5. CONCLUSÕES

Pode-se verificar que, atualmente, a agricultura orgânica, apesar dos inúmeros debates em âmbito ambientalista e de críticas ao “sistema moderno de agricultura”, deve ser considerada como um grande segmento de mercado a ser aproveitado pelo capital, tendo em vista um contexto maior de interpretação. Não sendo admitida “aventura” a potenciais interessados na atividade, pois, na competição, o mercado exigirá contínuo preparo.

No mundo, a agricultura orgânica mostra-se em organização, conforme observado no marco legal internacional, e até nacional, visto que as instituições brasileiras também estão se organizando em favor da regulamentação, que, conforme alguns autores, são advindas das exigências do mercado nacional e até mesmo internacional.

Vale lembrar que “se produzem as abstrações mais gerais senão onde existe o desenvolvimento concreto mais rico, onde um aparece como comum a muitos, comum a todos. Então, já não pode ser pensado somente sob uma forma particular” (Marx, 1985, p. 119 apud ALVES, 2005, p. 02) para interpretar o que é reservado para a agricultura orgânica no estado de Mato Grosso do Sul, inclusive à APOMS. Em outras palavras, observando-se o que ocorre nos países ricos, que mais produzem orgânicos e onde a organização da sua produção tem se mostrado mais avançada, a produção orgânica é tratada essencialmente como segmento de mercado e se distanciando cada vez mais do discurso idealista. Assim, pode-se visualizar um futuro para os demais países ou para os capitalistas que também almejam ingressar nesta competição, pois da forma como ela tida nos países ricos, como exemplo pode servir para demais regiões.

Neste sentido, a APOMS ainda explora um discurso mais ideológico, como as argumentações dos idealistas agroecológicos, não demonstrando totalmente uma completa concordância da realidade que está por vir, ou ao menos não exhibe totalmente essa preocupação; ou seja, a preocupação com as verdadeiras intenções do capital que provavelmente chegará até eles, mesmo sendo resistentes à “grande indústria”. Sendo assim, é necessário que a mesma alerte-se para o inevitável, para o fato de que a produção orgânica exige muita organização e adequação às “regras do jogo”.

A APOMS tem demonstrado esforços neste sentido quando se observa seu empenho em estruturar uma rede agroecológica – o que demonstra a necessidade de se adequar à lógica do mercado, haja vista suas dificuldades de continuar de forma “isolada” – quando visto seu interesse em participar de eventos, cursos, feiras, capacitação de produtores, dentre outros. Porém, é preciso estar ainda mais atento a esta realidade de mercado.

O que tem ocorrido na maioria dos mercados dos países desenvolvidos é uma exploração cínica e imediata de que é possível a materialização do tripé (ambientalmente sustentável, socialmente justo e economicamente viável) para a reprodução de lucro. Deste modo, mesmo havendo o estímulo ideológico das premissas agroecológicas, a necessidade de reprodução do capital sobrevém a todos, com adesão ou sem adesão à sua lógica. E, infelizmente para os idealistas, só serão “viabilizados” aqueles que adentrarem à “lógica capitalista”.

5.1 Algumas contribuições da pesquisa

-Teóricas: Procurou-se, com a presente pesquisa, observar a agricultura orgânica com um ‘olhar’

crítico às mudanças ocorridas no sistema capitalista, mais detidamente, no mundo agrário, mostrando que também nosso objeto de investigação encontra-se sujeito à lógica mercadológica, semelhante às demais mercadorias do agronegócio. Sendo assim, é importante a discussão sobre esta temática sob diferentes vertentes teóricas, de maneira a enriquecer o debate e contribuir com reflexões aos produtores agroecológicos.

-Políticas públicas: Notou-se, com esta pesquisa, que a prática da produção agroecológica corresponde, em diversos aspectos, com o que deve ser objetivo e dever das instâncias governamentais, como por exemplo, criação de empregos, reforma agrária, manutenção do homem no campo, produção de alimentos saudáveis, preservação dos ecossistemas, dentre outras. É necessário, portanto, que a produção agroecológica seja tratada com prioridade, preocupação e interesse, adotando-se, evidentemente, uma perspectiva de longo prazo para a visualização de seus benefícios. Iniciativas neste sentido foram detectadas em Mato Grosso do Sul, mas, fazem-se necessárias sua continuação e efetiva implementação.

-Empresariais: Percebe-se como é imperativo incorporar capacitação gerencial / empresarial neste ramo ainda incipiente em Mato Grosso do Sul, haja vista a necessidade de preparar os produtores rurais às determinações do mercado, tanto no aspecto prático quanto teórico. Há espaço também para o debate sobre Comércio Justo e Solidário, tema muito presente nos países europeus e com algumas iniciativas no Brasil.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAM, David. Nutritionists question study of organic food. *Nature*. Vol. 412, 16 August, 2001.

AGENDA 21 BRASILEIRA. Debates Estaduais: Propostas Mato Grosso do Sul. dez/2000. 48 p.

AGEXPORTER. Opportunity knocks for organics in Singapore. *AgExporter*. June, 2004.

AGORA MS. FAD/UNIDERP realiza seminário amanhã. Disponível em: www.agorams.com.br/include/imprimir.php?id=36222. Acesso em: 14/06/04.

AGRO EXAME. Uma alternativa para o consumidor verde. Set/2005.

ALTIERI, Miguel A. *Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa*. 2 ed. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989. 240 p.

ALVES, Gilberto Luiz. *Mato Grosso do Sul: o universal e o singular*. Campo Grande: Uniderp, 2003, 101 p.

ALVES, Gilberto Luiz. *O trabalho didático na escola moderna: formas históricas*. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. (Coleção Educação contemporânea). 154 p.

ALVES, Gilberto Luiz. Discursos sobre educação no campo: ou de como a teoria pode colocar um pouco de luz num campo muito obscuro (Versão provisória). Relatório da pesquisa *A educação escolar no campo e os tempos históricos em Mato Grosso do Sul: a planície pantaneira e o planalto*. Fundação Manoel de Barros, 2005.

APN NOTÍCIAS. Campo Grande ganha assentamento de agricultura orgânica. Disponível em: www.apn.ms.gov.br/noticia_imprimir.php?id=28646. Acesso em: 19/05/04.

APOMS (ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES ORGÂNICOS DE MATO GROSSO DO SUL). Jan.-Fev./2006).

ARCHANJO, L. R.; BRITO, K. F. W. de; SAUERBECK, S. Alimentos Orgânicos em Curitiba: consumo e significado. *Cadernos e Debates*. Vol. VIII, 2001, 6 p.

ARGENTINA. Situación de la producción orgánica en la Argentina durante el año 2001. Buenos Aires: Servicio Nacional de Sanidad y Calidad Agroalimentaria (SENASA), 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGRICULTURA BIODINÂMICA.

<http://www.biodinamica.org.br>. março/2006.

BARBIERI, José Carlos. *Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudanças da Agenda 21*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. 156 p.

BICKNELL, Philip. Popularity of organic foods on the rise in the United Kingdom. *AgExporter*. August, 2003.

BOUCHIE, Aaron. Organic farmers sue GMO producers. *Nature Biotechnology*. Vol. 20, March, 2002.

BRASIL. Lei n. 10.831 de 23 de dezembro de 2003. Disponível em: <http://www.ibd.com.br/legislacao/10831.htm>> Acesso em: 31/01/05.

CARMELLO, Armando da Silva. *Dourados: terra prometida*. Campo Grande: Alvorada, 197?, 75 p.

CARSON, Rachel. *Primavera Silenciosa*. São Paulo: Melhoramentos, 1968.

CRISTÓVÃO, Artur; KOEHNEN, Timothy; STRECHT, Antônio. Produção Agrícola Biológica (Orgânica) em Portugal: Evolução, Paradoxos e Desafios. *Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável*.

D'AGOSTIN, Luiz Renato; FANTINI, Alfredo Celso. Produção orgânica: também socialmente excludente? *Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre, v. 3, n. 1, jan./mar. 2002.

DAROLT, Moacir Roberto. *As dimensões da sustentabilidade: um estudo da agricultura orgânica na região metropolitana de Curitiba, Paraná*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2000. 310 p. Tese de Doutorado.

DEVALL, Bill. The deep, long-range ecology movement: 1960-2000 – a review source. *Ethics and the Environment*. Vol. 06, n. 01, 2001, p. 18-41.

ESTADOS UNIDOS. Department of Agriculture. Grupo de Estudos sobre a Agricultura Orgânica. Relatório e recomendações sobre agricultura orgânica / Tradução de Iara Maria C. D. Senta. – Brasília: CNPq/Coordenação Editorial, 1984. 128 p.

EIR (EXECUTIVE INTELLIGENCE REVIEW). *A Máfia Verde: o ambientalismo a serviço do governo mundial*. 2. ed. Rio de Janeiro: EIR, 2001.

FARINA, E. M. Q. (coord.). *Estudo do sistema agroindustrial de produtos orgânicos no Estado de São Paulo*. São Paulo: SEBRAE, 2002. 293 p.

FIGUEIRA, Fani Goldfarb. *Separando o joio (cooperativas de trigo – capitalização da*

agricultura). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1979. 109 p. Dissertação de mestrado.

FONSECA, Maria F. Certificação de sistemas de produção e produção e processamento de produtos orgânicos de origem animal: história e perspectivas. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*. Brasília, v.19, n. 2, p.267-297, maio-agosto 2002.

FOX, Jeffrey L. USDA appeases organic lobby. *Nature Biotechnology*. Vol. 17, March, 1999.

GAZETA MERCANTIL/DF. Ano IV - n.º 911. Disponível em:
<http://www.gazetamercantil.com.br>. 24/07/01.

GEWIN, Virginia. Can organic farming replace conventional agriculture? *Nature*. Vol. 428, 22 April, 2004.

GILES, Jim. Is organic food better for us? *Nature*. Vol. 428, 22 April, 2004.

GLOBO RURAL: *Maturidade Orgânica*, ano 19, n. 223, mai./2004, ed. Globo, p. 34-42.

GOMES, Maria do Monte. Portuguese looking to organics. *AgExporter*. October, 2003.

GUIVANT, Julia S. Os supermercados na oferta de alimentos orgânicos: apelando ao estilo de vida *ego-trip*. *Ambiente & Sociedade*. Vol. 2, jul./dez. 2003.

GURGEL, Viviane Amaral. *A sustentabilidade rural e agrícola: o caso do programa de agricultura orgânica irrigada da comunidade da Ilha do Ferro, município de Pão de Açúcar, estado de Alagoas*. Maceió: Universidade Federal de Alagoas, 2001. 155 p. Dissertação de Mestrado.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da agroecologia. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*. Porto Alegre, v. 2, n. 1, jan./mar. 2001.

IANNI, O. *A era do globalismo*. Civilização brasileira, 2ª ed., 1996.

KOEPF, Herbert H.; PETTERSSON, Bo D.; SCHAUMANN, Wolfgang. *Agricultura Biodinâmica*. São Paulo: Nobel, 1983. 333 p.

KRAUTGARTNER, Roswitha. Organics in Austria: From niche market to mainstream. *AgExporter*. February, 2004.

LIMA FILHO, Dario de Oliveira. *Estudo de viabilidade de implantação de produção do boi orgânico em propriedade de gado de corte sul-mato-grossense*. Campo Grande: UFMS, 2002.

LIU-CHEN, Welly; MILLER, Jeff. Organics earning respect on Taiwan. *AgExporter*. June, 2004.

MACILWAIN, Colin. Organic: Is it the future of farming? *Nature*. Vol. 428, 22 April, 2004.

MAGNOLI, Demétrio. *Relações Internacionais: teoria e história*. São Paulo: Saraiva, 2004. 370 p.

MARI, Fabio Luis Vinha. *Plano de comunicação para o VITPAN - Vitelo orgânico do Pantanal*. Dissertação (Mestrado em Produção e Gestão Agroindustrial). Campo Grande: UNIDERP, 2003. 88 p.

MATO GROSSO DO SUL. *Programa Estadual de Desenvolvimento da Agroecologia: programa de transição da agricultura familiar de MS*. Campo Grande: Idaterra, 2001. 64 p.

MEDAETS, Jean Pierre; FONSECA, Maria Fernanda de A. C. *Produção Orgânica: Regulamentação Nacional e Internacional*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário: NEAD, 2005. 104 p.

MORALLES, Daniel Matos et al. *Plano de comunicação: projeto Vitelo Pantaneiro*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação Comunicação Social). Campo Grande: UNIDERP, 2004. 50 p.

MOREIRA, Rodrigo M.; CARMO Maristela S. do. Agroecologia na Construção do Desenvolvimento Rural Sustentável. *Agricultura em São Paulo: Revista de Economia Agrícola ...* 2004.

MOVIMENTO NACIONAL DE PRODUTORES. Produção de orgânicos de MS crescerá 50% nos próximos dois anos. Disponível em: <http://www.mnp.org.br/materias>. Acesso em: 04/07/05.

MS NOTÍCIAS. Produtores Agroecológicos fazem encontro amanhã em Dourados. Disponível em: <http://www.msnoticias.com.br/?p=ler&id=147193>. Acesso em: 04/07/05.

NASSAR, A. M. Certificação no Agribusiness. In: *IX Seminário Internacional PENSA de Agribusiness: cinco ensaios sobre gestão de qualidade no agribusiness*. USP, set./1999.

NELSON, Laura. Organic FAQs. *Nature*. Vol. 428, 22 April, 2004.

NEVES, Maria C. P.; FAVERET FILHO, Paulo; ORMOND, José G. P. Organic agriculture in Brazil: panorama and perspectives. *The Organic Standard*. Issue 8, December 2001.

OLIVEIRA, Nilson P. R. *Avaliação do vitelo orgânico do pantanal como alternativa de desenvolvimento local sustentável*. Dissertação. Campo Grande: UCDB, 2003. 57 p.

ORMOND, José Geraldo et al. Agricultura Orgânica: Quando o Passado é Futuro. *BNDES Setorial*, 2002.

PADOVAN, Milton Parron, et al (eds). *Agroecologia em Mato Grosso do Sul: Princípios, Fundamentos e Experiências*. Dourados: Embrapa Agropecuária Oeste, 2005, 127 p.

PARQUE REGIONAL DO PANTANAL. Produção do vitelo orgânico do Pantanal. disponível em: <http://www.parqueregionaldopantanal.org.br/Parque/vitelo.php>. Acesso em: 09/06/04.

PPA MS (Plano Pluri Anual / MS). Relatório das audiências regionais – PPA MS 2004-2007.

SANTOS, A. N.; PADOVAN, M. P. *A transição para a Agroecologia no Bioma Pantanal: Abordagem panorâmica do Estado de Mato Grosso do Sul*. Rio de Janeiro: UERJ, 2002, 10p. Disponível em: http://www.encontroagroecologia.org.br/files/Transicao_Pantanal.rtf. Acesso em: 04/07/05.

SANTOS, Edson Rodrigues. *Avaliação de programas de produção de carnes especiais com ênfase no vitelo orgânico do Pantanal: VITPAN: (um estudo de caso)*. Dissertação (Mestrado em Produção e Gestão Agroindustrial). Campo Grande: UNIDERP, 2004. 101 p.

SEPLANCT (Secretaria de Estado de Planejamento e de Ciência e Tecnologia – MS). Perfil sócio-econômico municipal - 2003. CD-ROM.

SCHMIDT, Wilson. Agricultura orgânica: entre a ética e o mercado? *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*. Porto Alegre, v. 2, n. 1, jan./mar. 2001.

SOUZA, Maria C. M. de. A Produção de Têxteis de Algodão Orgânico: uma análise comparativa entre o subsistema orgânico e o sistema agroindustrial convencional. *Agricultura em São Paulo: Revista de Economia Agrícola ...*, 2000.

SOUZA, Ana Aparecida A. et al. Sobre(o)viver de crianças e adolescentes: uma reflexão acerca do método de pesquisa. *Trabalhonecessário*, ano 4, n. 4, 2006.

TREWAVAS, Anthony. Urban myths of organic farming. *Nature*. Vol. 410, 22 March, 2001.

UFMS. *Horta Orgânica*. Disponível em: www.ufms.br/horta/index.htm. Acesso em 27/06/05.

URCHEI, Mário Artemio, et al. (orgs). *Seminário de Agroecologia de Mato Grosso do Sul*

(1. : 2002 : Campo Grande, MS). *Propostas para o desenvolvimento da agroecologia no Estado de Mato Grosso do Sul*. Dourados: Embrapa Agropecuária Oeste, 2005, 48 p.

WILLER. H.; YUSSEFI, M. (eds). *The World of Organic Agriculture: Statistics and Emerging Trends*. Germany: IFOAM (International Federation of Organic Agriculture Movements), 2004. p. 13-20.

YUSSEFI, M. Development and State of Organic Agriculture Worldwide. In: WILLER. H.; YUSSEFI, M. (eds). *The World of Organic Agriculture: Statistics and Emerging Trends*. Germany: IFOAM (International Federation of Organic Agriculture Movements), 2004. p. 13-20.

ANEXOS

Anexo 01: Roteiro das entrevistas

Data: _____

Empresa: _____

Produtor(es): _____

Produto(os): _____

Cidade: _____

1. Histórico

Início da atividade:

Motivo de produzir orgânico:

Perspectivas iniciais:

Atividade realizada antes de produzir orgânico:

2. Produção

Local:

Escolha do que produzir:

Área plantada:

Insumos:

Tecnologias utilizadas:

Quantidade produzida:

Custo de produção:

Processamento/ industrialização:

Armazenagem:

Rotulagem/ Certificação/ Inspeção:

Apoio técnico:

Crédito/ financiamento:

Outras instituições envolvidas (públicas, privadas):

Programas públicos de incentivo:

3. Força de Trabalho

Número de trabalhadores necessários à produção:

Formação escolar:

Cursos técnicos:

Atividades entre os produtores:

Remuneração:

Moradia:

Saúde:

4. Distribuição e Comercialização

Mercado interno (cidade, estado, país):

Canais de distribuição (beneficiadoras, feiras, entrega em domicílio):

Contratos formais ou informais:

Meio de transporte:

Mercado externo (exportação):

Preços:

Marketing e comunicação:

5. Resultados

Lucratividade:

Oportunidades/ investimentos:

6. Dificuldades/ ameaças

Principais problemas:

Como são solucionados ou contornados:

Pretende continuar a produzir orgânico?

Anexo 02: Tabelas com informações dos produtores/propriedades

Tabela 01: Histórico dos produtores

Pr od ut or	Localização e tamanho da propriedade	Histórico			Atividade principal ou paralela
		Ocupação da terra	Antecedentes	Motivo de produzir agroecológico e início da atividade	
Pr 1	Ithaum (Distrito de Dourados), 27 ha	Proprietário. Proveniente de assentamento (Assentamento Lagoa Grande)	Empregado em fazenda, administrador de fazenda, domador de cavalo, inseminador, Vieram de Laguna Carapã, MS, há 5 anos. Como grande produtor tentou fazer a monocultura, produzia apenas leite.	Sustento da família, preocupação com a saúde e com o meio ambiente. Viu no agroecológico a saída, a possibilidade da diversidade. Não conseguia manter a família só com o leite. Comprar o químico era inviável. Era difícil comprar veneno. Há 4 anos está no processo de conversão para agricultura ecológica; está há 3 anos sem usar veneno.	A família trabalha só na propriedade.
Pr 2	Glória de Dourados	Proprietário. Proveniente da Colônia Agrícola Nacional de Dourados	Seu primo plantava, café no sistema químico, 1998. Era agricultor na mocidade. Nasceu no estado de Alagoas. Chegou em Dourados em maio de 1953, era assentado, foi um dos fundadores da cidade. Trabalhava na roça até 1970, conseguiu entrar no funcionalismo público do Estado.	Fortes geadas na década de 1970 prejudicaram a produção de café. Receberam visitas de técnicos do Paraná em 1998 e surgiu a pergunta de começar a plantar no sistema orgânico. Fizeram experimentos diversos. A expectativa inicial era de ficar milionário.	Funcionário público. A família não trabalha na propriedade.
Pr 3	Ivinhema, aproximadame nte 8 ha	Proprietário. Gleba Ouro Verde	Natural de Umuarama, Paraná. Vieram em 1972/73. Arrendatário, investia na monocultura. Conseguiram comprar as terras que estão hoje, continuaram com a monocultura, plantavam mandioca. A região era produtora de mandioca. A monocultura não deu certo, não conseguiram pagar suas dívidas,	Conheceram a Agroecologia através da Igreja, Pastoral da Juventude Rural. Houve uma mobilização da CPT (Comissão Pastoral da Terra) para organização dos jovens do campo, sendo a agroecologia uma das matérias. Começaram a se conscientizar com a saúde da família. A monocultura não deu certo, então tentou a diversidade.	A família trabalha só na propriedade.

			<p>ficaram doentes, intoxicados com veneno. A mandioca passou a ser do grande fazendeiro, de 500 / 600 alqueires, eles dominam, o preço caiu lá embaixo. A mandioca não cobria mais os custos. Houve um problema sério no município, este parou. Quebrou muito pequeno agricultor.</p>	<p>Escolheu a uva para ter renda no fim de ano, novembro e dezembro. Visto que para o agricultor do campo esta época é a mais difícil para se adquirir renda</p>	
Pr 4	Glória de Dourados, 30 ha	Proprietário. Proveniente da Colônia Agrícola Nacional de Dourados.	<p>Família produtora de café. Em 1983 iniciou a sericultura, bicho da seda. Durante 14 anos trabalharam com bicho da seda. Mantinham também a produção de café. Em 1993 foi construído um aviário, avicultura de corte. Parou a sericultura em 1997, ficou só o café e o aviário. Em 1994 entraram num projeto de fruticultura, implantaram 2 hectares com acerola, goiaba, manga e maracujá, mas não deu muito certo este projeto, 24 produtores de Glória participaram. A empresa (que era de Campo Grande) que prometeu comprar a produção foi embora, perderam muitas frutas, passaram dois anos batalhando com isso, produziram suco, polpa de fruta, processamento de fruta, registraram a produção no Ministério da Agricultura, construíram uma agroindústria familiar, mas não podia concorrer com empresas maiores. Destacavam muito o <i>natural</i>, mas não sabia ainda o que era “orgânico”, 1995/1996.</p>	<p>Já não existia mais a fertilidade da mata recém desmatada, tinha que adubar, vinha praga e tinha que passar veneno... Cada dia estava ficando mais caro. Perderam safras inteiras por ataques de pragas e doenças. Precisavam procurar uma alternativa. Em 1997 começou a implantar o café como orgânico.</p>	<p>Vivem só do que produz na propriedade. Há avicultura de corte, não orgânica, integração com a Avipal. Participa do(a): projeto Comunidade Rural Solidária (ComSol) como agente de desenvolvimento rural, Glória de Dourados; Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Glória de Dourados (CMDR); Comitê Assessor Externo da Embrapa Agropecuária Oeste; Comissão Estadual de Produtos Orgânicos.</p>

Pr 5	Dourados, 1 ha	Proprietário	<p>Família, ambos os lados, de tradição pecuária, de Dourados. Trabalhavam sempre na forma de exploração, derrubar para pastagem, etc. Depois da pecuária foi a lavoura de soja, década de 1980, também com agricultura convencional. Gastavam muito com o químico, pesticida, acaricida, fungicida. Na sua geração seu pai foi intoxicado, quase morreu, ficou anos sem poder trabalhar. Era muito novo, mas já observava a forma de manejo realizada por seus pais e refletia com questionamento. Pensava se não haveria alternativa. Tiveram que vender a propriedade. Entrou na faculdade, fez um pouco de diversos cursos. Foram para uma propriedade menor, a família ficou alguns anos trabalhando com a pecuária leiteira, mas ele começou a trabalhar em outra propriedade, com hortaliças, que começou a dar mais retorno que a pecuária leiteira. Seu pai, depois de curto tempo, também começou a trabalhar com hortaliça.</p>	<p>Surgiu o plano do Estado, um Programa de Agroecologia. Foi convidado a participar, a começar no processo, em 2000. Fazia parte da Associação Verde Vida, em Dourados. O processo foi junto com o Estado, com o Idaterra. Criou-se um grupo, uma comissão de pessoas dentro do Idaterra para trabalhar com a agroecologia. Conseguiu ver um mercado com aqueles princípios novos. Porém, leigo no assunto, sem a família apoiando. Começou a ler sobre agroecologia, estudar sobre plantas (2000 e 2001). Fizeram visitas em São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, para troca de informações. A família não participava do processo. Na pequena área onde plantava hortaliças, 1 hectare, começou a praticar a agroecologia e a deixar os métodos da agricultura convencional. Produtor agroecológico há 5 anos.</p>	<p>Cursa graduação em Agronomia e faz estágio na Embrapa Agropecuária Oeste</p>
-------------	----------------	--------------	--	---	---

Pr 6	Itaporã, 10 ha	Proprietário	Formação de técnico agrícola e agronomia. Sempre foi preocupado e sensível com a questão do meio ambiente. Tinha o sonho de ter um espaço para colocar em prática suas crenças. Experiência profissional com a cultura da soja, assistência técnica, cooperativas, empresas de sementes, nada como agroecologia. Mas, quando aparecia alguma prática/tecnologia nova mais preservacionista, procurava adotar e repassar este conhecimento. Depois da atuação profissional como técnico agrícola e agrônomo surgiu a oportunidade de adquirir uma área em Itaporã, há 5 anos. Criou, um ano e meio, frango no aviário em sistema convencional, quando compraram o sítio, abatiam com 42 dias, “o aviário era uma bomba relógio”. Deixaram de produzir frango neste sistema.	Começaram mais com a idéia e com a vontade, foram aprimorando seus conhecimentos agrônômicos de maneira a entender mais o orgânico/agroecológico. Buscou convivência com pessoas que já praticavam a agroecologia. Tinha uma convicção como pessoa, uma vontade pessoal sobre adotar práticas de mais respeito à natureza e saudável. Estão há aproximadamente 5 anos nesta tentativa.	Pesquisador da Embrapa Agropecuária Oeste
Pr 7	Nova Andradina, aproximadamente 0,5 ha	Proprietária	Era penas dona-de-casa. Sempre se preocupou com a qualidade da alimentação e também com a preservação da natureza. Nasceu na cidade de Castilho, São Paulo.	Depois de uma consulta médica a um Ortomolecular, este comentou que gastaria menos pagando um ajudante numa horta orgânica caseira do que com medicamentos no futuro. Criou coragem e há 4 anos está aprendendo a produzir orgânico. O motivo foi a necessidade de consumir estes alimentos.	A proprietária não realiza outra atividade fora da propriedade.

Pr 8	Nova Andradina, 240 ha	Proprietário. Herança da família.	Familiares de ambos são do meio rural, a esposa de gado de corte, o esposo do café e pecuária leiteira. Ambos são agrônomos. Ele participou de um grupo de agroecologia em Dourados durante o curso de Agronomia. Ela fez especialização em produção biodinâmica, em Botucatu, São Paulo. O estudo de caso foi com sua propriedade, um projeto biodinâmico para conversão do lugar em produção rural biodinâmica, que já era orgânica.	Sair do químico, baixar os custos, pegar o potencial da natureza e filosofia de trabalho. Escolha do que produzir: vocação natural da área para pecuária.	Funcionária do frigorífico Independência, encarregada da fábrica de adubo.
-------------	------------------------	-----------------------------------	--	---	--

Tabela 02: Características da produção

	Produção				
	Produtos	Insumos	Tecnologias/ Estruturas	Processamento / industrialização	Embalagens
Pr 1	Abacaxi, amendoim, acerola, abobrinha, arroz, banana, cana, café, feijão, laranja, maxixe, mandioca, milho, quiabo, uva. Animais: galinha, porco, bezerro, vaca. Artesanato. Tentará açúcar mascavo em breve.	São os produzidos na propriedade. Usa esterco, urina da vaca, etc para fazer biofertilizante, semente crioula... “Essa sujeira no chão é adubo, matéria orgânica, é comida para a terra.” Quando não tem insumos, troca com outros produtores.	Utiliza tração animal, cavalo (1), arado, grade, pulverizador (para passar urina e compostos orgânicos), minhocário (que serve de adubo). Também há um Sistema Agroflorestal em formação.	Produtos apenas in natura, só armazena semente crioula. Produção apenas para a subsistência da família.	Não há
Pr 2	Já produzidos e/ou produção atual: abóbora, café, chuchu, feijão, jiló,	adubação verde,	Cinco poços artesianos,. Tem tecnologia de irrigação. Arborização		

	mandioca, melancia, milho, quiabo, soja, tomate, mamona, beterraba, cenoura, berinjela, coco anão, ginsen.		(ipê de várias cores, aroeira, cedro, grevílea)		
Pr 3	Uva (carro-chefe no momento), coco, milho verde, abacaxi, melancia, quiabo, mandioca de mesa, abobrinha, galinha, arroz, feijão, e outros.	Adubo: usa o que tem na propriedade, recupera o solo com adubação verde (tem variedades de sementes, aveia, feijão mucuna). Traz de fora o esterco de vaca, que troca com o vizinho (não orgânico). Semente de adubação verde produz na propriedade.	Poço c/ buraco.	“Vai tudo in natura”	Há caixinha com identificação para a uva. Ainda não há caixa padrão para todos os produtos identificando-os como orgânico.
Pr 4	Abacaxi, alface, banana, berinjela, beterraba, café, cebolinha, chuchu, leite, mandioca, mamão, maxixe, maracujá, quiabo, tamarindo, e outros. Há 3 anos vende o café torrado e moído; quando há muito, vende no mercado ou no próprio sítio.	Insumos: para o café são os permitidos dentro das normas, são produtos (kits) que terminaram de preparar na propriedade. Em MS há poucos insumos para agricultura orgânica, compram do estado de São Paulo. Sementes são da própria propriedade.	roçadeira, trator agrale, etc. Estruturas: além da casa, tem terreiro, secador, tulha, máquina de beneficiar café, agroindústria.	Só o café é processado. Há três anos o café é torrado e moído. Houve um trabalho de processamento com as frutas, mas agora não mais.	Há para o café orgânico, e para o suco de frutas está em elaboração.
Pr 5	Hortaliças em geral; fruticultura: banana, mamão, jaca, goiaba, manga, laranja... ; doces em compotas, de abóbora,	Adubo produz no local. Algumas sementes já têm orgânicas: alface, rúcula, almeirão..., mas, só adquirindo do estado de	enxada, carriola, pá, minhocário, compostagem, e está começando a trabalhar um sistema agroflorestal.	Doces e conservas caseiras.	São simples, compram em Campo Grande.

	goiaba, banana, ...; conservas de pepino, cenoura, cebola, milho verde; tomate seco, molho tomate, e outros.	São Paulo ou Rio Grande do Sul, Dourados não tem.	Armazenam sementes de hortaliças, alguns doces, compostagem, e água no solo. Toda a água sai da bomba do poço.		
Pr 6	Foco em dois produtos: tomate e frango semi-caipira. Também há abobrinha, frango, frutas, grãos, como soja e milho, hortaliças, leitões, nin (inseticida natural), ovelhas, rabanete, vaca, ...	Alguns insumos são permitidos a compra de fora, mas procuram produzir dentro da propriedade. Produz grãos basicamente para entrar na composição da ração dos animais. Para os porcos produz o milho; a palha do milho serve para compostagem que vai para adubo; biofertilizante também é produzido no local.	Estufa telada, coberta, protegida, construída pelo produtor para produção de tomate. Faz barreiras laterais com arborização para proteger algumas culturas, como grãos, do vizinho. Tratam a tecnologia não com relação aos insumos modernos e máquinas de última geração, mas sim por outro enfoque, visando uma tecnologia de processos, de organização. “Então, exige muito conhecimento, mas com relação aos processos que utilizam”.	Aplica seus conhecimentos de conservação pós-colheita de frutas e verduras.	Simple, comum, saquinhos. Tem um retorno do consumidor da qualidade das embalagens.
Pr 7	Hortaliças: alface, rúcula, cheiro-verde, chicória, almeirão, cenoura, beterraba, couve, etc, frutas diversas. Considera-os orgânicos com iniciação à biodinâmica.	Alguns insumos são comprados no município, e outros, como a adubação verde, são produzidos na propriedade.	“Não há tecnologia e sim um aprendizado no dia-a-dia.”	Não.	As embalagens são sacolas plásticas comuns, não há rotulagem.

Pr 8	Carro-chefe é a pecuária, gado de corte e de leite. Também há: galinha, porcos, pomar de frutas (banana, abacaxi, manga, etc), milho, arroz, amendoim, mandioca. Além de serem considerados orgânicos são também biodinâmicos.	Usa preparados biodinâmicos. Produz adubação verde, adubação orgânica com preparados biodinâmicos. Há o aproveitamento de todos os subprodutos do sistema de produção, que sejam orgânicos. Usa adubo orgânico certificado do Frigorífico Independência. Usa produtos homeopáticos e fitoterápicos no gado.	Tem unidade de queijo com tanque para pasteurização e câmara fria. Tem reserva dos cursos d'água, não há caça. Utiliza sistema rotacionado, troca piquetes; bebedouros de concreto, manejo de pasto de repasse e desnate. Não há só tecnologia de produtos, mas também a tecnologia de processos.	Pasteurização de leite.	Não específicos.
-------------	--	---	---	-------------------------	------------------

Tabela 03: Características da produção (cont.)

	Quantidade	Rendimento	Custos/gastos	Etiquetas/selos/Certificação
Pr 1	Não tem muita idéia de quantidade produzida, a produção é basicamente para consumo da família. Começarão a pensar no comércio, ainda não tem, só o artesanato (cestos, porta caneta, porta bebidas, porta plantas, paliteiro, etc).	Obtém do artesanato uma renda aproximada de R\$150,00 mensais	Taxa mínima de água = 5,00; e energia elétrica em média R\$50,00.	Utilizam etiqueta APOMS no artesanato.
Pr 2	Hoje não tem muitos produtos no sítio. Grande parte da produção está parada no momento, o clima não ajudou.			Através da APOMS.
Pr 3	Colheram este ano 500 kg de adubação verde. Estão entregando no mercado o quiabo, média de 120 kg a 150 kg por semana (Nova Andradina e Ivinhema). Ano passado colheram 2 toneladas de uva na colheita; venderam 1500 abacaxis; comercializaram 75 toneladas de mandioca orgânica para ser	Obtém em média 1 salário mínimo, aproximadamente R\$300,00, com a venda formal e informal dos produtos por mês.	Conta de água: R\$10,00, taxa mínima, comunitária. Energia elétrica em média R\$34,00 mensais. O custo no começo foi maior, agora vai diminuindo bastante, pois vai recuperando o solo e fica uma terra produtiva. E como não compram química de	Este lote de mandioca (ver quadro "Quantidade") foi o 1º registro de mandioca orgânica a ser certificado pelo IBD para exportação

	processada para exportação.		fora o custo diminui bastante.	em nível de Estado, no ano de 2004, e foi comprado pela Fecularia Cassava, de Glória de Dourados. Vai com selo da APOMS quando vende como orgânico.
Pr 4				Inspeção é do IBD, porém, os custos são altos e estão encerrando a certificação com esta certificadora.
Pr 5	Por mês saem para comercialização cerca de 3.000 plantas de alface, 5.000 de rúcula, 1.500 de cheiro-verde, 300 kg de pepino.	Rendimento varia entre 1.500 a 2.000 reais com as vendas, por mês.	Custos são pequenos, pois quase não utiliza insumo de fora da propriedade. A adubação é da localidade. Há 6 anos gastava em torno de R\$90,00 de energia ao mês, tinha 1/3 da área plantada. Hoje gasta R\$50,00 reais de energia ao mês com a horta orgânica, e a área plantada é 3 vezes maior. “E não foi o preço da energia que baixou. É o manejo que vai ajustando o gasto de água”.	
Pr 6		Obtêm, com hortaliças, uma média de R\$1.200 por mês, mais a venda de frangos.	Tem dois funcionários assalariados.	Alguns produtos já se encontram em via de certificação, como o tomate e o frango que estão “bem protegidos”. Mas outros

				produtos, como os grãos, ainda carecem de investimentos em barreiras para estarem em via de certificação.
Pr 7	A produção é meio irregular. Aproximadamente, por dia (agora que a produção não é muita): 50 maços (ex: 20 alfaces, 6 agriões, 3 rúculas, 6 cheiro verde, ...).	Aproximadamente, por dia (agora que a produção não é muita): R\$100,00	Energia elétrica: 30,00 por mês (inclui gastos casa + plantação) Água: só poço semi-artesiano. Compra esterco: R\$ 200,00 por mês, não orgânico, faz o processo de compostagem nele. O custo de produção é menor do que no sistema convencional.	Ainda não tem certificação ou inspeção por certificadora.
Pr 8		Nos meses finais de 2005, setembro a dezembro, as entradas foram em torno de R\$1.400 a R\$1.500,00 por mês; porém, está inclusa neste valor a contribuição mensal da proprietária de R\$1.000,00 mensais.	Nos meses finais de 2005, setembro a dezembro, os desembolsos com a produção foram em torno de R\$1.500,00 a R\$3.000,00.	Tinha o selo agroecológico do Idaterra e do Prove Pantanal, não tem mais. Mas, estão procurando obter o selo Demeter.

Tabela 04: Distribuição e comercialização

Distribuição e Comercialização					
	Mercado	Preço	Transporte	Divulgação	Consumidor
Pr 1	Produtos da propriedade foram levados à Bio Fach e participou da Feira da Economia Solidária. Nestas, produtos foram vendidos a estrangeiros (por ex.: 5 cestos de bananeira a alemães). Farão parceria com a Rede de Economia Solidária de Dourados. O	Quando há comercialização de alimentos são vendidos com o preço do convencional, do	Não tem automóvel. Há uma charrete. Há ajuda da Embrapa, da Prefeitura Municipal de	Não.	Quando vai à feira tudo é vendido, mas falta valorização para alguns produtos por parte do consumidor. Dependendo do produto, há valorização, como o café e o feijão.

	artesanato tem registro no grupo de artesãos da APOMS. Participam de feiras em Dourados e Bonito (Idaterra levou os trabalhos para o Festival de Inverno). Plano de irem a exposições. Só há comercialização de produtos alimentares quando excede a demanda familiar. Esporadicamente alguns são vendidos.	químico.	Agricultura Familiar e do IDATERRA. Estes enviam ônibus ou carro, principalmente para os cursos de capacitação e eventos.		
Pr 2			Transporte próprio		
Pr 3	Entregam quiabo no mercado e na feira livre. Ocupa os espaços dos amigos e a rodovia, Os produtos vão para Ivinhema e Nova Andradina. Metade da produção de uva vende na rodovia. Entregam para 20 famílias em domicílio em Ivinhema, numa caixa, uma cesta de produtos. Mandioca de mesa entrega no comércio local. A maioria vende como convencional. Só a mandioca e a uva já venderam como orgânico.	Preço é um pouco a mais que o convencional, mas depende do cliente.	Transporte próprio, 1 carro e 1 moto.	Folder padrão com foto das frutas deixam no comércio e a propaganda é “boca a boca”. Fizeram divulgação ano passado e a propriedade parecia centro turístico. Amigos divulgam na internet e rádios das cidades de Ivinhema e de Nova Andradina.	Boa demanda do mercado consumidor na localidade. Não dão conta de atender a todos. Se houvesse mais em volume e diversificação venderiam mais. Há boa aceitação. “O abacaxi já tem um grupo bem consciente que aceita como agroecológico”.
Pr 4	Feira em Glória de Dourados e Deodópolis. Tudo que produz vende na feira. No ano em que a safra é maior cola no supermercado da cidade. Também há procura na propriedade. Manda para Nova Andradina e Dourados, em caixas. Durante dois anos levou para o	Pensa em torno de 20 a 30% mais caro que o convencional, mas cada produtor faz a sua	Transporte próprio. 1 carro e 1 moto	Ns feiras não destacam que é orgânico, vende como convencional. Não falam nada sobre	“Consumidor de orgânico na nossa região não existe.”

	<p>supermercado da cidade (mas este ano não teve produção suficiente para tal). Fora do Estado não leva. O mercado é basicamente Dourados, Glória de Dourados, Nova Andradina e Ivinhema, mais para consumidores que já consomem produto orgânico. Não vendem em domicílio, mas tem feito uma integração com uma produtora de Nova Andradina que vende orgânicos, manda para ela e esta vende para seus clientes. Em Dourados também tem outra pessoa que vende os produtos orgânicos dos produtores de Dourados, colocam o café entre os produtos, já têm clientes cadastrados. Por enquanto não há organização e quantidade para entregar às instituições públicas, como escolas, creches, etc. Comercializou, nos últimos três anos, o café como convencional, mas, recentemente, elaborou uma embalagem para melhor comercialização do café, e apresentá-lo com maior categoria, como orgânico.</p>	<p>interpretação e coloca seu preço. Participaram da Feipan vendendo 1kg a R\$14,00, torrado e moído, “vendeu bem”.</p>		<p>orgânico. “A gente vai ter que criar o hábito de estar falando um pouco mais.” Falaram um pouco no começo, mas hoje não mais.</p>	
Pr 5	<p>Vende em um dos grandes supermercados de Dourados, em alguns mercados menores, e algumas frutarias da cidade, só em Dourados; feiras não fazem mais. Entregam em domicílio (considera que esse é o melhor mercado que existe), entregam uma cesta de produtos na casa do cliente, que tem opção de escolha. Nos mercados não entregam compotas e conservas, estas são para os clientes mais próximos e para as cestas. Há contrato com os mercados. Para o setor público não entregam.</p>	<p>Por enquanto vende a preço do mercado convencional. Muitas vezes é abaixo do preço de mercado. Há 5 anos o alface está R\$0,50. Não faz promoção. Desde que seus produtos são sem agrotóxico não faz</p>			<p>Acreditava que as pessoas com maior nível de escolaridade teriam maior aceitação, mas são as pessoas mais difíceis de se comercializar, pois não acreditam, perguntam do certificado. Já as pessoas com baixa escolaridade estão preocupadas e desejam comprar, mas não compram pelo preço, imaginam logo que é muito caro.</p>

		<p>mais promoção. Uma compota de doces vende de R\$5,00 a R\$10,00, vidro em média de meio quilo. Uma abóbora de 7 a 8 kg vende a R\$2,00 ou R\$3,00.</p>			
Pr 6	<p>Pessoas mais próximas, de seu relacionamento, por exemplo: colegas da Embrapa, pais dos colegas de seus filhos da escola, pessoal do clube. Não tem abastecimento em local fixo, o consumidor vai até a propriedade e outros, a maioria, grande parte profissionais liberais, gente que trabalha fora, recebem os produtos em domicílio.</p>	<p>Não trabalha com preços sazonais. 1kg de tomate= R\$3,00. 1 kg de frango limpo= R\$7,50. 1 frango limpo em média custa de R\$12,00 a R\$15,00.</p>		<p>Não fazem propaganda para a propriedade. As pessoas que consomem vão fazendo a propaganda. Considera ter uma base pessoal com os demandantes destes produtos.</p>	<p>Seus consumidores têm vários graus de conscientização: idosos com problema de saúde; mães que compram apenas para seus filhos; pessoas com câncer com recomendação de seus médicos; há pessoas que são dependentes de seus produtos devido a recomendações médicas. Hospitais e restaurantes já procuraram, mas não fornecem porque exigem regularidade e contrato.</p>
Pr 7	<p>Há comercialização para toda a produção. Fazem entrega em domicílio, fornece em cestas. Vende tudo em maços. As cestas não têm padrões nem preços específicos, o cliente escolhe os produtos. Nunca exportaram.</p>	<p>Segue o preço do mercado convencional. R\$2,00 cada maço, com exceção do cheiro-verde que custa R\$1,00.</p>	<p>1 carro e 1 moto.</p>	<p>Propaganda verbal e folhetos.</p>	<p>Alguns consumidores são conscientes da qualidade do produto, mas a maioria compra porque é fornecido em domicílio e devido à aparência (a limpeza por exemplo). O produto mais procurado é a alface. Nunca receberam</p>

					reclamações dos clientes sobre produtos, padronização ou embalagens
Pr 8	Já entregou queijos no supermercado, não entrega mais. O Estado não compra. Não exportam. O leite vai para a cooperativa, o gado para o frigorífico e para o invernador de bezerros. Só comercializa o gado no momento.	Preço do mercado, convencional.	Um automóvel, um trator e a linha de ônibus uma vez por mês.	Não há.	O frigorífico e o laticínio são consumidores tradicionais convencionais. Já os outros produtos (frango, queijo, ovos,...) serão comercializados no núcleo de venda de produtos orgânicos, biodinâmicos desenvolvido pela produtora de Nova Andradina. São pessoas que se preocupam com segurança alimentar e buscam produtos que levem a isso.

Tabela 05: Componentes (moradores) da propriedade / força-de-trabalho

Componentes da propriedade / Força-de-trabalho					
	Quantidade e situação de trabalho	Escolaridade	Capacitação	Auxílios/ Bolsas	Saúde
Pr 1	Proprietário, esposa, dois filhos e a avó. Agricultura familiar.	Os adultos voltaram a estudar, estão no primeiro ano do ensino médio, e as crianças também estudam, quarta e sétima séries. Comentam a necessidade de retornar aos estudos para melhor entender a Agroecologia.	Já fizeram vários cursos técnicos, assim como participaram de palestras, visitas, dias de campo, eventos, encontros, etc. Ex. recentemente curso sobre fruticultura.	Recebem duas bolsas-escola.	Tem duas agentes de saúde no assentamento. São atendidos em posto de saúde (com dentista, ambulância, etc) de Itahum. Consideram ter um bom atendimento.
Pr 2	Tem 1 funcionário assalariado (salário rural				

	R\$600,00) e a esposa deste que faz diária (R\$ 18,00), moram na propriedade, tem à disposição água e energia elétrica, etc. A família do proprietário não trabalha no sítio.				
Pr 3	Proprietário, esposa e um filho de 1 ano e meio.	Não estão estudando, pararam no primeiro ano do ensino médio.	Sempre fazem cursos técnicos quando há oportunidade. Pretendem fazer uma agenda para preparar técnicos. Fizeram, ano passado, curso de caldas e receitas naturais, biofertilizante, adubo orgânico, seminários para mobilização de outros produtores. Em Ivinhema utilizam um espaço doado pelo Sindicato Patronal de Ivinhema, dos grandes produtores. Participam pessoas de Nova Andradina, Ivinhema, Angélica, Deodápolis e Novo Horizonte do Sul.	Não recebe bolsa-escola ou outra bolsa, vale ou auxílio de governo.	Tratamento natural com ervas medicinais. Utiliza o biogenético, tipo fitoterapia. Vão pouco ao médico, alegam não precisar.
Pr 4	Proprietário, esposa, um filho de nove anos, mãe do proprietário, um funcionário fixo ajudante geral (recebe 1 salário e meio, mora na cidade, registrado, há 5 anos trabalha na	Proprietário tem técnico em agropecuária e curso superior (Biologia), esposa ensino médio completo, mãe ensino fundamental primário, um funcionário tem ensino médio incompleto (o	O proprietário passa seus conhecimentos para os funcionários. Sempre que possível proporciona cursos técnicos, seminários, etc. Os funcionários não trabalhavam com o		Saúde boa das pessoas que trabalham na propriedade.

	<p>propriedade), e um funcionário que cuida do aviário (trabalha por porcentagem, 22% da produção do aviário, mora na propriedade, tem livre casa, água e energia elétrica). O proprietário considera que apenas estes dão conta do serviço, não necessitando contratar diarista, isto devido a um maior equilíbrio alcançado pela propriedade atualmente, pois, no ano passado o serviço era bem maior.</p>	<p>registrado), o outro funcionário tem o primeiro grau completo (o que trabalha no aviário).</p>	<p>orgânico, mas entendem bem e estão aprendendo a cada dia.</p>		
Pr 5	<p>Proprietário, o pai e um funcionário (recebe um salário rural mais comissão conforme a venda, 5% da renda bruta do que é vendido, ganha em torno de R\$500,00 a R\$600,00; pode levar hortaliças para casa sem ônus). Estes trabalhadores são suficientes para a área.</p>	<p>Proprietário (ensino superior incompleto, Agronomia), pai (ensino médio incompleto), funcionário (escolaridade baixa, não sabe ao certo).</p>	<p>Os funcionários não estão fazendo curso técnico.</p>		
Pr 6	<p>Proprietário, esposa (que cuida do atendimento ao cliente), dois filhos em idade escolar e dois</p>	<p>Proprietário tem curso superior em Agronomia. Os funcionários cursam o ensino médio, um deles</p>	<p>Todos aprendem no dia-a-dia sobre orgânico e agroecologia.</p>		

	funcionários registrados: um deles mora na propriedade (sem ônus para casa, energia elétrica e água, é um casal sem filho), o outro funcionário mora na cidade, Itaporã.	quer fazer curso superior.			
Pr 7	Proprietária, Três trabalhadores na propriedade, sendo 1 funcionário registrado, salário de R\$400,00, 1 diarista avulso quando precisa, R\$20,00 a diária. Os trabalhadores ganham 1 salário mínimo. Na propriedade não tem moradia para os funcionários.	Proprietários têm curso superior. Os trabalhadores possuem ensino fundamental.	Os funcionários não têm participado de cursos técnicos, eventos, etc. Repassam a eles informações, conhecimento e técnicas adquiridos em cursos e eventos diversos.		O atendimento à saúde é pelo SUS.
Pr 8	Proprietário, esposa, e 1 funcionário que recebe salário rural, mora na propriedade.	Proprietários, ambos com curso superior em Agronomia, tendo a esposa, adicionalmente, especialização em produção rural biodinâmica. O funcionário tem baixa formação escolar.	Funcionário não faz cursos técnicos fora da propriedade.	Não recebe nenhum auxílio de programas públicos.	Convênio UNIMED, ligado à CNA (Confederação Nacional da Agropecuária).

Tabela 06: Instituições envolvidas

Instituições envolvidas

	Financiamento/ crédito	Apoio técnico	Outras
Pr 1	PRONAF	IDATERRA, Embrapa Agropecuária Oeste, UNIDERP e UFMS de Dourados.	Além da APOMS; CPT (Comissão Pastoral da Terra); Prefeitura de Dourados (Secretaria Municipal de Agricultura Familiar, especialmente o secretário desta secretaria). Produtores do Assentamento Itamarati já visitou a propriedade.
Pr 2		Está buscando apoio técnico, não há ainda, o Idaterra não fez convênio com eles. “Apoio técnico não existe.”	APOMS
Pr 3	PRONAF. E entraram com pedido específico para agroecologia, “mas o Banco do Brasil ainda não conhecem direito o que fazemos.”	Apoio técnico do IDATERRA é muito pouco. Tem ajuda de uma pesquisadora de Dourados que faz um estudo no Paraná, a mesma é do IDATERRA, ajudou-o na parte de pesquisa, remédio homeopata e também com algumas frutas, goiaba e uva. Tem ajuda da APOMS e de outros produtores desta que o auxilia na organização e no planejamento.	Além da APOMS, a CPT (Comissão Pastoral da Terra) é parceira com eventos, fornece sua estrutura. Um gerente do Banco do Brasil já participou de dia de campo da uva para conhecer produtores que estão na agroecologia e a produção; o mesmo se interessou, mas não surtiu efeito. O IDATERRA ajuda com a estrutura do escritório local quando há algum evento, divulgação, contatos e transporte. ONGs não. UEMS não.
Pr 4		Não tem.	Além da APOMS, esporadicamente participam, em algumas atividades específicas: IDATERRA, Embrapa Agropecuária Oeste, UEMS, UNIDERP, UFMS (curso de Agronomia de Dourados), CPT (Comissão Pastoral da Terra), o IMAD (Instituto de Meio Ambiente e Desenvolvimento), Secretaria de Desenvolvimento Rural, Ministério do Desenvolvimento Agrário (Secretaria de Agricultura Familiar).
Pr 5	Não tem.	Tinha do IDATERRA quando houve o programa de agroecologia para o Estado, agora não há mais, parou.	APOMS e Embrapa Agropecuária Oeste.

Pr 6		Não tem.	Além da APOMS, a maior parte das instituições consegue apoiar parcialmente, algumas demonstram boa vontade: IDATERRA, SEBRAE, UNIDERP de Dourados, UFMS, UEMS.
Pr 7	Não tiveram nem tem.	Não tem.	Somente APOMS
Pr 8	Não tem.	Não tem.	Somente APOMS

Tabela 07: Dificuldades, alternativas e princípios

	Problemas/Entraves	Alternativas, possíveis soluções	Perspectivas futuras	Princípios/frases
Pr 1	Produto orgânico está sendo vendido como produto químico, com o preço do convencional. Na luta para convencer os vizinhos, estes querem ver resultados, só com conversa não é suficiente.	Falta divulgação maior		Agroecologia está ligado à mentalidade diferenciada, um outro pensamento, atividade com o coração. É um processo de conversão para todos.
Pr 2	Inseto; Dificuldade em vender; Não há abastecimento certo; Transporte é caro; Cartéis que existem na região; Não tem mídia; Falta divulgação; Só da atividade não se consegue sobreviver; Irrigação traz muito gasto; Tem muita propaganda em cima	Abrir mercados; Divulgação; A Rede.	Pretende vender o sítio; Fazer um curso de auditor e trabalhar neste processo; Ter mais tempo para ajudar nesta causa. Orientar os produtores, as famílias.	Cada um tem que fazer sua experiência e ver o que precisa. A agricultura orgânica é um aprendizado. “Era tudo mato e hoje vê tudo destruído. Ajudou a plantar, derrubar as matas, e hoje queremos reconstruir. Isso ocorre na história em todos os lugares.” Quanto menor a propriedade, melhor para produzir. Viável só para o

	do orgânico, quando vão ver acham que não é grande coisa.			pequeno produtor familiar.
Pr 3	Recuperação do solo e falta mais planejamento na propriedade.		Pretende continuar com o orgânico; Modernizar a propriedade; Voltar a estudar.	Produz orgânico não apenas pra ganhar dinheiro, em primeiro lugar vem a nossa subsistência.
Pr 4	O consumidor não sabe o que é orgânico, não tem esse diferencial. Existe muita gente fazendo agroecologia ou com intenção de fazer, mas, está sozinho e sem orientação. Os resultados da agricultura orgânica só são vistos a longo prazo. Falta de técnicos confiantes e capacitados em agricultura ecológica.	Educação e esclarecimento do consumidor sobre o orgânico. Uma ação de localização / catalogação de todos os produtores agroecológicos. Um programa governamental comprometido com a causa.	Pretende continuar a produzir orgânico.	
Pr 5	No começo foi a falta de informação, de conhecimento, de assistência técnica, dúvidas sobre manejo e de como fazer conversão. Hoje é o processo de comercialização, agrupamento, organização, conquista de mercado. Pode ser que no futuro seja como se manterão neste mercado. E a crença de que produto orgânico é caro.	Responsabilidade e sensibilização do produtor pelas questões que envolvem a agroecologia. Acreditar no que faz, pois os resultados econômicos vêm como consequência. Organização dos produtores, que é a rede, a associação.	Planeja produzir suco orgânico após concretização da rede. Quer se dedicar a produzir doces orgânicos. Todos da família querem continuar a produzir sem agrotóxicos.	“O dinheiro não pode, no princípio, ser prioridade, é consequência do processo”.

Pr 6	<p>Falta de mão-de-obra qualificada para tanta diversificação.</p> <p>Falta equipe técnica para trabalhar com assessoria;</p> <p>Falta organização da produção para abastecimento contínuo;</p> <p>Recursos.</p> <p>Na região há predominância da monocultura (soja e milho, por exemplo) em sistema convencional, há necessidade, portanto, de investir em barreiras para manter o isolamento.</p> <p>Há um período em média de 3 anos de dificuldades, fase de conversão.</p> <p>Falta uma instituição que tenha um programa, uma equipe, para dar apoio como diretriz.</p> <p>O Programa que existiu agora não existe mais.</p>	<p>Sensibilizar o consumidor.</p> <p>Marketing institucional da rede (levar as histórias emocionantes dos produtores ao consumidor, por exemplo).</p>		<p>“A integração escraviza, temos que tirar o produtor da integração”.</p> <p>“A ciência, o conhecimento, é muito importante para auxiliar, mas sempre preservando o conhecimento empírico do agricultor, o conhecimento e a cultura local”.</p> <p>“Para praticar a agricultura orgânica tem que ter fé que vai dar certo e se dedicar”.</p> <p>“Nesta área a gente aprende muito com a experiência, com os erros e com a natureza”.</p>
Pr 7	<p>Falta de assistência técnica;</p> <p>Falta de mão-de-obra;</p> <p>Falta de conhecimento;</p> <p>São poucos os que estão preocupados, principalmente com o meio ambiente.</p>	<p>Troca de experiência entre os produtores.</p>	<p>Pretende continuar a produzir orgânicos pela necessidade de consumi-los, de divulgá-los e de proteger a saúde e a natureza.</p>	<p>“O lucro é a nossa alimentação”.</p>
Pr 8	<p>Na biodinâmica é se adequar à rotina, ao calendário biodinâmico para usar os preparados.</p> <p>Segurar-se para não usar os princípios da agricultura</p>	<p>Fertilidade do solo: trabalhar de uma forma que se construa a fertilidade do solo; por ex., adubação verde, manejo de</p>	<p>Visualiza vender no futuro ovos e frutas (manga, banana, abacaxi e outros cítricos).</p> <p>Possibilidade de ofertar produtos, talvez queijos,</p>	<p>“Não é possível lutar contra a natureza, ela sempre vai existir, e pode ir contra você se não a respeitá-la”.</p> <p>Consideram que já estão superiores ao orgânico, pois já trabalham com o método biodinâmico.</p>

<p>convencional. Fertilidade do solo.</p>	<p>palhadas. Enfim, toda prática que melhore a fertilidade sem trazer nada de fora, buscando a auto-suficiência. Segurar-se para não usar os princípios da agricultura convencional: isto também é um treino, e é só fazendo para mudar. Deixar de pensar em procedimentos convencionais (remédios, adubos, alimentação para as criações,...) e passar a pensar mais brando.</p>	<p>nas cestas da produtora de Nova Andradina.</p>
---	--	---